



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Milena Dutra Dantas Martins

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO: Proposta de Restauro e Reuso
para o Casarão Bernardes, em São João do Rio do Peixe/PB

PAU DOS FERROS

2023

Milena Dutra Dantas Martins

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO: Proposta de Restauro e Reuso
para o Casarão Bernardes, em São João do Rio do Peixe/PB

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Monique Lessa Vieira
Olimpio, Prof^a. Dra.

PAU DOS FERROS

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

M386m Martins, Milena Dutra Dantas.
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO: Proposta de
Restauro e Reuso para o Casarão Bernardes, em São
João do Rio do Peixe/PB / Milena Dutra Dantas
Martins. - 2023.
139 f. : il.

Orientadora: Monique Lessa Vieira Olimpio.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2023.

1. Preservação. 2. Restauro. 3. Intervenção. 4.
Função social. 5. São João do Rio do Peixe-PB. I.
Lessa Vieira Olimpio, Monique , orient. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MILENA DUTRA DANTAS MARTINS

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO: Proposta de Restauro e Reuso
para o Casarão Bernardes, em São João do Rio do Peixe/PB

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 05 / outubro / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MONIQUE LESSA VIEIRA OLIMPIO**
Data: 16/10/2023 08:48:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Monique Lessa Vieira Olimpio, Prof^a. Dra. (UFERSA)

Presidente
Documento assinado digitalmente
 **ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA**
Data: 16/10/2023 16:51:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anna Cristina Andrade Ferreira, Prof^a. Dra. (UFERSA)

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL LEOPOLDINO PAULO DE MEDEIROS**
Data: 16/10/2023 11:17:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Cinco anos se passaram até aqui, e eu olho para trás e vejo o quanto eu vivi, foram dias intensos, às vezes turbulentos e acima de tudo, dias de muitas experiências e aprendizados, que me tornaram quem eu realmente sou hoje. E tudo isso foi graças a mão de Deus sobre mim, ele guiou meus passos e cuidou do meu coração em cada momento. Eu sou imensamente grata por sua bondade e amor.

Agradeço a minha família, em especial meus pais, Antônio Neto e Suzana, que renunciaram a muitas coisas para que eu pudesse viver este dia, eu devo tudo a eles. E também as minhas irmãs, Maria Teresa e Samira, por todo amor e apoio.

As minhas queridas amigas de infância, Aluska e Karla Thais, com as quais eu compartilho mais um ciclo em mais de 10 anos de companheirismo, tornando a caminhada mais leve. Carol e Laura, sendo presentes enviados por Deus para mim, em que ele permitiu que vivêssemos momentos únicos e especiais durante essa jornada. Levarei para sempre em meu coração tudo o que fizeram por mim. Agradeço ainda a todos os meus outros amigos que aqui não cito o nome, mas que com certeza fazem parte desse ciclo. Todos vocês são especiais.

Meu agradecimento especial a célula Missão Tenda, onde eu enxerguei a verdadeira dimensão de viver o propósito de Deus, e pude conhecer pessoas especiais, que levarei para sempre em meu coração.

Ao meu companheiro de vida. Júnior, presente em todos os momentos, e também a sua família que sempre me acolheu com muito carinho e tornaram muitos dias dessa trajetória tênues.

A todo o corpo docente da Ufersa, que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, com certeza eu tive a sorte de aprender com grandes mestres, especialmente a minha querida orientadora Monique Lessa, a qual tive o prazer de trabalhar durante essa caminhada final, sou imensamente grata por todos os seus ensinamentos, palavras de segurança e paciência. Agradeço também, aos professores que aqui fazem parte da banca, Anna Cristina e Gabriel Leopoldino, os quais eu tive o prazer de experienciar muitos momentos de aprendizado e troca, durante as aulas e nos grupos de pesquisa e extensão. Agradeço a todos que fazem parte da Ufersa e trabalham todos os dias para torná-la quem ela é.

Meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais que contribuíram para o meu desenvolvimento e formação profissional como Arquiteta e Urbanista. Agradeço a minha

terapeuta, Agnes Pesse, por me acompanhar nesta reta final do curso, me apoiando, me aconselhando e dando a atenção necessária para a minha vida acadêmica e pessoal.

São João do Rio do Peixe, cidade atraente.
teu passado foi de lutas e de glórias,
De trabalho e progresso, no presente,
Exaltando o teu nome na história.

Adormecemos sobre o teu colo
E despertamos com o fragor do teu rio.
Vivemos da abundância do teu solo,
Enaltecemos o teu povo e o teu brio.

Manuel Sinval Ribeiro da Nóbrega.

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre a preservação do patrimônio cultural, e tem como objeto de estudo o antigo casarão da família Bernardes, localizado no centro histórico da cidade de São João do Rio do Peixe-PB. Atualmente, a edificação se encontra em situação de abandono, sem função social e em contínuo processo de degradação devido a sua exposição à agentes externos e à falta de manutenção. O trabalho propõe uma intervenção de restauro e reuso para o casarão, difundindo a ideia de que é necessário preservar a matéria como testemunho do que foi, assim como proporcionar sua continuidade física, alcançando às gerações futuras e criando novas lembranças e significados. O estudo estabelece suas bases teóricas em um contexto de discussão contemporânea do restauro, e ainda, a partir das perspectivas italianas, considerando sua repercussão no âmbito acadêmico brasileiro e contribuições para elaboração de cartas e recomendações. Para atingir o objetivo foi aplicada a metodologia de uma matriz de conhecimentos essenciais para prática projetual em área de interesse patrimonial. Sendo o processo de preservação traçado por meio da identificação dos valores, contexto histórico, estado de conservação e diagnóstico das suas condições físicas na atualidade. Chegando à proposta projetual a nível de estudo preliminar, onde são avaliadas: respeito a fisionomia do bem; resgate dos elementos que se perderam; novas materialidades e fruição do papel social do monumento.

Palavras-chave: preservação; restauro; intervenção; função social; São João do Rio do Peixe-PB.

ABSTRACT

This work focuses on the preservation of cultural heritage, and its object of study is the former mansion of the Bernardes family, located in the historic center of the city of São João do Rio do Peixe-PB. The building is currently abandoned, has no social function and is in a continuous process of degradation due to its exposure to external agents and lack of maintenance. The work proposes a restoration and reuse intervention for the mansion, spreading the idea that it is necessary to preserve the material as a testimony of what was, as well as providing its physical continuity, reaching future generations and creating new memories and meanings. The study establishes its theoretical basis in a context of contemporary discussion of restoration, and also from Italian perspectives, considering its repercussions in the Brazilian academic sphere and contributions to the drafting of charters and recommendations. To achieve the objective, the methodology of a matrix of essential knowledge for design practice in an area of heritage interest was applied. The preservation process was outlined by identifying the values, historical context, state of conservation and diagnosis of its current physical conditions. This leads to a design proposal at the preliminary study level, where the following are assessed: respect for the physiognomy of the asset; recovery of elements that have been lost; new materialities and enjoyment of the social role of the monument.

Keywords: preservation; restoration; intervention; social function; São João do Rio do Peixe-PB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percurso de localização do Casarão.....	20
Figura 2 - Registro das fachadas leste e sul do Casarão durante a enchente de 1985.	20
Figura 3 - Planta do Centro Histórico de São João do Rio do Peixe tombado pelo IPHAEP. .	21
Figura 4 - Fachada Leste do Casarão.....	21
Figura 5 - Matriz de conhecimentos.	24
Figura 6 - Antes (1854) e depois (1985) do Restauo do Palazzo dela Ragione, Milão-Itália.	39
Figura 7 - Antes (1935) e depois da intervenção do Palazzo della Zisa.....	40
Figura 8 - Estado do “Ex-Oratorio di San Filippo Neri”, após o bombardeio de 1944 e após a intervenção de 1997-1998.	41
Figura 9 - Antes e depois da intervenção Reichstag-Berlim.	44
Figura 10 - Antiga fachada e área interna após intervenção.....	45
Figura 11 - Antes e depois do processo de restauração do antigo Hotel Cassina em Manaus-AM.....	46
Figura 12 - Antes e depois do processo de restauração do antigo Edifício da Moeda 50 em Recife-PE.....	46
Figura 13 - Vista do Casarão para a Igreja da Matriz.....	48
Figura 14 - Mapa de localização da antiga usina.....	50
Figura 15 - Antiga usina de algodão São Luiz.	50
Figura 16 - Mapa de localização da Capela de São Francisco.	51
Figura 17 - Capela São Francisco, construção do ano de 1944, com a fachada simples, possuindo uma torre, que é a sineira, com alguns adornos, e encimada por uma cruz.	51
Figura 18 - Mapa de localização da Igreja Matriz.....	52
Figura 19 - Igreja Nossa Senhora do Rosário (Igreja Matriz), com características arquitetônicas do estilo barroco, possui sua fachada principal com duas torres de sino e separadas por um frontão recortado com formas de volutas.	52
Figura 20 - Mapa de localização da antiga Estação Ferroviária.....	52
Figura 21 - Estação Ferroviária, caracterizada por seus traços ecléticos, hoje ela faz parte do conjunto do patrimônio cultural ferroviário do IPHAN pelo Decreto n.º 21.434, de 31/10/2000. Em 2017 foi reformada, e neste momento ocupa a biblioteca municipal.	53
Figura 22 - Mapa de localização do Imóvel n.º 178.....	53
Figura 23 - Imóvel n.º 178, com seus traços ecléticos, este imóvel sediou a primeira Câmara Municipal da cidade e neste momento possui uso comercial.....	54

Figura 24 - Mapa de localização do Imóvel n.º 67.....	54
Figura 25 - Imóvel n.º 67, construção eclética, foi moradia de um importante médico da região, Dr. Otácilio Jurema, segundo Galvão (2015, p. 29).....	54
Figura 26 - Mapa de localização do Imóvel n.º 19.....	54
Figura 27 - Imóvel n.º 19, arquitetura eclética, essa edificação pertenceu ao Padre Cirilo de Sá, importante figura para o cenário sãojoanense.	55
Figura 28 - Mapa de localização do Imóvel n.º 147.....	55
Figura 29 - Imóvel n.º 147, essa residência se destaca na paisagem urbana pela sua riqueza de detalhes decorativos em um claro apelo Art Nouveau, atualmente funciona como cartório de registro de imóveis.....	55
Figura 30 - Mapa de localização do Mercado Público.	56
Figura 31 - Mercado Público Municipal, "É o único da região que mantém sua estrutura arquitetônica original" (GALVÃO, 2015, p.64). Contemplando um ecletismo tímido, ele funciona até este momento e recentemente, no ano de 2021, passou por uma reforma de manutenção.....	56
Figura 32 - Mapa de localização da antiga Fábrica de algodão.....	56
Figura 33 - Fábrica Beneficente de Algodão, um grande exemplar da tipologia fabril da década de 1930, possui marcos geométricos do estilo Art Déco, neste momento ela funciona como sede da ML Construtora.....	57
Figura 34 - Antigos proprietários do Casarão	60
Figura 35 - Sr. Luiz Bernardo de Albuquerque	60
Figura 36 - Detalhes fachada leste.....	62
Figura 37 - Análise de simetria da fachada leste	63
Figura 38 - Análise de simetria da fachada sul.....	63
Figura 39 - Análise de simetria do muro da fachada sul	63
Figura 40 - Planta baixa esquemática do Casarão	64
Figura 41 - Planta esquemática da cobertura do Casarão.....	65
Figura 42 - Revestimento paredes em tijolo maciço, argamassa e pintura.....	65
Figura 43 - Revestimento cerâmico cozinha e banheiro.....	65
Figura 44 - Piso de ladrilho hidráulico e cimentício.	66
Figura 45 - Tipologias de esquadrias existentes do casarão.....	66
Figura 46 - Antigo depósito e lavanderia demolidos e parte da cobertura do banheiro comprometida.....	68

Figura 47 - Parte da cobertura do antigo depósito demolido e cobertura da cozinha comprometida.	68
Figura 48 - Tipologia estrutural do casarão.	69
Figura 49 - Rachadura na parte superior do arco pleno e fissuras na superfície do muro.	69
Figura 50 - Rachadura na parte superior da esquadria, proveniente da falta da verga.	69
Figura 51 - Trincas na parte da superfície da parede que vai do chão ao teto.	70
Figura 52 - Trincas em toda extensão das paredes e caixa d'água, além do deslocamento da meia parede da superfície.	70
Figura 53 - Deslocamento da esquadria do plano da alvenaria e fissuras por toda superfície da parede.	71
Figura 54 - Trinca no revestimento cerâmico de forma inclinada na parede.	71
Figura 55 - Estado atual da cobertura do casarão.	72
Figura 56 - Madeiramento da cobertura em processo de flambagem e apodrecimento em algumas áreas.	72
Figura 57 - Paredes com a presença de crosta negra e descascamento da pintura devido à abertura zenital sem fechamento.	73
Figura 58 - Telhado apresentando goteiras, sujeira e com o madeiramento desgastado.	73
Figura 59 - Cobertura com a presença de goteiras e o forro de gesso soltando.	73
Figura 60 - Cobertura totalmente destruída com o madeiramento bastante desgastado.	74
Figura 61 - Presença de crosta negra, bolor e descascamento da pintura.	74
Figura 62 - Presença de crosta negra e deslocamento do reboco da superfície.	75
Figura 63 - Deslocamento do reboco e dos tijolos da superfície e a presença de inserção de argamassa.	75
Figura 64 - Soltura do reboco da superfície, presença de fissuras e sujeira na superfície.	75
Figura 65 - Mapa de danos da fachada leste, sul, oeste e norte respectivamente.	76
Figura 66 - Piso cimentício do terraço.	78
Figura 67 - Espaço tomado pela sujeira com grande parte do piso e contrapiso inexistente. ..	79
Figura 68 - Piso deslocado da superfície e encoberto pela sujeira.	79
Figura 69 - Peças do piso faltantes e quebradiças com a área inundada pela água da chuva, consequência das condições precárias da cobertura.	80
Figura 70 - Cômodo com a inexistência do piso e contrapiso e tomado pela vegetação.	80
Figura 71 - Tipologia e estado atual das janelas.	81
Figura 72 - Tipologia e atual estado das portas	81
Figura 73 - Sistema hidráulico atual da edificação.	82

Figura 74 - Sistema elétrico atual da edificação.....	83
Figura 75 - Estudo das proposições de intervenção na fachada leste (imagem fotorrealista)..	86
Figura 76 - Estudo das proposições de intervenção na fachada sul (imagem fotorrealista).....	86
Figura 77 - Planta baixa esquemática mostrando as alvenarias que sofrerão modificações. ...	87
Figura 78 - Implantação do Casarão da Inovação Cassina.....	89
Figura 79 - Antigo Hotel Cassina	89
Figura 80 - Casarão da Inovação Cassina antes do projeto de restauro, Manaus AM Brasil, 2020.	90
Figura 81 - Casarão da Inovação Cassina depois do projeto de restauro, Manaus AM Brasil, 2020.	90
Figura 82 - Sistema construtivo com elementos metálicos.	92
Figura 83 - Preservação da fachada principal e utilização de divisórias para separar os ambientes.	92
Figura 84 - Janelas contemporâneas na fachada e utilização de fechamentos de vidro.	92
Figura 85 - Implantação da antiga Casa de Câmara e Cadeia.	93
Figura 86 - A Casa de Câmara e Cadeia em suas diversas alterações ao longo dos anos	94
Figura 87 - Unidade de extensão e apoio do Museu.....	95
Figura 88 - Proposta de restauro para a cobertura.	96
Figura 89 - Fachada restaurada do atual Museu da Cidade de Florianópolis.....	96
Figura 90 - Restauro das circulações com a proposta de plataformas elevatórias.	96
Figura 91 - Consultório e Sala de Espera dando ênfase para os materiais da parede e do teto.	97
Figura 92 - Sala de ultrassom e banheiro da clínica.	98
Figura 93 - Programa de necessidades	100
Figura 94 - Zoneamento da Clínica Médica	101
Figura 95 - Planta de layout da clínica	103
Figura 96 - Vista da estrada da recepção (imagem fotorrealista).	104
Figura 97 - Recepção com sala de espera interna (imagem fotorrealista).....	104
Figura 98 - Proposta de Interiores para o consultório 4 (imagem fotorrealista).....	105
Figura 99 - Fachada leste da clínica (imagem fotorrealista).	106
Figura 100 - Fachada sul da clínica (imagem fotorrealista).	107
Figura 101 - Ampliação fachada sul da clínica (imagem fotorrealista).	107
Figura 102 - Planta de locação e coberta da clínica.	109
Figura 103 - Corte fachada norte	109

Figura 104 - Sala de espera externa..... 110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de uso do solo urbano (raio de 200m em relação ao objeto de estudo).	58
Mapa 2 - Mapa de vias urbana (raio de 200m em relação ao objeto de estudo).	58
Mapa 3 - Mapa de cheios e vazios (raio de 200m em relação ao objeto de estudo).	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE	Área de Proteção de Entorno
APR	Áreas de Proteção Pigorosa
CONPEC	Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Inspetoria de Monumentos Nacionais
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
SPHAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SADT	Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ACERCA DA PROTEÇÃO E HERANÇA CULTURAL	28
2.1	INTERVENÇÃO COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO	30
2.2	CONTEXTO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL E NA PARAÍBA	33
2.3	PENSAMENTOS DO FINAL DO SÉCULO XX ATÉ OS DIAS DE HOJE	38
2.4	PRINCÍPIOS-GUIA PARA INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS	42
3	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E A SUA INSERÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE	48
3.1	DESCRIÇÃO E ANÁLISE FORMAL	61
3.2	AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E PROPOSIÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO	67
4	DIRETRIZES E O ENSAIO PROJETUAL	85
4.1	ESTUDOS DE REFERÊNCIAS	88
4.1.1	Casarão da Inovação Cassina	88
4.1.2	Museu de História da Cidade	93
4.1.3	Clínica HS	97
4.2	INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO	99
4.2.1	Conceito e Partido	102
4.2.2	O interior da Clínica Médica	102
4.2.3	Composição das principais fachadas	106
4.2.4	Cobertura	108
4.2.5	Soluções técnicas	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	114
	APÊNDICE A – Croquis de levantamento das fachadas	118
	APÊNDICE B – Pranchas Técnicas do Estudo Preliminar	119
	APÊNDICE C – Imagens Fotorrealistas do projeto	133

1 INTRODUÇÃO

Considerando as ameaças de destruição que as edificações em centros históricos vivenciam, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas ainda pelo processo de modernização que a paisagem urbana sofre ao longo dos anos, agravando os fenômenos de alterações ou de eliminações, discussões vem se tornando pertinentes, paulatinamente, principalmente no campo das reabilitações, requalificações e restauração, com o intuito de resgatar e melhorar a vida dos usuários que habitam nesses imóveis e em seu entorno, além de preservar as edificações tombadas como patrimônio cultural. Nesse contexto, se faz importante iniciar tratando de quatro conceitos que conduzem este trabalho: Patrimônio, Preservação¹, Restauração e Intervenção.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, expandiu o conceito de patrimônio definido pelo Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, onde a denominação Patrimônio Histórico e Artístico passou a ser Patrimônio Cultural Brasileiro, compreendendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nesse mesmo documento, é descrito algumas formas de proteção ao patrimônio cultural, que inclui a colaboração da comunidade ao poder público, como a criação de inventários, registros, vigilância, tombamentos e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Como pontua Tomaz (2010, p. 05) a salvaguarda de bens de valor histórico e cultural tem como finalidade preservar os traços da vida cotidiana e as lembranças de uma sociedade em uma determinada época, pois o que tende a ser mantido sempre será considerado valioso, seja pelo valor da técnica e do material de que é feito, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso dominadora. Ou seja, ela tem o papel de guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser. Além disso, é muito importante relacionar os indivíduos e a comunidade com a edificação a ser preservada, levando em consideração que a cidade, em sua vivência cotidiana, tem sua identidade refletida nos lugares de quem a memória dos usuários constrói no dia-a-dia.

Em relação ao termo restauração, entende-se como um conjunto de “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção

¹ Neste trabalho, os termos “conservação” e “preservação” não serão utilizados como sinônimos, uma vez que, este primeiro está associado, intrinsecamente, à manutenção da longevidade do bem por meio de ações para controle de deterioração e estabilização dos danos a partir de intervenções.

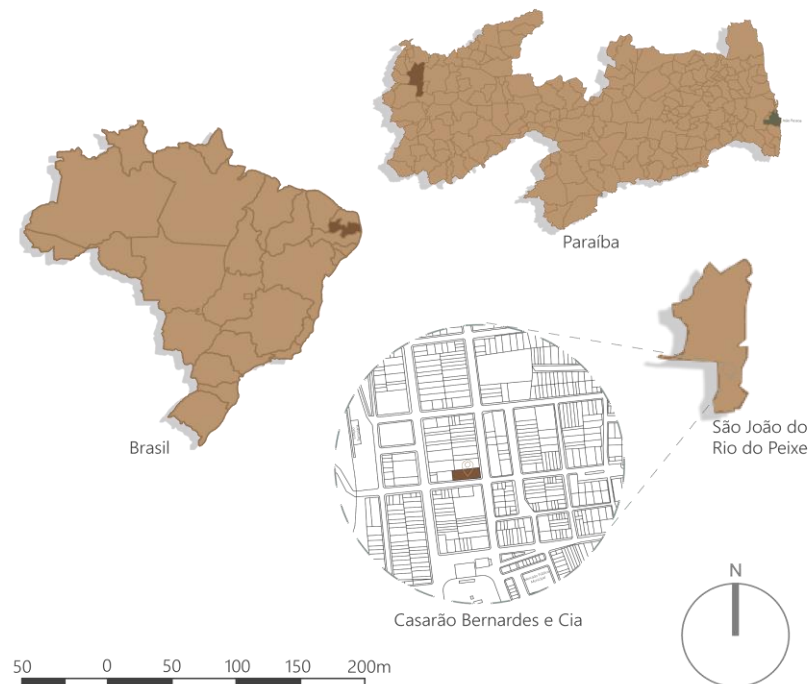
original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções” (IPHAN, 2010, p. 02). A restauração de um bem cultural envolve o uso de uma base teórica, conceitual e metodológica, sendo um ato crítico registrado no momento em que o ato é realizado. A aplicação desses conhecimentos é uma condição necessária para garantir a efetiva salvaguarda dos valores identificados no bem. Por outro lado, a restauração não pode ser definida em termos absolutos e definitivos, ao invés disso, só pode ser entendida a partir de uma perspectiva dinâmica, que se baseia na própria noção de patrimônio.

Atentando ao tema apresentado neste trabalho, observa-se a importância de elucidar a definição do termo “intervenção” na área patrimonial, estando esta pesquisa embasada no conceito estabelecido no Art. 03 da Portaria n.º 420, de 22 de dezembro de 2010, em que “toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno” (IPHAN, 2010, p. 02), como ações de manutenção, reformas, restauração, recuperação ou adaptação.

Tendo em mente esses conceitos, é possível questionar por que muitas edificações consideradas patrimônio histórico foram perdidas ou continuam sendo destruídas por falta de cuidados com a preservação adequada, ou inexistente, deixando o bem entregue ao tempo. Esses eventos se tornaram públicos porque, em muitos casos, o homem moderno tende a ignorar as obras antigas, as considerando ultrapassadas e desatualizadas. Eles acreditam que essas estruturas devem ser demolidas para serem construídas outras mais modernas e ousadas, que serão mais úteis para o crescimento da cidade. Esse tipo de concepção provoca um grande impacto a ideia de salvaguarda e de valorização do patrimônio como herança histórica a ser preservada. Paoli (1992, p. 01), acrescenta que “quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva – cuja função social parece suspeita”.

É nesse cenário que o presente trabalho abordará a temática sobre a preservação e intervenção de edificações tombadas de valor histórico e cultural, tendo como objeto de estudo o Casarão da antiga família Bernardes (figura 02), construído, provavelmente, na segunda metade do século XIX, período de grande efervescência urbana no Brasil, com rápido crescimento das cidades, onde as casas urbanas brasileiras passaram a ter uma nova tipologia, o eclético. Localizado no Centro Histórico da cidade de São João do Rio do Peixe-PB, que faz parte da microrregião de Cajazeiras-PB, no sertão paraibano (figura 01), a sua área total corresponde a 476,238 km² e uma população de 18.201 pessoas, consoante o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Figura 1 - Percurso de localização do Casarão



Fonte: Produzido pelo autora (2023)

Figura 2 - Registro das fachadas leste e sul do Casarão durante a enchente de 1985.

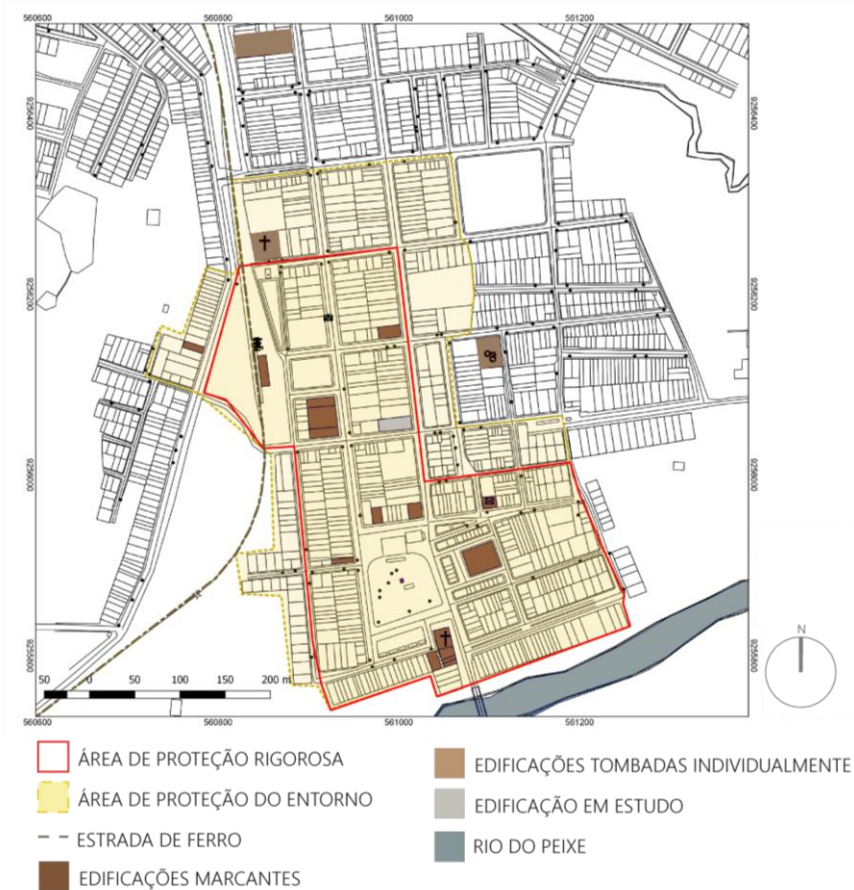


Fonte: Rogério Galvão (2011) editada pela autora (2023).

Apesar de estar dentro da poligonal delimitada como Área de Proteção Rigorosa (APR) definida pelo Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, órgão de orientação superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP (Figura 03), através do Decreto n.º 22.917 de 03 de abril de 2002, essa edificação tem sido negligenciada por muito tempo. O valor histórico, paisagístico e cultural da edificação é inegável, como será abordado mais adiante, no capítulo 3; porém, embora tenha sido reconhecido como patrimônio cultural, nunca houve esforços suficientes para sua

salvaguarda. Ao deixar o bem exposto ao tempo e à falta de manutenção, seus componentes estão se perdendo a cada momento (ver figura 04).

Figura 3 - Planta do Centro Histórico de São João do Rio do Peixe tombado pelo IPHAEP.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019) adaptado pela autora (2023).

Figura 4 - Fachada Leste do Casarão



Fonte: Autora (2023).

O Casarão se encontra em um cenário de: processo contínuo de degradação; atos de vandalismo e invasão recorrentes; falta de um corpo técnico responsável para fiscalização; desinteresse na intervenção, traçada pelo fetiche do comércio imobiliário; grande movimentação de transeuntes sem controle de distanciamento; instalação de equipamentos sobre as superfícies das fachadas; entre outros eventos que são constantes.

Ao falar sobre intervenção arquitetônica, neste caso o restauro, é necessária uma maior aproximação e discussão sobre o tema, com o intuito de entender os conceitos e princípios que norteiam essa ação preservacionista. Quando se direciona o olhar para o âmbito nacional, é evidente que as discussões acerca do tema são insuficientes, além de que, quando se refere a uma carta de princípios de restauração voltada à realidade do país, integrada às recomendações da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e do ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*), pode-se citar algumas, como a Carta Brasília 1995 sobre autenticidade e a Carta de São Paulo II de 1996, porém, suas aplicações ainda são restritas. Ou seja, “o debate no país sobre os critérios e princípios teóricos que deveriam reger a restauração existe, mas permanece muito limitado” (Kühl, 2006, p.30).

No contexto legislativo, a necessidade de salvaguardar imóveis em estado de degradação é mencionado no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que lançou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como entidade de preservação nacional, designando o tombamento como forma de reconhecimento do valor cultural desses bens. Alguns efeitos de tombamento são estabelecidos no decreto, como estabelecido no “Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas” (Brasil, 1937), e ainda, “Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa” (Brasil, 1937).

Quando se trata de bens de valor histórico e cultural, é inquestionável que qualquer ação, por mais restrita que seja, até mesmo a manutenção ou limpeza, deve ser controlada e limitada, para não alterar a leitura da obra. No entanto, ainda que qualquer intervenção implique mudanças, isso não deve provocar a eliminação do seu valor histórico, independentemente de sua qualidade. Pelo contrário, o patrimônio histórico é o foco

principal de uma intervenção e é o objeto para o qual todas as preocupações e pensamentos serão dirigidos.

O objetivo geral deste trabalho é elaborar uma proposta de restauro e reuso do "Casarão Bernardo e Cia" em São João do Rio do Peixe-PB, tendo por base o seu legado arquitetônico municipal, para preservá-lo, devolver sua dignidade e promover sua função social. Traçando-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender os valores patrimoniais e a história por trás do Casarão BC, para reconhecimento do seu significado afetivo, cultural e prático;
- Perceber quais ações de intervenção de proteção e definir os princípios guias, tendo como estratégia a preservação do patrimônio;
- Conceber o reuso com um programa de necessidades que dialogue com o contexto atual da edificação e do seu entorno.

É notório o desejo da parte da população pela valorização do casarão, porém esta importância estaria direcionada a uma ideia da sua forma primitiva ou ainda, trazer um aspecto mais moderno, ou seja, em parte o anseio está ligado a uma cultura dos princípios oitocentistas e a outra parte à especulação imobiliária, consistindo na prática de obtenção de lucro pelo processo de mudança na valorização do terreno. O primeiro cenário pode ser esclarecido por Luccas (2022, p. 10), quando ele explica que vincular o bem à reconstrução literal pode cometer uma recepção supostamente enganosa ao público.

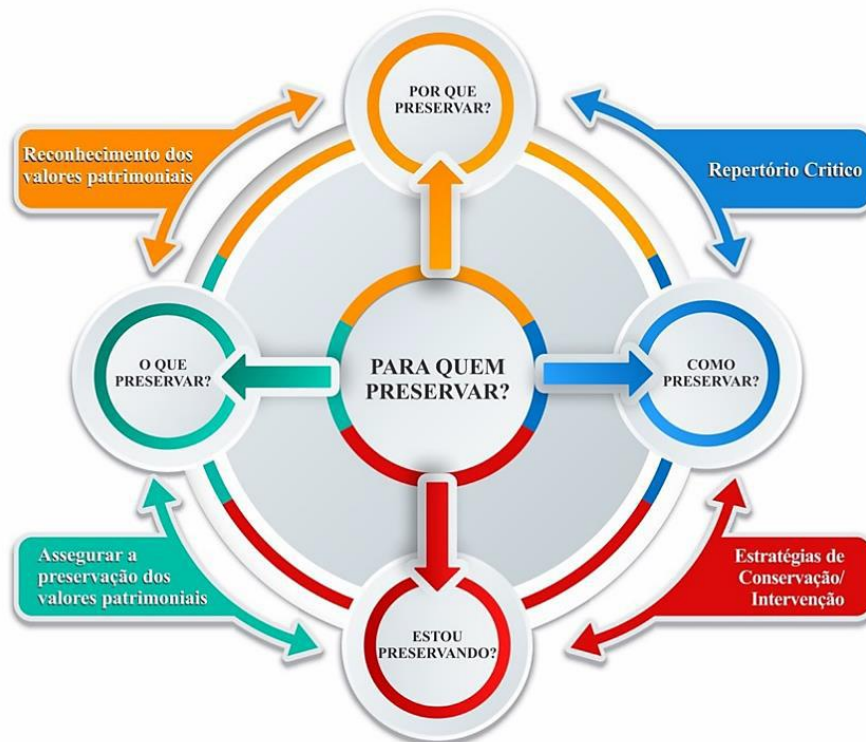
Dessa forma, este estudo se justifica ao propor o deslocamento do olhar para a importância da salvaguarda do patrimônio histórico de São João do Rio do Peixe-PB, uma vez que, a edificação está localizada na principal via que corta o município, palco de importantes acontecimentos que influenciaram no desenvolvimento econômico, político e social da cidade. Paralelo a isso, pode-se incluir o fato de a residência ter pertencido a importantes figuras da cidade, que também contribuíram para este crescimento, como será explanado mais adiante. Além disso, pela descaracterização da arquitetura sofrida ao longo dos anos, indicar soluções técnicas de preservação incluído uma nova dinâmica de uso, considerando suas necessidades e limitações.

Para esta finalidade, inicialmente, a fim de alcançar os objetivos propostos anteriormente, alguns procedimentos metodológicos serão utilizados. Como metodologia projetual, será utilizado o trabalho “Formação do Arquiteto e Urbanista para a Preservação de Áreas e Edifícios de Valor Patrimonial: Diálogos entre a Teoria e o Exercício Projetual” de Monique Lessa Vieira Olimpio (2020, p. 265) que concede à prática de ensino, de graduação de Arquitetura e Urbanismo, uma matriz de conhecimentos primordiais para preparação de

discentes (ver figura 5). Essa matriz é alicerçada em cinco perguntas, sendo elas: **“Por que preservar?”**; **“O que preservar?”**; **“Para quem preservar?”**; **“Como preservar?”**; **“Estou preservando?”**. Com base nisso, toda a estrutura do trabalho será guiada por essas questões como forma de validar tal método projetual.

A autora partiu da premissa básica de que “o ensino da Arquitetura e Urbanismo só possibilitará uma formação profissional que revele competências e habilidades para a conservação de patrimônio edificado mediante uma clara relação entre aprofundamento teórico e exercício projetual” (Olimpio, 2020, p.265). Ainda, estes preceitos tomaram como base o documento que descreve as “Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos e Sítios Históricos” (ICOMOS, 1993) que dispõe de habilidades consideradas essenciais para a formação de profissionais.

Figura 5 - Matriz de conhecimentos.



Fonte: Olimpio (2020, p.282)

O livro de Lawson (2011, p. 45) "Como arquitetos e designers pensam", que descreve o processo de projeto em etapas de conhecimento do problema, análise, síntese, avaliação e solução, serviu como base teórica para a abordagem metodológica da autora. Adaptando essas instruções ao trabalho de projeto em áreas e construções de interesse patrimonial, apresentando: o "problema" a ser resolvido está relacionado à pergunta "por que preservar?", identificando a razão pela qual a preservação é necessária e como sua aplicação será

estabelecida; A fase de identificação e diagnóstico do monumento é conhecida como "análise", que responde à pergunta "O que preservar?". Após a definição dos princípios norteadores e do partido do projeto na "Síntese", as perguntas "Como preservar?" e "Para quem preservar?" devem ser respondidas. O processo de avaliação crítica das soluções do projeto é realizado na "Avaliação", onde a pergunta "Estou preservando?" deve ser respondida; e, finalmente, a "Solução", que representa a materialização do projeto (Olimpio, 2020, p. 279).

Diante o enorme acervo bibliográfico, será percorrido sobre o tema de restauro segundo os pensamentos dos principais autores, tanto os que deram início sobre o assunto como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879, França), John Ruskin (1819-1900, Inglaterra), Camillo Boito (1836-1914, Itália), Alois Riegl (1858-1905, Áustria), Gustavo Giovanonni (1873-1947, Itália), Cesare Brandi (1906-1988, Itália), e os da era contemporânea como Giovanni Carbonara (1942-2023). Para isso, serão examinados os livros e artigos acadêmicos que abordam o tema do restauro, visando ajudar a definir as principais maneiras de intervir em áreas de proteção patrimonial.

Além das obras mencionadas anteriormente, serão utilizadas as Cartas Patrimoniais como base deontológica, manuais e normas a fim de estabelecer critérios técnicos a serem seguidos quanto ao projeto de intervenção e restauro. Por meio da análise documental e bibliográfica, também será possível analisar as fontes que tratam sobre o contexto em que o objeto de estudo se encontra inserido, além de resgatar a história do casarão, com a intenção de identificar os proprietários e outras informações que consolidam o trabalho.

Levando em consideração a proposição de restauro e da intervenção arquitetônica, foi realizado um estudo de referências bibliográficas, com foco em projetos que tratam sobre a materialidade de edificações de valor patrimonial e ainda, com relação ao uso a ser dado ao bem, que servirá de embasamento para a intervenção nos quesitos forma, função e logística. Paralelo a isso, foi detectado o valor utilitário para o proprietário da edificação e o valor cultural para a população em geral. A introdução das legislações vigentes e as considerações desenvolvidas e estudadas no referencial teórico, fundamentaram esse momento também.

Para a caracterização do universo de estudo, com foco na edificação e em seus aspectos formais e construtivos, será realizado a investigação do preexistente, neste momento ocorreu visitas ao edifício, para ser feito o levantamento arquitetônico e fotográfico, para então registrar a atual situação do casarão, elaborar o mapa de danos, observar as tipologias e métodos construtivos. Assim, será possível chegar ao objetivo final do estudo, sendo o projeto

de intervenção, através das análises de estudos de referência e concepção de uma diretriz projetual, concluindo toda essa jornada metodológica.

Como mostrado, o trabalho é de caráter propositivo, dessa forma, seu escopo será desenvolvido em várias etapas a serem discutidas mais tarde e terá uma estrutura baseada na validação de seu método. Ou seja, é primordial esclarecer a diferença entre o aperfeiçoamento teórico e a conduta prática para o exercício projetual em áreas de interesse patrimonial e para o reconhecimento das habilidades e competências necessárias para sua salvaguarda.

Para contextualizar o leitor, o segundo capítulo é de propriedade explicativa, traz uma breve conceituação do termo patrimônio para que se tenha entendimento em relação ao uso dos espaços e a sua relevância na paisagem urbana. Atrelado a isso, é abordado brevemente sobre o contexto do patrimônio no Brasil e no estado da Paraíba. Em seguida, faz-se uma reflexão acerca da intervenção como forma de preservação com base nas teorias do final do século XIX e início do século XX, que incentivaram com suas ideias a respeito da teoria do restauro, evidenciando ainda, que o trabalho não se limita a este recorte histórico. Neste ponto, também, é elucidado sobre as teorias e definições contemporâneas, tendo em vista que os autores que serão trabalhados aqui, têm recebido uma boa repercussão de seus esforços no meio acadêmico brasileiro. Chegando ao ponto final da discussão, tratando dos princípios-guia que balizaram a intervenção. As perguntas da matriz **"Por que preservar?"** e **"Como preservar?"** sustentam esse capítulo.

Após a elucidação das teorias de restauro no contexto do patrimônio histórico e sua aplicação, o terceiro capítulo refere-se a análise do objeto de estudo e a sua área de inserção. Sendo importante enxergar a história do lugar e do objeto com base em entrevistas realizadas e nos acervos dos autores Rogério Galvão e Wlisses Estrela, para entender os valores que levaram ao processo de tombamento da edificação e do entorno, para então examinar de forma minuciosa seu atual estado de preservação durante os anos pautado em um estado de negligência, fazendo os apontamentos pertinentes no que se refere a restauração. Compreendendo a pesquisa histórica, composta pelos registros fotográficos e documentais, visando revelar os elementos funcionais, técnicos, sociais e simbólicos. Estando o capítulo orientado pela pergunta e **"O que preservar?"** e **"Como preservar?"**.

O quarto capítulo, pautado pelas perguntas **"Como preservar?"** e **"Para quem preservar?"** tem o intuito de abordar as diretrizes projetuais para a restauração, após ter conhecido a área, suas necessidades e problemáticas. Por meio do estudo de referências projetuais com intenção reveladora, baseados nas reflexões crítico-teórica, incluindo: Casarão

da Inovação Cassina, localizado em Manaus-AM, projeto de Laurent Troost; a Antiga Casa de Câmara e Cadeia (Museu de História da Cidade) em Florianópolis-SC, projeto de Suzane Albers Araújo; e a Clínica HS em Campinas-SP, projeto do escritório Steck Arquitetura. Em seguida, será delimitado as definições projetuais, com base nos projetos de referência, na aplicação das recomendações e convenções, nas leis pertinentes ao contexto urbanístico do município, na caracterização do imóvel tombado juntamente com as suas particularidades, para então, apresentar uma proposta de projeto com análises e soluções formais com criatividade, que respeitem a integridade, representada pelos aspectos estéticos e sócio-funcionais, em que se deve observar o estado de preservação do bem e a sensação de completude ainda presente na matéria e a autenticidade do edifício, caracterizada pela diversidade cultural que a obra carrega.

Por último, o quinto capítulo responderá às considerações finais e avaliará as soluções projetadas à proposta até agora, baseando-se na pergunta "**Estou preservando?**".

Desse modo, quando se trabalha com a prática projetual em áreas de valor patrimonial, com a aplicabilidade da fundamentação teórica, é importante conhecer os principais autores que fazem parte desse campo disciplinar, sendo o próximo capítulo de cunho elucidativo.

2 ACERCA DA PROTEÇÃO E HERANÇA CULTURAL

A existência do patrimônio histórico compondo a paisagem urbana de muitas cidades do mundo, reforça a visibilidade e o relacionamento das pessoas com o seu passado, contrário ao pensamento de que a salvaguarda desses patrimônios históricos impede o desenvolvimento de tais cidades. A prática de intervenção em bens de valor histórico e cultural carrega consigo um contexto disposto com diversos conceitos importantes, como “preservação”, “restauro”, “reuso”, entre outros que estabelecem a proteção desses bens mediante a administração de órgãos responsáveis pelas intervenções. Desse modo, é importante a reflexão acerca dessas posturas e definições a fim de atender à ponderação das perguntas **“Por que preservar?”** e **“Como preservar?”**.

De início, quando se trata do assunto da preservação histórica e cultural, é de grande importância ter o entendimento sobre o conceito relacionado ao uso dos espaços e sua relevância como “lugares de memória”, termo utilizado por Pierre Nora para destrinchar alguns espaços e certas temporalidades em determinados grupos sociais. Pode-se dizer que esses “lugares de memória” são responsáveis por compreenderem parte da memória coletiva de determinado grupo social, fazendo com que estes sintam-se parte daquele lugar.

Ainda, Bosi (1994) em seu livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, afirma que a memória pode nos ajudar a entender melhor a sociedade em que vivemos e como ela evoluiu com o tempo. Considerando que as lembranças têm o passado como conteúdo e podem ser compartilhadas por meio da comunicação nos conduzindo ao passado, pode-se dizer que:

A memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vívidas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. [...] Continuando a escutar, ouviríamos o outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito (Bosi, 1994, p. 39).

Segundo Tomaz (2010, p. 2) tais lembranças podem ser despertadas por lugares, edificações ou monumentos que, em sua materialidade, são capazes de rememorar a maneira de vida daqueles que em algum momento do passado utilizaram destes espaços. Então, é possível dizer que “cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados” (Tomaz, 2010, p. 2).

Ao estudar sobre patrimônio histórico, é interessante entender que este promove a valorização e consagração do que é comum para certo grupo social no tempo e espaço. Segundo Lemos (1981, p. 8-10), o patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias de elementos. Primeiramente, engloba os elementos da natureza e do meio ambiente; o segundo refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; o terceiro, para ele, é o mais importante de todos por reunir os chamados bens de valor histórico e cultural, que compreende toda parte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

No que se refere a preservação do patrimônio, o monumento tem significados de grande relevância, por se tratar de um produto elaborado por certa sociedade, tornando-se então, parte de sua construção histórica. Jacques Le Goff, explica que:

A palavra latina “monumentum” remete para a raiz indo-européia “men”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “monumentatun” é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas “é um legado a memória coletiva” e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.¹² (Le Goff, 1990, p. 462).

Dessa forma, entendemos que a “preservação do patrimônio histórico se deve ao fato de que a vida de uma comunidade, de um povo, está relacionada ao seu passado, à sua vivência, às transformações ocorridas na sua história” (Tomaz, 2010, p. 6). Um quesito importante a ser considerado quando se fala sobre patrimônio é que, segundo Choay (2001, p. 128-142), entre os séculos XIX e XX o patrimônio consiste dos monumentos nacionais, o termo era utilizado em um sentido de herança, para que a população valorizasse esses bens, assim considerados por critérios estéticos ou históricos. Desse modo, o termo de patrimônio dava ênfase aos monumentos e às edificações, evidenciando a sua materialidade relacionada ao seu valor histórico e artístico.

Aos poucos a definição de patrimônio histórico (conceito com destaque a materialidade e monumento) foi sendo substituída para patrimônio cultural, cujo termo abrange outros elementos como, os bens culturais referentes às identidades coletivas, materiais e imateriais. Isso enriqueceu a noção de patrimônio, onde novas perspectivas de paisagens, arquiteturas, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, foram concentradas ao termo, fazendo com que organizações governamentais passem a valorizá-los.

Sendo assim, para este trabalho, o atual conceito de patrimônio histórico se torna mais coerente, por correlacionar as edificações históricas, por meio do restauro, que é uma prática de recuperação de edificações ociosas em centros urbanos consolidados, dotando-o de um novo uso que atenda as demandas da cidade, e de soluções projetuais que valorizem o bem de valor histórico e cultural, sem retroceder ao estilo preexistente, levando em consideração a paisagem urbana que passou por várias fases do tempo. Serão apresentadas a seguir, de forma concisa, as transformações por que passaram as teorias de restauro e preservação, para evidenciar, tal como entendida hoje, possui raízes longínquas.

2.1 INTERVENÇÃO COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO

A atenção dada ao patrimônio histórico tem suas raízes instauradas no período da Revolução Francesa – momento em que o Estado Francês decidiu conservar os bens considerados importantes para firmá-lo como instância suprema. A noção de patrimônio é, portanto, produzida no ocidente como a ideia de nação, no final do século XVIII, e foi precedida pela autonomização das noções de arte e de história. “O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação” (Fonseca, 1997, p.37).

Por muito tempo as intervenções feitas em edificações já existentes eram adaptadas às necessidades da época e prescrito por exigências práticas e de uso. Aos poucos, este campo de visão amadureceu, até integrar-se à formação das vertentes teóricas da restauração: a ideia de distinguibilidade e reversibilidade, a valorização pela documentação e adoção de uma metodologia científica, a mínima intervenção e respeito pela matéria original, a atribuição de um novo uso como meio de preservar e não como forma de contribuir para a degradação. Tornando a intervenção como mecanismo de reafirmar a valorização do conteúdo histórico da área e validar a singularidade do patrimônio cultural material.

Conforme Kühl (2006, p. 19) esse processo de maturidade foi conciliado a formulações teóricas e a experiências sistemáticas, de inventários e intervenções, que surgiram no século XIX, com repercussões também na legislação de alguns países, onde várias verdades foram verificadas. Dito isso, alguns autores como Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879, França), John Ruskin (1819-1900, Inglaterra), Camillo Boito (1836-1914, Itália), Alois Riegl (1858-1905, Áustria), Gustavo Giovannoni (1873-1947, Itália), Cesare

Brandi (1906-1988, Itália) manifestaram suas ideias a respeito da teoria de restauro como também formas de intervir em obras de valor patrimonial entre os séculos XIX e XX ².

Em meados do século XIX, as discussões acerca da proteção dos monumentos ainda eram restritas a casos excepcionais e singulares da arte e da arquitetura. Neste momento o termo restauração ainda era voltado ao restabelecimento ou indícios de degradação de um bem, com o intuito de melhorar o seu estado de preservação ou ainda, voltar a sua forma original. A partir disso, pode-se elucidar o conceito de Restauração e da sua prática, assunto este que faz parte de diversos debates contemporâneos, tendo vários panoramas e correntes teóricas.

Partindo dos pensamentos de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, jovem arquiteto que dirigiu a restauração da Igreja de Vézelay em Paris no ano de 1840, diz que restaurar significava recuperar uma unidade estilística ideal, em que o restaurador deveria incorporar o autor original da obra e fazer complementação, para assim ter a adequação da função com a forma e a mesma com a estrutura, deixando evidente a vinculação entre sua teoria e sua prática.

Esse programa, antes de mais nada, admite por princípio que cada edifício ou cada parte de um edifício devam ser restaurados no estilo que lhes pertence, não somente como aparência, mas como estrutura. São poucos os edifícios que, durante a Idade Média sobretudo, foram construídos de uma só vez, ou, se assim o foram, que não tenham sofrido modificações notáveis, seja através de acréscimos, transformações ou mudanças parciais. É, portanto, essencial, antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos. Ademais, na França, cada província possui um estilo que lhe é próprio, uma escola da qual é necessário conhecer os princípios e os meios práticos (Viollet-le-Duc, 2000, p. 47).

Em resistência às práticas intervencionistas defendidas por Viollet-le-Duc, surgiu o movimento antirrestauração que se dominava a preservação da matéria original e a importância da pátina, valorizando a mancha dourada do tempo. Neste grupo, destaca-se o teórico John Ruskin que, em 1849 na Inglaterra, publicou *The Seven Lamps of Architecture* onde ele questionava se a cientificidade da restauração chegaria a bons resultados. Ele chama atenção para a inconveniência de recriar, reproduzir ou completar lacunas de um objeto de outro momento histórico e social, para Ruskin restaurar um monumento é uma “mentira do início ao fim”.

² Importante evidenciar que as discussões acerca dos teóricos no recorte temporal entre os séculos XIX e XX vem para contextualizar o leitor de forma bastante resumida, não limitando este trabalho a esse recorte histórico, considerando que já existem outros trabalhos, facilmente encontrados.

Nem pelo público, nem por aqueles encarregados dos monumentos públicos, o verdadeiro significado da palavra restauração é compreendido. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura. Aquilo sobre o que insisti acima como sendo a vida do conjunto, aquele espírito que só pode ser dado pela mão ou pelo olhar do artífice, não pode ser restituído nunca (Ruskin, 2008, p. 79).

No final do século XIX, a contrariedade representava essas duas tendências, onde uma não aceitava o desaparecimento dos monumentos que marcaram um momento na história e a outra que não concordava com as intervenções que poderiam ser incisivas as obras, preconizava o respeito a matéria original e a pátina, recomendando assim, que as adições que julgassem necessárias se mostrassem distintas das preexistentes sem gerar dúvidas ao observador e respeitando as limitações de cada monumento. Conforme o pensamento ruskiniano, o arquiteto italiano Camillo Boito informou sobre o perigo das restaurações, na conferência realizada em 1884, intitulada “Os Restauradores”:

É difícil! Saber fazer algo tão bem e ter de contentar-se em abster-se ou em desfazer! Mas aqui não se discorre sobre conservação, que aliás é obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas para a admiração do mundo. Mas, uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra; e o meu discurso é dirigido não aos conservadores, homens necessários e beneméritos, mas, sim, aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos (Boito, 2002, p. 37).

Boito desempenhou um papel significativo na criação das primeiras normas italianas, o que teve um impacto significativo no panorama global da teoria da Restauração no século XX. Ao longo desse período, foram feitas contribuições como a de Alois Riegl, que desenvolveu uma ideia de atribuir valor à rememoração, e Gustavo Giovannoni, que ampliou os conceitos de restauração e preservação do patrimônio para a dimensão urbana. Com a grande devastação ocorrida pela Segunda Guerra Mundial, a urgência das reconstruções impulsiona um novo ciclo de revisões críticas. Grandes produções marcaram o início da década de 1940, como textos de Renato Bonelli, Piero Gazzola, Roberto Pane, Paul Phillipot e Cesare Brandi³, cuja repercussão influenciou a redação da Carta de Veneza – documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em 1964.

³ Para este trabalho será utilizado apenas a obra de Cesari Brandi por conter tradução, diferente dos outros autores mencionados.

Acerca do restauro crítico, Cesari Brandi (2013) define suas concepções a partir de dois princípios: primeiro estabelece que “a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (Brandi, 2013, p. 30); o segundo conduz que “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2013, p. 33).

Por meio destes princípios, Brandi norteia o conceito de unidade formal, o objetivo a ser alcançado com o restauro crítico, que se dá mediante intervenções que respeitam o valor histórico do bem. Ele também diz que a integração não deve destoar-se em relação ao todo, apesar de ser reconhecível, o que pode ser conseguido por meio do contraste entre intervenção e o bem cultural em relação à harmonização. Dessa forma, acredita-se que a continuidade do bem objeto de restauro realça em relação ao todo, “de modo que não possam surgir dúvidas sobre a autenticidade de uma parte qualquer da própria obra de arte” (Brandi, 2013, p. 126).

A teoria brandiana defende a restauração, porém com o olhar atento para a questão da autenticidade, conceito este definido como a “intrínseca relação existente entre [...] determinado conjunto e o tipo de intervenção realizada em seu estoque construído” (Vieira, 2007, p. 47), referindo-se, portanto, ao estado material antigo do bem cultural, enquanto a integridade diz respeito à sensação de completude do conjunto. Estes conceitos concernem a teoria do restauro crítico “ao destacar a importância da distinguibilidade e da mínima intervenção, pois só é possível reverter ou promover novas intervenções, se as realizadas anteriormente forem perceptíveis e tiverem afetado minimamente o bem” (Olimpio, 2015, p. 41).

Tais preceitos influenciaram as tendências contemporâneas, como também, as Cartas Patrimoniais, que fornecem a fundamentação teórica-crítica para que os bens de valor histórico e cultural sejam preservados como documentos fidedignos. O próximo tópico irá tratar do contexto histórico do patrimônio no âmbito federal e estadual, abordando como as práticas e as políticas de proteção se estabeleceram até os dias atuais.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL E NA PARAÍBA

O estado assume um papel bastante importante na era da contemporaneidade ao considerar a constituição da memória e da história que se quer nacional. “A intenção é

basicamente unificar um sentimento que permita que memórias ou identidades antes regionais sejam agora reconhecidas como de pertença a uma nação” (Bucheuan, 2010, p.68).

As primeiras décadas do século XX assistiram ao processo de urbanização e industrialização, ao desenvolvimento de uma classe média e aos surgimentos de um proletariado urbano. Até então, as elites se concentravam na modernização das cidades e não havia espaço para recuperar pedaços do passado, pois civilização e progresso eram as palavras de ordem. Apesar de apenas na década de 1920 terem sido registrados projetos de lei relacionados à herança cultural brasileira, é importante compreender a gênese da salvaguarda no Brasil.

O ano de 1922 teve um impacto cultural significativo. O evento cultural que trouxe a consciência histórica dispersa no Brasil, a Semana de Arte Moderna, que consolidou o movimento modernista como um ponto de referência. No mesmo ano, o Museu Histórico Nacional foi criado como uma tentativa de preservar objetos que estejam relacionados à história do Brasil. Logo mais, no artigo 10, da Constituição de julho de 1934, tem-se no Brasil pela primeira vez uma noção jurídica de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Art. 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (BRASIL, 1934); O objetivo deste artigo era responsabilizar o poder público pela preservação dos monumentos de valor artístico ou histórico de importância nacional.

Foi nesse contexto de Estado novo que surgiu o primeiro órgão oficial encarregado de identificar o patrimônio histórico e artístico nacional, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (ICM), criada em 1933, e em 1937 o SPHAN. Ele nasce “ancorado numa ideia básica que é o registro da nação, cuja face era preciso se tornar visível, não através da incorporação de traços da natureza, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse longa duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer” (Santos, 1996, p 77-95).

No dia 30 de novembro de 1937, pelo Decreto-Lei n.º 25, no governo do presidente Getúlio Vargas, criou-se o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujo objetivo seria “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937). Com a implementação, foram criados, assim, os quatro livros do tomo: o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A partir desse

decreto, as constituições posteriores apenas ratificaram a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres envolvendo o Estado e os cidadãos.

De acordo com Buchebuan (2010, p. 75) a atuação inicial do SPHAN se concentra na preservação do patrimônio histórico. Devido a isso, o barroco mineiro passou a ser visto como um representante da arte e da cultura brasileira. Os artistas brasileiros reinventaram esse modelo europeu. Dentro da Instituição, foi o período de "pedra e cal".

Nos primeiros anos de atuação do IPHAN, a chamada “fase heroica”, a maior parte das inscrições de tombamento ocorreram no Livro de Belas Artes. A partir do final da década de 1960, com o início da “fase moderna”, o Livro do Tombo Histórico passou a ter grande importância em relação aos outros, além de mais inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em função da inscrição de conjuntos e extensão dos requisitos necessários para tombamento. Além da noção de monumentalidade e integridade arquitetônica, também passam a ser reconhecidos os conjuntos modestos e triviais, que estão principalmente relacionados à história da formação do território brasileiro.

Essa transformação pode ter relação aos pressupostos da Carta de Veneza de 1964, que eleva à categoria de monumentos os conjuntos urbanos modestos:

Artigo 1º: [...] a noção de monumento histórico compreende a noção de criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 1964).

Entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma maior preocupação com a integração dos conjuntos arquitetônicos e o espaço físico que eles ocupam. Isso ultrapassou uma ideia antiga de paisagens apenas como moldura. Um grande marco internacional relacionado ao tema foi a Convenção da UNESCO de 1972 relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Desse momento em diante obtiveram-se alguns resultados como a atualização e ampliação das definições em relação ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o então SPHAN foi renomeado para IPHAN, deixando de ser “Serviço” para ser “Instituto” e têm-se os artigos 20, 23, 24, 30, 215 e 216 correlacionados ao tema de patrimônio brasileiro. Para fins deste trabalho, destaca-se:

Título III – Da Organização do Estado
Capítulo IV - Dos Municípios
Art. 30. Compete aos Municípios:
[...]

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Brasil, Constituição de 1988).

Outros acontecimentos legislativos no que se refere ao reconhecimento, regulamentação e salvaguarda de bens de valor histórico e cultural no Brasil são listados a seguir: “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” (2003); o “Decreto nº 3.551/2000”, que institui o registro de bens culturais imateriais, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e de outras providências; a “Portaria IPHAN nº 127/2009”, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira; a “Portaria IPHAN nº 187/2010”, que apresenta procedimentos por condutas e atividades legislativas ao patrimônio cultural edificado e de outras providências; a “Portaria IPHAN nº 420/2010”, que induz sobre a autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

No âmbito estadual, desde 1937 já existiam bens tombados pelo IPHAN na Paraíba, com uma maior concentração na capital João Pessoa, embora já houvessem bens tombados pelo interior do estado, sobretudo edificações barrocas e antigas propriedades rurais. Após a realização do 1º e do 2º encontro de governadores, em 1970 e 1971 respectivamente, foram criados os órgãos de preservação patrimonial estaduais e municipais. É justamente 1971 o ano de criação do IPHAEP, pelo Decreto-Lei nº 5.255, fazendo parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

A princípio, o seu funcionamento passou por alguns problemas financeiros, visto que “a Secretaria de Educação e Cultura não tinha verbas destinadas ao funcionamento do IPHAEP, não existia pessoal qualificado e conhecedor do ofício e muito menos uma sede para abrigar o Instituto” (Oliveira, 2002, p. 77). E ainda que o IPHAEP se dispersasse nas ações do órgão nacional, não existia ainda uma legislação que normalizasse seu funcionamento.

Ainda segundo Almir Oliveira (2002, p. 82-83), algumas ações fizeram parte da concepção inicial do IPHAEP, como o convênio com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB para a elaboração e execução do levantamento do Acervo Arquitetônico dos Monumentos Históricos do Estado da Paraíba; o mapeamento da Bacia do Rio do Peixe, em Sousa, para o tombamento da área onde se encontram os vestígios de pegadas de dinossauros; convênio com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a qual obrigava-se a consultar o órgão em caso de qualquer reforma, demolição ou alteração de edificações que constassem na Zona de Preservação Rigorosa ou apresentassem características arquitetônicas ou históricas dignas de proteção.

Após a instauração do IPHAEP, a capital do estado, João Pessoa-PB, já contava com 800 bens tombados, observando uma concentração de intervenções na cidade. De acordo com Oliveira (2002, p. 84), percebe-se também uma preocupação concentrada principalmente na arquitetura, que logo mais passou a fazer parte dos pareceres e foi determinante para futuros tombamentos. No ano de 1982, pelo Decreto-Lei n. 9.484, delimitou-se a área do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, fruto do convênio entre o Governo da Paraíba e o Governo Espanhol, pela capital ter sido fundada na época da União Ibérica.

Apenas no ano de 1998, o IPHAEP passou a utilizar uma documentação formal com registros dos motivos pelos quais o patrimônio histórico deveria ser tombado. Apesar de muitos trabalhos realizados pelo instituto, somente vinte e seis anos desde a sua fundação para se realizar o tombamento de bens não imóveis. A partir do ano de 2001, o IPHAEP passa a ter uma atuação mais dinâmica, com a interiorização das práticas preservacionistas, onde se verifica um aumento considerável de intervenções fora de João Pessoa, a delimitação de centros históricos em várias cidades e a realização de tombamentos temáticos, a exemplo das estações ferroviárias (Cabral, 2015 p.7).

Dessa forma, o IPHAEP se referenciava como agente socializador do patrimônio histórico paraibano pelo Decreto-Lei n.º 7819 que dispõe sobre o Cadastramento e Tombamento dos Bens Culturais, Artísticos e Históricos no Estado:

Capítulo I - Patrimônio Histórico e Artístico Do Estado Da Paraíba

Art. 1º - Ficam sob a proteção e vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, órgão desconcentrado da Secretaria da Educação e Cultura, os bens móveis e imóveis, atuais e futuros, existentes nos limites de seu território, cuja apresentação seja de interesse público, a saber:

I Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo.

II Edifícios, monumentos, documentos e objetos intimamente vinculados a fatos memoráveis da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade.

III Monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitar" a espécimes interessantes da flora e da fauna locais.

IV Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural.

V Ruas, logradouros, praças, largos, tudo enfim que possa caracterizar o ambiente histórico-arquitetônico, de quaisquer cidades do Estado (Paraíba, 1978).

Este tópico evidencia os avanços obtidos a partir do amadurecimento do conceito de patrimônio e das atividades de intervenção como forma de preservação, em que órgãos de proteção foram criados e se expandiram conforme os avanços alcançados, como a criação de coordenações, para a definição de instâncias a fim de garantir ações mais efetivas; regulamentações, com a criação de conceitos, princípios e regras a serem seguidas; e

fomentação, com formas de incentivo para o fortalecimento institucional. Diante disso, se torna acessível o conhecimento dos bens nacionais e a gestão do patrimônio.

Com base no que foi discutido, é importante compreender quais posturas são discutidas no cenário atual desde o século XX, deixando claro os limites de atuação, as formas de intervenção e qual delas é mais aceita, de acordo com sua carga teórico-metodológica.

2.3 PENSAMENTOS DO FINAL DO SÉCULO XX ATÉ OS DIAS DE HOJE

Antes de dar início a discussão acerca dos pensamentos sobre as intervenções de restauração na contemporaneidade, é interessante abordar sobre dois conceitos que perpetuam esse assunto, sendo eles “Integridade” e “Autenticidade”, considerando a diversidade de posturas que em alguns momentos podem até significarem danosas ao bem. Primeiramente, se referindo a “Integridade”, a sua atual definição não diz respeito apenas ao aspecto material, mas a uma noção ampla, sendo elas integridade visual e integridade sócio-funcional. Essa primeira, indica os aspectos estéticos representados pela área e a segunda corresponde à identificação de funções e processos nos quais o desenvolvimento de determinada área tem se baseado, ao longo do tempo.

Já no que se concerne a “Autenticidade”, a Conferência de Nara (1994, p. 01) adverte que, a diversidade de culturas e patrimônios é uma fonte de dados insubstituível, pois nela está contida a riqueza espiritual e intelectual da humanidade, sendo imprescindível a sua proteção e valorização, devendo ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. Jokilehto (2006, apud Vieira 2012, p. 08), defende que, a contribuição criativa e inovadora que uma obra representa é diretamente proporcional à sua garantia. Portanto, a salvaguarda de uma obra específica requer uma compreensão e uma variedade de significados, não se limitando a aspectos materiais. É bastante trabalhoso se chegar a um acordo decorrente a estes termos, mas é de grande importância enquanto “condições qualificadoras” para o momento de definição do que é patrimônio da humanidade como para a gestão responsável pela fiscalização da preservação.

Paulatinamente o conceito de patrimônio vem sendo ampliado abarcando todos os “objetos culturalmente significativos”. A percepção da “cultura” em seu sentido antropológico amplo, considerando-a como um “conjunto de crenças, valores, conhecimento e usos de um grupo social” que “inclui manifestações do dia-a-dia de qualquer grupo social” (Muñoz Viñas, 2005, p.55 apud Vieira, Nascimento, 2012, p.3).

Analisando o contexto italiano contemporâneo, onde a historiografia do conceito de preservação e restauração de bens do passado possui um papel fundamental no que concerne o estabelecimento de teorias, além de um forte aparato legislativo, como as Cartas Patrimoniais, Kühl (2006, p. 26) identifica três principais posturas de atuação denominadas por Carbonara como: a **“crítico-conservativa e criativa”**, a **“pura conservação”** ou **“conservação integral”** e a **“manutenção-repristinação”**⁴. Além do professor Giovanni Carbonara, outras duas figuras importantes se destacam no âmbito da atuação restaurativa, sendo eles Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018) e Paolo Marconi (1933-2013). Para este trabalho, dará mais ênfase às reflexões deste primeiro, sobre a nova arquitetura e a sua inserção em contextos históricos.

Iniciando sobre a **“pura conservação”** ou ainda, **“conservação integral”** onde a instância histórica é privilegiada, não podendo existir juízo sobre o valor artístico, uma vez que não são valores universais. Alguns outros teóricos que defendem essas mesmas ideias merecem ser regatados, como John Ruskin, William Morris e outros com o movimento anti-restauração. Marco Dezzi Bardeschi é uma das principais personalidades a seguir essa postura, onde o restauro deve ser a somatória do projeto de preservação do existente e logo mais acrescentar-se o projeto do novo: “um projeto do novo compatível, mas não mimético, isto é respeitoso, dialeticamente consciente e, ao mesmo tempo, declaradamente legível e autônomo” (Kühl, 2008, p. 28).

Como exemplo desse tipo de ação intervencionista, tem-se o caso do Palazzo della Ragione (ver figura 6) localizado em Milão-Itália do arquiteto Marco Dezzi Bardeschi. Nesse projeto houve um enorme respeito a história, onde todos os traços materiais do tempo foram preservados e com a inserção da nova arquitetura, sendo representada pela escada externa que ganhou grande destaque em relação ao contexto da edificação. Importante enfatizar sobre o respeito que a intervenção deve ter no que se refere a autenticidade do material e também a nova arquitetura, porém de forma que não interfira na sensação de completude da matéria, ao contrário do que Bardeschi defende.

Figura 6 - Antes (1854) e depois (1985) do Restauro do Palazzo della Ragione, Milão-Itália.

⁴ A escolha pelas teorias italianas se deu pelo importante papel da Itália nesse cenário, à proliferação das discussões e aceitação no âmbito da academia brasileira. Sendo utilizado neste trabalho e então recomendado para uma melhor abordagem histórica, teórica e técnica, consultar Kühl (2006), Kühl (2008), Vieira e Nascimento (2012), Olimpio (2020), Nahas (2021) e outros. Dessa forma, os autores italianos citados neste trabalho, foram utilizados conforme estes e outros autores, por não haver a tradução das obras.



Fonte: Site Milan Divino (2020)⁵



Fonte: Site Villegiardini (2022)⁶

A segunda vertente, nomeada de **“manutenção-repristinação”** ou **“hipermanutenção”** é feita uma crítica em relação à exigência de distinguir a arquitetura preexistente e a nova, fazendo uso de analogias. Essa postura é comumente associada a teoria adotada por Viollet-le-Duc. Como cita Olimpio (2020, p. 75), a “manutenção-repristinação” parte de dois princípios preconizados por Marconi, onde o primeiro se refere a atividades de manutenção periódicas e o segundo pela possibilidade de reconstruções “como era, onde era” em prol da beleza e estética.

Desse modo, segundo Marconi (2007, *apud* Olimpio, 2020, p. 75), é importante possibilitar a “recuperação da beleza e dos centros históricos”, devendo se “refazer um órgão mutilado e degradado, mas também, se necessário, acompanhar a linguagem formal com o cuidado necessário não apenas a recuperação da funcionalidade”. Como exemplo para essa postura, tem-se a reconstrução do Palazzo della Zisa, projeto de Giuseppe Caronia (ver figura 7) com consultoria de Paolo Marconi, onde ele elegeu a reconstrução das paredes e telhados arruinados e ainda, a recomposição em estilo da fachada.

Figura 7 - Antes (1935) e depois da intervenção do Palazzo della Zisa.



Fonte: Hidden Architecture (2016)⁷.



Fonte: Site Wikimedia Commons (2021)⁸.

⁵ Disponível em: <https://www.divinamilano.it/palazzo-della-ragione/>. Acesso em 09 de agosto de 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.villegiardini.it/milano-palazzo-della-ragione/>. Acesso em 13 de maio de 2023.

⁷ Disponível em: <http://hiddenarchitecture.net/castello-della-zisa/>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

⁸ Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/La_Zisa. Acesso em 13 de maio de 2023.

A última forma de intervenção, intitulada de **“crítico-conservativa e criativa”** está enraizada fortemente nos fundamentos do “restauro crítico” que alguns autores defendem, como Cesari Brandi. Segundo Kühn (2006, p.26), nessa perspectiva, a restauração é conservadora e prudente, o que não significa congelamento e sugere o uso de recursos criativos (usados, porém, em benefício da obra e não em prejuízo dela), necessários para abordar uma variedade de questões que podem estar envolvidas na restauração, como a remoção de novos elementos e a reintegração de lacunas.

Essa postura está formulada em duas fundamentais instâncias preconizadas na teoria brandiana: estética e história, uma vez que a leitura do bem cultural deve ser feita de forma simples e transparente, sem desconsiderar as “marcas” do tempo, ou seja, sem cometer um falso histórico. Como exemplo, tem-se a restauração no Ex-Oratorio di San Filippo Neri em Bolonha, realizada entre os anos de 1997-1998 pelo arquiteto Pierluigi Cervellatti. Nessa restauração o arquiteto optou por deixar evidente as fases históricas, mas também propôs o restauro como reintegração da imagem do edifício, através da reconstrução do teto com a utilização de materiais diferentes e sem a intenção de reconstrução. A seguir, na figura 8, pode-se ver a distinção dos materiais escolhidos, havendo uma comunicação entre o existente e as novas técnicas.

Figura 8 - Estado do “Ex-Oratorio di San Filippo Neri”, após o bombardeio de 1944 e após a intervenção de 1997-1998.



Fonte: PromoLegno, In: Federica Stupazzini, Franco Zanini⁹.



Fonte: Jeú Olmpio (2019).

⁹ Disponível em: <https://www.promolegno.com/materialelegno/materialelegno-02-la-sostenibile-leggerezza-del-legno/splendore-rinnovato>. Acesso em: julho de 2023.

Dessa forma, a postura **“crítico-conservativa e criativa”** se apresenta como a mais coerente, uma vez que busca uma relação dialética entre as instâncias estética e histórica, e é trabalhada de modo criativo, visando um equilíbrio entre a autenticidade histórico/material do objeto arquitetônico e propondo ainda a busca da sua integridade visual. Admite-se a reintegração da imagem desde que os acréscimos contemporâneos sejam revelados sem, contudo, impedir a leitura do objeto arquitetônico (Olimpio, 2020, p.75).

Conforme Kühl (2006, p.29) essas vertentes, com representantes em vários países, apesar de às vezes funcionarem separadamente, defendem o valor documental da obra, apesar da variedade de suas formulações e das várias maneiras pelas quais ela pode ser usada. É importante enfatizar isso neste ponto. As formulações teóricas relacionadas à preservação, que consideram o campo como essencialmente cultural, permitem que se circunscreva e defina a captura do campo de ação, separando-o daquilo que está fora dos objetivos de salvaguarda; pois ter uma relação relativa é uma coisa, mas não ter nenhuma relação com o assunto é outra.

Segundo o discutido, observamos que as posturas **“conservação integral”** e **“manutenção-represtinação”** se distinguem no que se refere a sensibilidade histórico-estética de intervenção em um patrimônio histórico. Ambas se diferem na admissão ou não da reconstrução total, ou parcial de edifícios e a utilização de materiais e formas arquitetônicas de linguagens distintas do preexistente. Enquanto isso, a vertente **“crítico-conservativa e criativa”** é uma versão que busca o equilíbrio entre a estética e a história.

Ao considerar a intervenção como uma estratégia para preservar os bens de valor histórico e cultural, é essencial discutir os fundamentos que sustentam essa abordagem. Esses fundamentos vêm de discussões que começaram no século XIX e foram discutidos ao longo desse período.

2.4 PRINCÍPIOS-GUIA PARA INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS

A Carta de Atenas (1931, p. 01) dispõe que “mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que seu caráter histórico ou artístico”. Ou seja, é interessante que se mantenha a função social do edifício.

Partindo para a Carta de Veneza (1964, p. 02) determina que “a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos, fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos”. O respeito aqui atribuído também é estabelecido pela

distinguiabilidade de novas intervenções, assim como entre os materiais a serem utilizados com os existentes.

Seguindo para a Carta de Restauro (1972, p. 01-02) “entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter o funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos”. Dessa forma, é importante que a intervenção no bem ou em seu entorno fique assegurada, de modo que o seu futuro não seja inviabilizado pelas técnicas e materiais utilizados.

Pode-se pensar que a criatividade não pode existir nos projetos de intervenção de bens de valor histórico e cultural, conhecidos como de “valor patrimonial”, porém, “se entendemos hoje que a preservação deve necessariamente passar pela incorporação destes bens na vida cotidiana contemporânea, a criatividade torna-se essencial para lidar com os conflitos entre as necessidades funcionais-programáticas e as restrições [...]” (Vieira, Nascimento, Dantas, 2015, p.2).

Alois Riegl (1858-1905) em seu livro “O culto moderno dos monumentos” de 1903, faz uma abordagem acerca do monumento como objeto de memória coletiva, onde são realizadas reflexões das formas de manuseio e percepção do bem cultural, com base em valores atribuídos a ele. O autor se divide em dois grupos, sendo eles: “**valores de memória**” que estão ligados ao passado e os “**valores de atualidade**” que pertence às necessidades dos homens no tempo presente.

Primeiro, referindo-se aos “**valores de memória**”, estes são separados em três tipologias: “**valor de antiguidade**”, que corresponde a influência do tempo, ao desgaste e decomposição da superfície, que revela a ação de dissolução provocada pela natureza (Riegl, 1903, p. 51); O “**valor histórico**”, representa o estágio evolutivo individual sob o domínio qualquer da atividade humana, ou seja, o que realmente importa aqui é a criação original sem grandes alterações do monumento (Riegl, 1903, p. 55); e o “**valor de memória/comemoração**” que abstrai do passado um momento da evolução histórica, colocando-o como se pertencesse ao presente. A ideia é nunca deixar o monumento fazer parte do passado, fazendo-o sempre vivo e presente nas gerações futuras (Riegl, 1903, p. 63).

Agora, em relação aos “**valores de atualidade**”, tem-se duas categorias: “**valor de Uso**”, que se refere às condições que são colocados os monumentos de forma que não comprometa sua existência (Riegl, 1903, p. 66); e o “**Valor de Arte**” que possui duas exigências, sendo a primeira que exige que toda arte moderna deve apresentar integralidade de forma e cor sem qualquer dissolução. A segunda refere-se à possibilidade de que obras de

gerações anteriores possam ser apreciadas não só como testemunhas da força criadora, mas ainda com respeito à especificidade da sua concepção, forma e cor (Riegl, 1903, p. 69-70).

Importante enfatizar que esses princípios são essenciais para delinear as diretrizes norteadoras do projeto de restauração, sendo assim, “partir do conhecimento profundo do bem cultural que se deseja preservar e, a partir da definição de princípios teórico-metodológicos, definir o caminho para o atendimento das necessidades contemporâneas colocadas pelo novo uso que se insere na edificação” (Vieira, Nascimento, Dantas, 2015, p.5) é de extrema importância.

Partindo dessas considerações, o professor Carbonara (2012) atribui alguns princípios guias como formas de intervenção em bens de valor histórico e cultural, sendo eles:

O critério da “**intervenção mínima**”, como regra fundamental; o de sua “**reversibilidade**”, pelo menos potencial; o de sua “**distinguibilidade**” visível; a da “**compatibilidade**” físico-química, para que o novo não acabe prejudicando o antigo, por sua maior resistência mecânica ou agressão química [...]; a da sua “**atualidade**” e sinceridade expressiva, sendo a restauração, como quer que seja entendida, um ato de nosso tempo, uma manifestação da cultura histórica e figurativa de hoje, não de outras futuras ou passadas³⁷ (Carbonara, 2012b, p.16, *apud* tradução e grifo Fernandes, 2022, p. 55-56).

Além destes, existem outros princípios importantes defendidos por Olimpio (2020, p. 97-98) para as intervenções arquitetônicas, como a “**Conservação Integrada**” que são um conjunto de medidas legislativas e administrativas; o “**Respeito a todas as fases de construção de um monumento**”, onde a eliminação de uma etapa construtiva de uma edificação, só se justifica por “circunstâncias excepcionais”; a “**Distinguibilidade**” trata-se da distinção entre o preexistente e o atual no que concerne à forma, material, cor e estrutura, ou seja, que as remoções e acréscimos possam ser vistos tanto pela perspectiva da ação do tempo ou pelas interferências causadas na nova intervenção. Para exemplificar, tem-se o Reichstag em Berlim (ver figura 09), onde se encontra o Parlamento Alemão (Bundestag) que teve sua reconstrução em 1992, com o projeto encabeçado pelo arquiteto Norman Foster, “que buscou reconciliar o novo interior com o antigo, preservando as marcas da história que ressoavam através da fábrica do Reichstag e permitindo que este funcionasse como um museu vivo” (Oliveira, 2005, on-line).

Figura 9 - Antes e depois da intervenção Reichstag-Berlim.



Fonte: Site Finger, 2023¹⁰.



Fonte: Site Goeasyberlin, 2016¹¹.

Tem-se ainda, o **“Respeito ao caráter e fisionomia de preexistente de valor patrimonial”** considerado essencial no que diz respeito a fisionomia da cidade e da vizinhança dos monumentos antigos; o **“Uso”**, trata-se de devolver a função social do bem, de forma que atenda às necessidades atuais da vida contemporânea, a exemplo disso, tem-se a Casa de Cultura Mário Quintana em Porto Alegre-RS, projeto dos arquitetos Flávio Kiefer e Joel Gorski, que passou pelo processo de mudança de hotel para centro cultural (ver figura 10).

Figura 10 - Antiga fachada e área interna após intervenção.



Fonte: Eder Santos Carvalho (2012)¹².



Fonte: Rodrigo Tetsuo Argenton (2016)¹³.

¹⁰ Disponível em: <https://finger.ind.br/blog/parlamento/> Acesso em: julho de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://goeasyberlin.de/blog/sightseeing/reichstag-o-parlamento-alemao/> Acesso em: julho de 2023.

¹² Disponível em: <http://historiaearquitetura.blogspot.com/2012/05/revitalizacao-da-casa-de-cultura-mario.html> Acesso em: julho de 2023.

¹³ Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Casa_de_Cultura_Mario_Quintana_por_Rodrigo_Tetsuo_Argenton_%282016%29.jpg Acesso em: julho de 2023.

A “**mínima intervenção**” é quando a ação arrisca as relações de cores e volumes do bem, desse modo, deve ser evitado. Pode-se ver a aplicação deste princípio no projeto de restauro do antigo Hotel Cassina em Manaus-AM do arquiteto Laurent Troost, onde ele preservou a fachada de argamassa pigmentada com pó de arenito vermelho – considerada a última da cidade, de forma que para paralisar sua degradação foram realizados minuciosos trabalhos de restauro (ver figura 11).

Figura 11 - Antes e depois do processo de restauração do antigo Hotel Cassina em Manaus-AM.

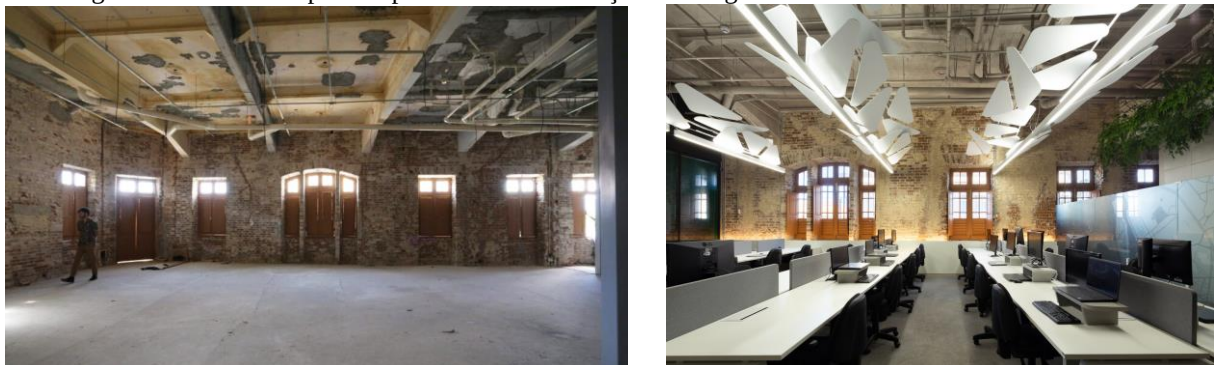


Fonte: Reprodução Portal Amazônia (2021)¹⁴.

Fonte: Joana França (2020)¹⁵.

E por fim, a “**Reversebilidade/retrabalhabilidade da intervenção**”, que consiste no ato de prever possíveis modificações futuras, sem prejudicar o bem de valor histórico e cultural. Como exemplo, tem-se o projeto de restauro do antigo Edifício da Moeda 50 – atual Sede Fintech Insole, localizado em Recife-PE, com autoria do escritório Mobio Arquitetura. Nele, foi mantida toda a sua estrutura original e os espaços foram redistribuídos para atender as novas necessidades do ambiente, utilizando perfis de aço e vidro para dividir os ambientes (ver figura 12).

Figura 12 - Antes e depois do processo de restauração do antigo Edifício da Moeda 50 em Recife-PE.



¹⁴ Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/conheca-a-historia-do-cabare-chinelo-atual-casarao-cassina-em-manaus> Acesso em: Junho de 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/21.248/8471> Acesso em: Junho de 2023.

Fonte: Mobio Arquitetura (2021)¹⁶.

Nota-se a complexidade que é a elaboração de projetos de intervenção, levando em consideração os muitos fatores que influenciam nas diretrizes projetuais. Primeiramente, por sua condição de patrimônio cultural, com significados e representações e, depois, pela adequação dos espaços antigos a novos usos, que muitas vezes necessitam de novas instalações, para garantir a segurança e a possibilidade de um uso atual (Olimpio, 2020, p. 99). Fato também, que em meio a tantas tendências e classes de intervenção, é comum que os arquitetos priorizem o princípio da distinção como a maneira de deixar registrada a marca da sua arquitetura em detrimento da natureza inesquecível do monumento, de modo que “o novo deve ser colocado a serviço do antigo como continuidade de sua história, para valorizar e explicar o monumento, e não o contrário” (Nahas, 2015, p. 108).

Porém, diante as recomendações, discussões e cartas, é exequível delinear os caminhos a serem seguidos, chegando então, ao conhecimento de “**Por que Preservar?**”, visando embasar a discussão deste trabalho. Quando se estabelece estratégias de preservação por meio de aulas de intervenção e como usar posturas nas análises projetuais, também falamos sobre a fase projetual de análise das estratégias a serem levadas em consideração. Isso enquadra o questionamento “**Como preservar?**”.

Sendo assim, o próximo capítulo pretende levar ao leitor um conhecimento mais profundo do bem e de sua preexistência, enfatizando seu contexto histórico, transformação, valores, aspectos materiais e imateriais, fisionomia, diagnóstico e análises. Desse modo, estando pontuado as perguntas: “O que preservar?”, “Para quem preservar?” e “Como preservar?”.

¹⁶ Disponível em: <https://mobio.arq.br/porto-digital-conectando-patrimonio-e-tecnologia-em-recife/> Acesso em: julho 2023.

3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E A SUA INSERÇÃO NO VALE DO RIO DO PEIXE

O presente capítulo pretende introduzir o leitor de forma mais íntima ao objeto de estudo, sendo o Casarão Bernardes localizado na parte central da cidade de São João do Rio do Peixe-PB (ver figura 13). Aqui será verificado seu contexto histórico, a identificação de sua importância cultural, descrição e análise formal, bem como sua situação atual de preservação. Em meio a tudo isso, serão evidenciadas as partes deixadas a negligência, para então comunicar a proposta de restauro. Sendo aqui respondidas às perguntas: “O que preservar?”, “Para quem preservar?” e “Como preservar?”.

Figura 13 - Vista do Casarão para a Igreja da Matriz



Fonte: Autora (2023).

Segundo a historiadora Rosilda Cartaxo (1975, p. 61), a fundação do município de São João do Rio do Peixe resultou do desmembramento da cidade de Sousa-PB no ano de 1881, porém há registros de sua origem desde o início do século XVII, quando as sesmarias do sertão pernambucano foram divididas. A área que hoje forma o município, antes era ocupada pela chamada Ribeira do Rio do Peixe, inicialmente explorada por Luis Quaresma Dourado,

da Paraíba, e pela família D'ávilla, integrante da Casa Torre, na Bahia¹⁷. Segundo Abreu (2015, p. 269) na segunda metade do século XVIII, com o estabelecimento da família Dantas na região, em que João Dantas Rothéa é considerado o primeiro residente do que antes era a Fazenda São João e atual cidade de São João do Rio do Peixe. Ao longo do tempo, várias outras habitações foram se estabelecendo junto à fazenda, marcando o início de um povoamento.

No século XIX, entre os anos 1855 e 1863 é elevada a Igreja Matriz, que marcou um novo ciclo de desenvolvimento de São João do Rio do Peixe, que passou a ser distrito e logo à Vila, em 1881 – momento em que foi desmembrada da cidade de Sousa-PB. Outro marco importante para o desenvolvimento do município, foi a chegada do transporte ferroviário pela empresa “Rede de Viação Cearense” (extinta em 1975), essa conexão estabelecida entre diversos municípios da região alavancou a economia local, fazendo com que houvesse maior escoamento do algodão produzido na região. O escritor José Américo de Almeida destacou a importância do algodão para a economia do alto sertão “[...] Seguem-se Sousa, Cajazeiras, São José dos Piranhas, Catolé do Rocha, São João do Rio do Peixe, grandes centros de produção algodoeira” (Targino, 2003, p. 64 *apud* Silva, 2019, p. 32).

A modernização da cidade aconteceu nas primeiras décadas do século XX, após a inserção da instituição da linha férrea, a implantação de instituições públicas e de novas indústrias. A partir disso, o aquecimento da economia atraiu novos habitantes, e consequentemente, o comércio e serviços começaram a abranger novas escalas para atender a demanda da população. Nessas circunstâncias de crescimento, muitas edificações foram construídas, nesse momento o ecletismo dominava a modernização dos centros urbanos brasileiros e não foi diferente na cidade. Exemplos de edificações com elementos ornamentais que expressam o ecletismo, o Art Nouveau e o Art Déco fazem parte do conjunto arquitetônico do município até a contemporaneidade. Entretanto, na segunda metade desse mesmo século, com a evasão de novos agentes de desenvolvimento acerca da modernização e do crescimento da cidade, exemplares do patrimônio histórico foram alienados, ocasionando intervenções descabidas, reformas e arruinamentos, uma vez que as edificações não estavam protegidas por lei.

Com a intenção de proteger esse importante legado arquitetônico municipal, a historiadora Rosilda Cartaxo entrou com o processo, para que o sítio tivesse proteção legal.

¹⁷ Segundo Abreu (2015, p. 50-51) a família d'ávila administrava as imensas terras recebidas em sesmaria, concedidas pela Coroa em troca dos serviços prestados com o desbravamento do sertão e com lutas travadas contra os indígenas. Eles também conquistaram importantes cargos políticos e militares, fato este que fez dessa família uma das mais poderosas.

Em 31 de outubro de 2000, o ofício n.º 0152/2000 foi expedido da subsecretária de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura, destinado ao diretor do IPHAEP, Dr. Itapuan Targino, solicitando a delimitação do Centro Histórico do município de São João do Rio do Peixe. Após todos os trâmites burocráticos e análises dos bens a serem protegidos, o parecer foi favorável ao tombamento, sendo assim, o centro histórico da cidade de São João do Rio do Peixe passou a ser tombado pelo Governo do Estado da Paraíba por meio do Decreto n.º 22.917 de 03 de abril de 2002, ficando protegido por lei e fiscalizado pelo órgão responsável, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP.

O decreto estabeleceu duas poligonais que delimitam o centro histórico (ver figura 03), sendo elas as Áreas de proteção rigorosa (APR) e Área de Proteção de Entorno (APE). No mapa também é possível observar um grupo de imóveis que possuem proteção individual, sendo elas, a antiga usina de algodão S. Luiz, que tinha como proprietário Sr. Luiz Bernardo de Albuquerque, pai do antigo dono do Casarão Bernardes, Alcindo Bernardo (ver figura 15) – neste momento presente, a edificação cedeu totalmente –, a Capela São Francisco (ver figura 17), a Igreja Nossa Senhora do Rosário (ver figura 19), a Cadeia Pública e a antiga Estação Ferroviária (ver figura 21).

Figura 14 - Mapa de localização da antiga usina.



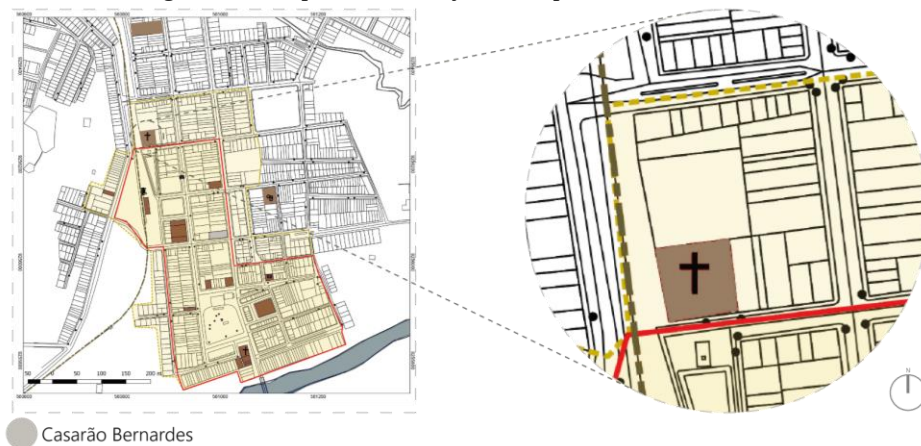
Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 15 - Antiga usina de algodão São Luiz.



Fonte: GALVÃO (2015 p.58) - fotografia de 1995. Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas (2018).

Figura 16 - Mapa de localização da Capela de São Francisco.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 17 - Capela São Francisco, construção do ano de 1944, com a fachada simples, possuindo uma torre, que é a sineira, com alguns adornos, e encimada por uma cruz.

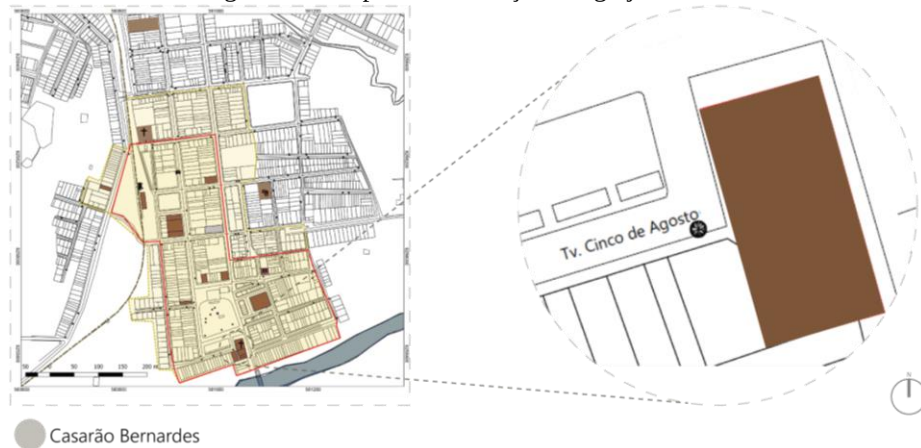


Fonte: GALVÃO (2015 p.52) – fotografia de 1949.



Fonte: Acervo Francisco Cezar (2023).

Figura 18 - Mapa de localização da Igreja Matriz.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 19 - Igreja Nossa Senhora do Rosário (Igreja Matriz), com características arquitetônicas do estilo barroco, possui sua fachada principal com duas torres de sino e separadas por um frontão recortado com formas de volutas.



Fonte: GALVÃO (2015, p. 24) – fotografia de 1924.



Fonte: Autora (2023)

Figura 20 - Mapa de localização da antiga Estação Ferroviária.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 21 - Estação Ferroviária, caracterizada por seus traços ecléticos, hoje ela faz parte do conjunto do patrimônio cultural ferroviário do IPHAN pelo Decreto n.º 21.434, de 31/10/2000. Em 2017 foi reformada, e neste momento ocupa a biblioteca municipal.



Fonte: GALVÃO (2015, p. 48) adaptado pela autora (2023) – fotografia de 1960.



Fonte: Autora (2023).

A fim de embasar o que culminou o processo de tombamento do Centro Histórico da cidade, serão listados a seguir as edificações emblemáticas presentes na poligonal de proteção sob a responsabilidade do IPHAEP, considerando a pertinência das mesmas, em termos de expressão arquitetônica e sua permanência ao longo do tempo sem sofrer grandes alterações.

Figura 22 - Mapa de localização do Imóvel n.º 178.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 23 - Imóvel n.º 178, com seus traços ecléticos, este imóvel sediou a primeira Câmara Municipal da cidade e neste momento possui uso comercial.



Fonte: GALVÃO (2015, p. 30) adaptado pela autora – fotografia de 1948.



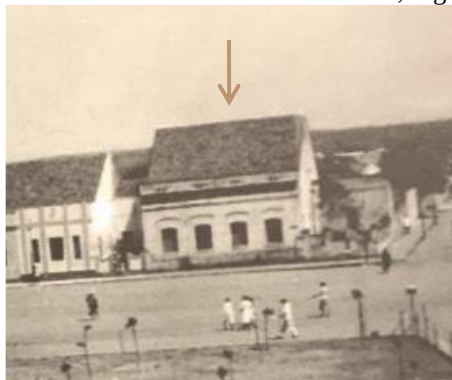
Fonte: Autora (2023)

Figura 24 - Mapa de localização do Imóvel n.º 67.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 25 - Imóvel n.º 67, construção eclética, foi moradia de um importante médico da região, Dr. Otácilio Jurema, segundo Galvão (2015, p. 29).

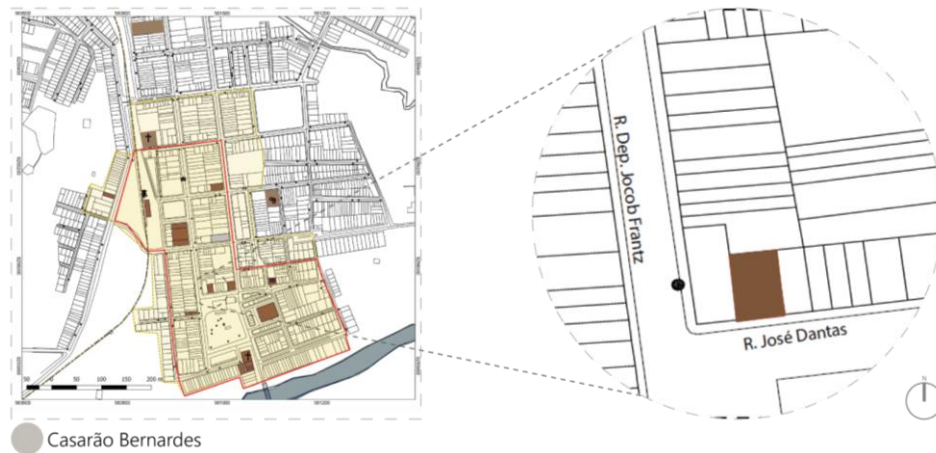


Fonte: GALVÃO (2015, p.29) adaptado pela autora – fotografia de 1948.



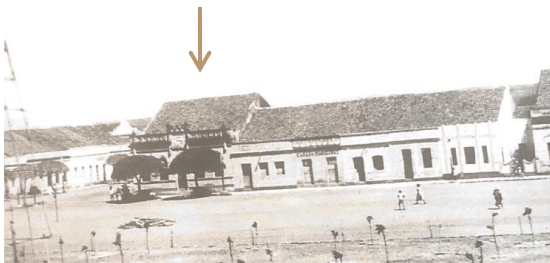
Fonte: Autora (2023).

Figura 26 - Mapa de localização do Imóvel n.º 19.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 27 - Imóvel n.º 19, arquitetura eclética, essa edificação pertenceu ao Padre Cirilo de Sá, importante figura para o cenário sãojoanense.

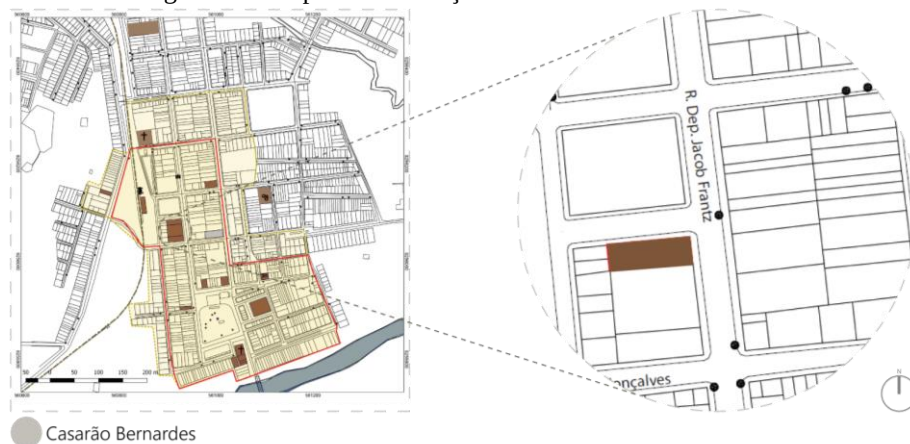


Fonte: GALVÃO (2015, p.30) adaptado pela autora – fotografia de 1948



Fonte: Autora (2023).

Figura 28 - Mapa de localização do Imóvel n.º 147.



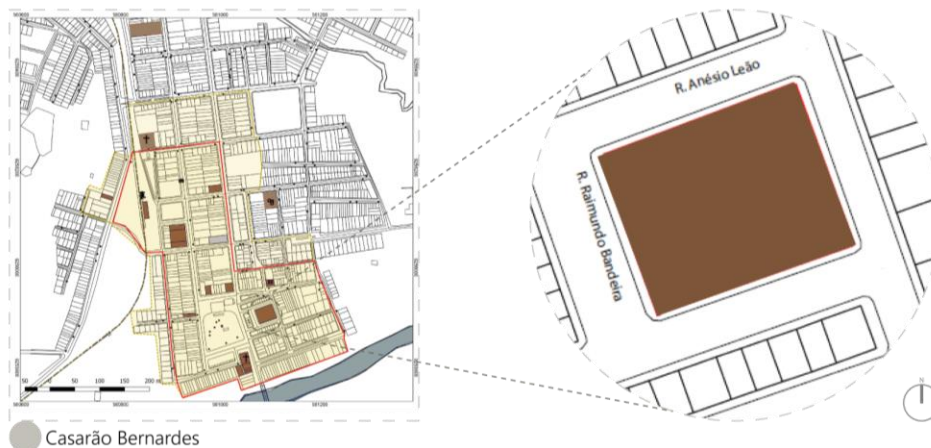
Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 29 - Imóvel n.º 147, essa residência se destaca na paisagem urbana pela sua riqueza de detalhes decorativos em um claro apelo Art Nouveau, atualmente funciona como cartório de registro de imóveis.



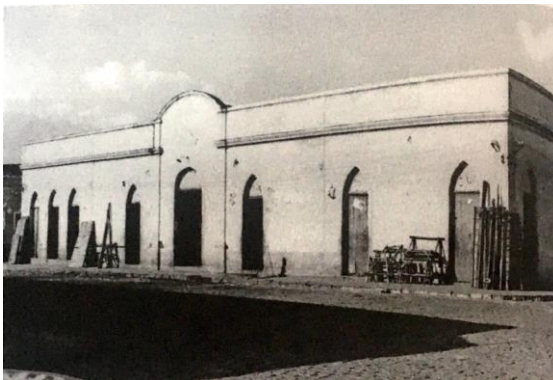
Fonte: Autora (2023).

Figura 30 - Mapa de localização do Mercado Público.



Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 31 - Mercado Público Municipal, "É o único da região que mantém sua estrutura arquitetônica original" (GALVÃO, 2015, p.64). Contemplando um ecletismo tímido, ele funciona até este momento e recentemente, no ano de 2021, passou por uma reforma de manutenção

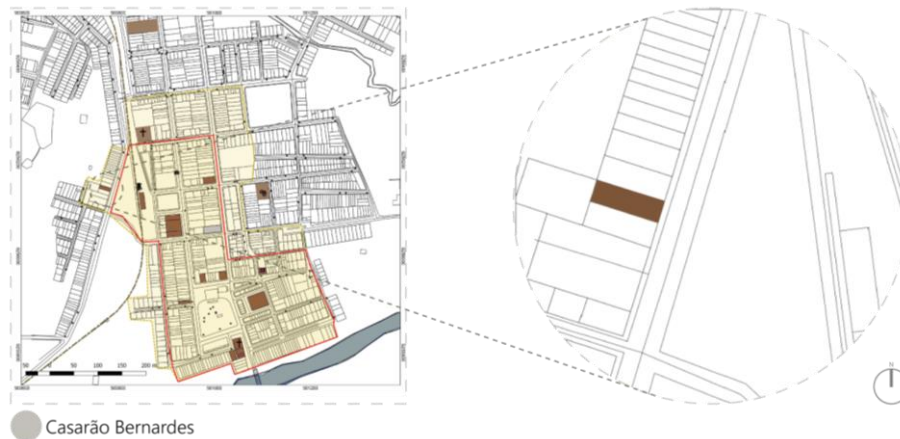


Fonte: GALVÃO (2015, p.64) – fotografia de 1983.



Fonte: Autora (2023).

Figura 32 - Mapa de localização da antiga Fábrica de algodão.

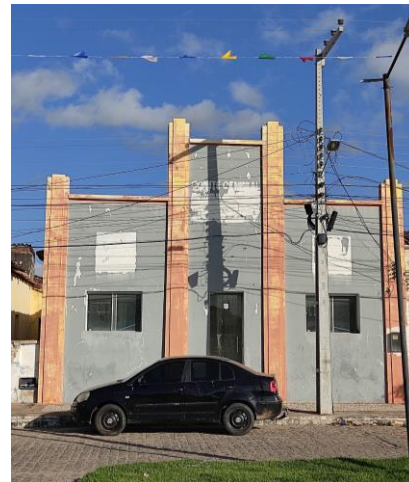


Fonte: Anna Luísa Dantas (2019), adaptada pela autora (2023).

Figura 33 - Fábrica Beneficente de Algodão, um grande exemplar da tipologia fabril da década de 1930, possui marcos geométricos do estilo Art Déco, neste momento ela funciona como sede da ML Construtora.



Fonte: GALVÃO (2015, p.58).



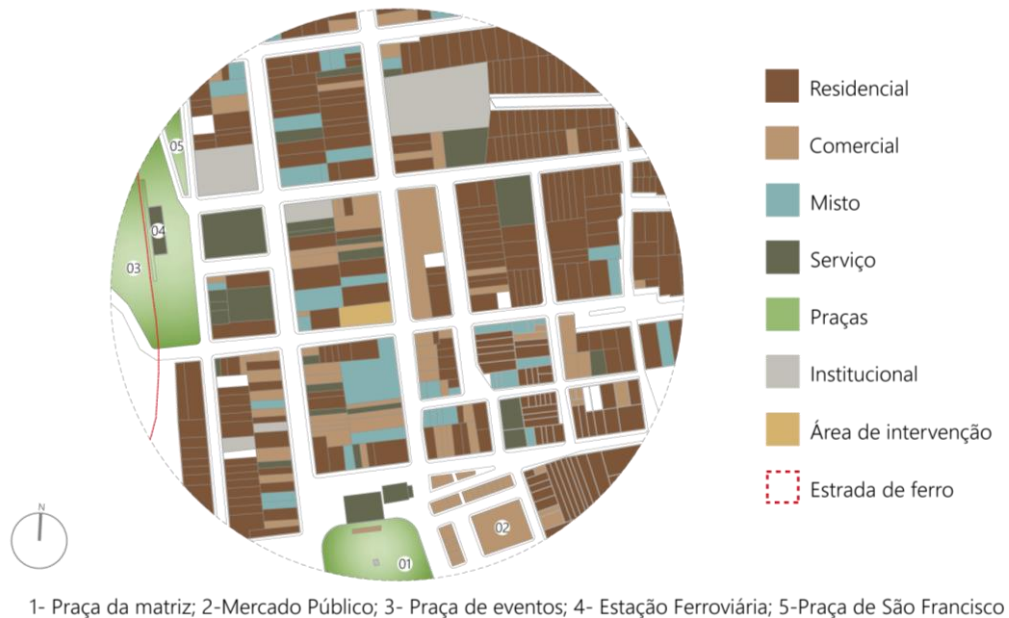
Fonte: Autora (2023).

A partir do que foi exposto, pode-se verificar que as edificações emblemáticas de São João do Rio do Peixe-PB, em sua grande maioria, apresentam características que contemplam o ecletismo, a expressão arquitetônica da era modernizante das cidades na primeira metade do século passado. Em algumas edificações, ainda, são evidentes a aplicação tanto das prerrogativas formais do ecletismo como da linguagem da tecnologia Art Déco. Percebe-se, também, que, em sua grande parte, as construções representativas inscritas na poligonal definida pelo IPHAEP estão bem preservadas. Porém, algumas edificações, como o objeto de estudo deste trabalho – como será visto mais adiante, mesmo com as ferramentas de proteção disponíveis, corre o risco de descaracterização, pela falta de zelo e respeito à salvaguarda da memória local. “Comparando imagens antigas e atuais, é perceptível que em São João do Rio do Peixe, várias edificações que documentavam a evolução da cidade no âmbito residencial, de serviços, e até industrial, como as usinas de arroz e algodão, desapareceram” (Silva, 2019, p. 22).

Agora, tratando do objeto de estudo, pode-se considerar sua inserção na paisagem urbana como sendo favorável para o seu reconhecimento cultural. Situada nas proximidades da Igreja e praça da Matriz, Praça de eventos, onde está localizada a Antiga Estação Ferroviária e Praça de São Francisco (mapa 1), – locais que mais atraem usuários e turistas na cidade, em consequência das edificações históricas, equipamentos e serviços presentes nessas regiões –, entre as ruas Tabelião José Cândido Dantas e a Rua Antônio Gonçalves (ver mapa 2).

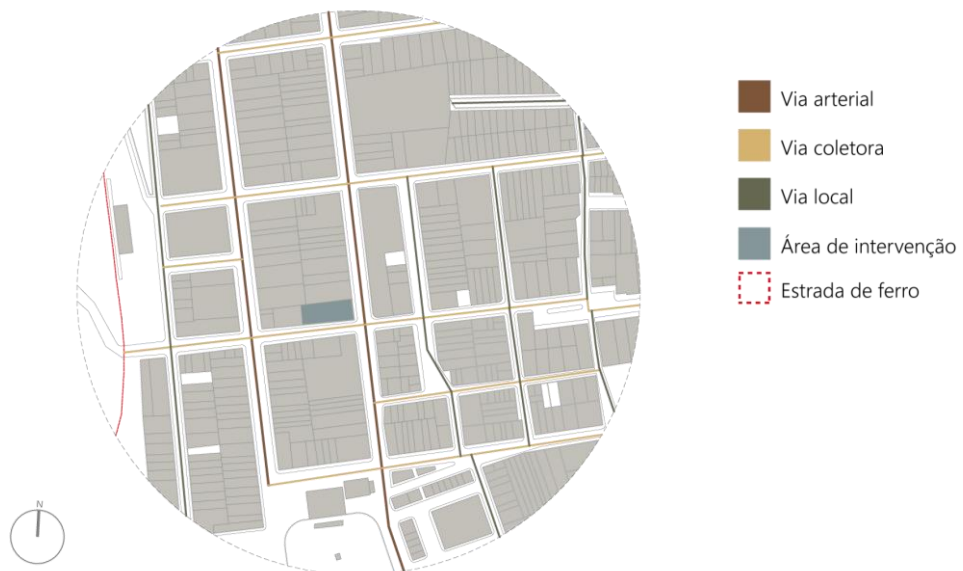
O entorno urbano do casarão é bastante ocupado, marcado por usos já consolidados (comercial, residencial, misto, serviços e instituições públicas e privadas), além de edifícios de relevante interesse histórico e algumas praças. Pode-se identificar isso através dos mapas 1 e 3, que foram feitos de modo a explicar as relações entre os diferentes usos em uma mesma área com a edificação em estudo, evidenciando que se trata de uma zona com potencial e em desenvolvimento, aliado à preservação dos remanescentes históricos construídos.

Mapa 1 - Mapa de uso do solo urbano (raio de 200m em relação ao objeto de estudo).



Fonte: Produzido pela autora (2023).

Mapa 2 - Mapa de vias urbana (raio de 200m em relação ao objeto de estudo).



Fonte: Produzido pela autora (2023).

Mapa 3 - Mapa de cheios e vazios (raio de 200m em relação ao objeto de estudo).



Fonte: Produzido pela autora (2023).

Trata-se de uma edificação do estilo eclético, possivelmente construída na segunda metade do século XIX, período onde o ecletismo começou a aparecer no Brasil. Os antigos proprietários da residência eram o Sr. Geraldo Bernardo de Albuquerque, conhecido por Alcindo Bernardo e a sua esposa Rosa Amélia Dantas (ver figura 34). Alcindo Bernardo morreu aos 85 anos na cidade de Recife-PE em 1993, onde morava com sua esposa. Segundo Galvão (2011, p. 196) ele foi em São João do Rio do Peixe, político, comerciante, proprietário rural, industrial, produtor de algodão, em que foi sócio-proprietário da Empresa Algodoeira São João de Bernardo & Cia e ainda, sócio-proprietário da firma comercial L. Bernardo,

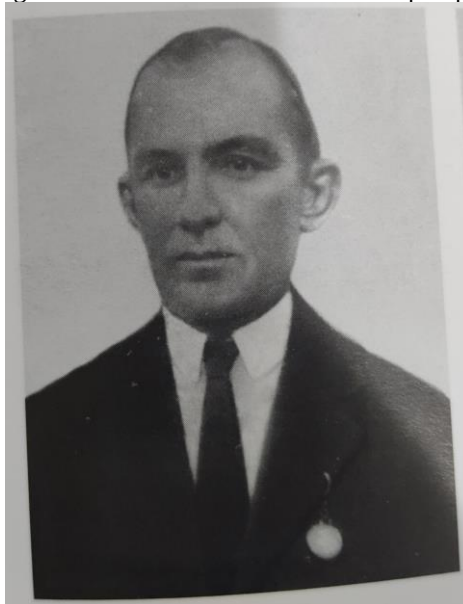
Filhos & Cia, conhecida como “Casa Estrela”. Seu pai, o Sr. Luiz Bernardo de Albuquerque (ver figura 35) também foi uma grande figura para a cidade, “ele foi um grande comerciante no vale do rio do peixe, foi o pioneiro da industrialização do algodão no município de São João do Rio do Peixe e proprietário da Casa Estrela” (GALVÃO, 2011, p. 100).

Figura 34 - Antigos proprietários do Casarão



Fonte: GALVÃO (2015, p.193).

Figura 35 - Sr. Luiz Bernardo de Albuquerque



Fonte: GALVÃO (2015, p.59).

Segundo Silva (2023)¹⁸ A edificação sempre teve uso residencial, os antigos donos, possivelmente residiram na casa até o início da década de 90, quando se mudaram para Recife-PE com seus filhos, deixando o casarão fechado. Com o tempo, a residência passou a ser invadida e a receber atos de vandalismo por pessoas da cidade que queriam tomar posse, utilizando de instrumentos urbanos para fins de moradia. Porém, após a morte de Alcindo

¹⁸ Informação concedida por João Bosco da Silva em 05/03/2023.

Bernardo e tomando conhecimento desses episódios, o seu filho José Murilo Bernardo vende a edificação ao atual dono, Normando Nóbrega da Silva.

Acredita-se que após a sua construção, o prédio não passou por nenhuma reforma significativa que alterasse a estrutura inicial do prédio e sua volumetria. No atual momento deste trabalho, a casa se encontra sem nenhum tipo de função social, e pela falta de manutenção, o prédio foi se degradando pela ação das intempéries, fato que preocupa os moradores da vizinhança, pois à medida que os danos se agravam, pode haver algum acidente, seja pela perda dos elementos que compõe a fachada ou gerar desmoronamento de partes do edifício – fato que já aconteceu em alguns cômodos da casa. Sendo necessário medidas que valorizem seus elementos formais para que a tradução possa ser feita sem excluí-los. Isso significa que seus valores serão transmitidos para o futuro ao fornecer soluções técnicas de preservação que demonstrem o bem cultural e sua materialidade.

Ao reconhecer as partes que formam a estrutura do casarão hoje, os fragmentos que se perderam no tempo, além da inexistência de qualquer atividade que a torne funcional, deixa-se claro o seu **valor de uso**, caracterizado por Riegl, os bens que não têm integralmente as funções contemporâneas, mas existe a necessidade de serem recuperados (Riegl, 2014, p.66-69).

A partir do conhecimento da área de inserção e o aparato histórico do objeto de estudo, é possível perceber a sua relevância para a cidade de São João do Rio do Peixe, além da sua valorização histórica e cultural, enfatizando a importância da sua restauração e função social, como forma de salvaguarda da memória coletiva. Para tanto, o tópico a seguir trata da análise formal do bem, destacando seus aspectos materiais, transformações e fisionomia da edificação.

3.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE FORMAL

Ao verificar o estado atual do casarão e outros exemplares da mesma época construídos na cidade, é possível examinar as características formais da arquitetura primitiva pelo método da análise da volumetria a partir do registro fotográfico e observação in loco. Com as nítidas características ecléticas, a edificação conta com uma expressiva monumentalidade, principalmente, em sua fachada principal (Leste), voltada para a Rua Tabelião José Cândido Dantas (ver figura 37). A platibanda ricamente ornamentada com a presença de cornijas, de elementos de motivos naturais, como folhagens, além de conter o

brasão da família “BC” em sua parte central (ver figura 36). As janelas todas emolduradas com a presença de arcos e ondas que remetem aos elementos naturais.

Figura 36 - Detalhes fachada leste



Fonte: Autora (2023).

O imóvel dispõe de um único pavimento térreo, este é elevado em torno de 40 cm (quarenta centímetros) do passeio. O ingresso para a casa é dado unicamente através do terraço recuado na área norte com vãos em forma de arco pleno (ver figura 30) e o acesso interno é feito tanto por meio da abertura ao fim deste mesmo anexo, como pelo anexo voltado para leste, que possui comunicação com a sala principal e com o quarto (ver figura 30).

A fachada principal leste apresenta leve regularidade e simetria, sendo interrompida pela ausência da abertura da janela, assim como no lado esquerdo e central, ainda, pela utilização de arcos na varanda lateral (ver figura 27). Sua platibanda contínua, composta por medalhões, pelo frontão recortado na parte central, pelos elementos decorativos em argamassa com motivos florais, as sobrevergas e os peitoris das janelas, que também são ornamentados, além das aberturas e pilastras contribuem para a formação de uma fachada com ritmo e parcialmente proporcional.

Em relação à fachada lateral sul, observa-se uma maior simetria, com a colocação da janela central alinhada com a cumeeira, além do posicionamento ritmado das janelas laterais (ver figura 38). Vale notar, ainda, que o muro segue uma simetria, pela forma e

distanciamento que os pilares formam colocados (ver figura 39). O entorno imediato do edifício ainda preserva características primitivas, como ruas e calçadas largas, alta densidade – as imediações é composta de edificações comerciais (ver mapa 1), em sua maior parte –, e baixo gabarito, o que faz com que sua ambiência seja mantida.

Figura 37 - Análise de simetria da fachada leste



Fonte: Autora (2023).

Figura 38 - Análise de simetria da fachada sul



Fonte: Autora (2023).

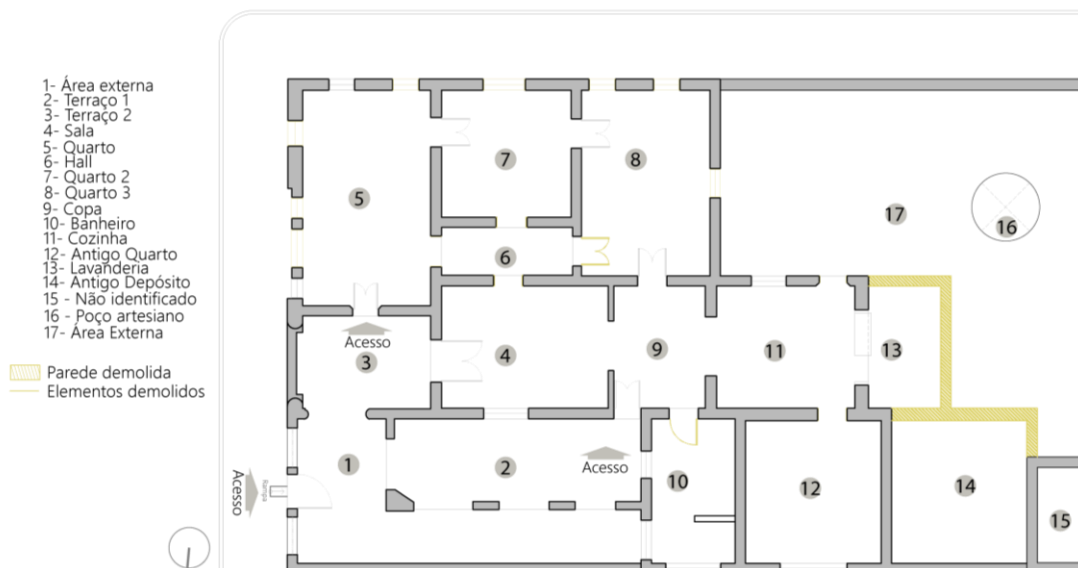
Figura 39 - Análise de simetria do muro da fachada sul



Fonte: Autora (2023).

A planta é retangular e nota-se que a sala principal tem comunicação com a área íntima, copa, cozinha e banheiro (ver figura 40). Os quartos são interligados por uma espécie de hall descoberto. A cozinha dá acesso à lavanderia – que está quase que inteiramente demolida – ao antigo depósito e antigo quarto de serviço. Até este momento, ainda se encontra o poço artesiano na área externa, que era utilizado para abastecer de água a casa. A sua cobertura acontece por meio de um telhado de duas águas composto por telhas cerâmicas, com altura da cumeeira de 6,44m (ver figura 41). As paredes externas e internas são de alvenaria estrutural em tijolo maciço e revestidas com argamassa e pintura convencional (ver figura 42), tirando os cômodos da cozinha, banheiro e lavanderia, que possuem metade de suas paredes revestidas de cerâmica (ver figura 43).

Figura 40 - Planta baixa esquemática do Casarão



Fonte: Autora (2023).

Figura 41 - Planta esquemática da cobertura do Casarão



Fonte: Autora (2023).

Figura 42 - Revestimento paredes em tijolo maciço, argamassa e pintura.



Fonte: Autora (2023).

Figura 43 - Revestimento cerâmico cozinha e banheiro.



Fonte: Autora (2023).

Todo o piso da casa é revestido por ladrilho hidráulico, tirando a varanda do terraço, que é composta por piso cimentício (ver figura 44). Em relação às esquadrias, todas são originais da época, tendo as portas de madeira, em sua grande parte de giro, com duas folhas e bandeira fixa vazada. Já as janelas, mesmo que algumas tenham sido fechadas com alvenaria, observa-se pelas que permaneceram, que fazem parte do conjunto: janelas de giro com duas folhas em madeira e presença de veneziana e janelas basculante em madeira e vidro (ver figura 45).

Figura 44 - Piso de ladrilho hidráulico e cimentício.



Fonte: Autora (2023).

Figura 45 - Tipologias de esquadrias existentes do casarão.





Fonte: Autora (2023).

Com base na avaliação formal realizada, é nítido que as características ecléticas ainda se encontram bem presentes, assim como a implantação original do edifício. Dessa forma, a seguir será apresentado o diagnóstico das condições físicas da edificação, indicando os problemas encontrados, assim como proposições para resgatar o bem.

3.2 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E PROPOSIÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO

O estado de preservação do Casarão Bernardo e Cia, neste momento atual, foi uma das principais motivações para a realização deste trabalho. O imóvel ficou exposto aos agentes externos durante todo o tempo que não foi utilizado, e a falta de manutenção agravou algumas patologias. Dessa forma, para avaliar as condições estruturais e arquitetônicas da edificação, foram realizados um levantamento métrico e fotográfico do imóvel e um minucioso mapeamento de danos, onde foi possível identificar os principais problemas. Sendo assim, serão investigados os principais pontos do sistema estrutural, cobertura, revestimentos internos e externos, pisos, esquadrias e os sistemas hidráulico e elétrico, de modo que, também serão apontadas as possíveis soluções para garantir a preservação da edificação e trazer de volta a sua funcionalidade¹⁹.

Como mencionado, o abandono da edificação gerou inúmeros problemas como pode ser visto nas imagens mais adiante, o principal deles, foi o desabamento de dois cômodos – a lavanderia e o depósito – e parte do quarto de serviço, que teve sua cobertura totalmente destruída, mas ainda com suas alvenarias de pé (ver figura 46). A partir da visita in loco, do levantamento e pelas fotografias, acredita-se que a cozinha e o banheiro também estão bem comprometidos, tendo indícios de rompimento da cobertura, ocasionado pelas intempéries (ver figura 47). Desse modo, com base nestes fatos e examinando o juízo de valor agregado a

¹⁹ Os problemas, assim como as soluções propostas, estarão explanados ao longo do texto como também nas pranchas de número 3, 4 e 5 de forma mais expositora e dinâmica, localizadas na área de índices.

essas áreas para com a edificação, acredita-se que ideal a ser feito é reestruturar estes ambientes por completo, pensando, principalmente, na segurança dos usuários e na funcionalidade do novo uso.

Figura 46 - Antigo depósito e lavanderia demolidos e parte da cobertura do banheiro comprometida.



Fonte: Autora (2023).

Figura 47 - Parte da cobertura do antigo depósito demolido e cobertura da cozinha comprometida.



Fonte: Autora (2023).

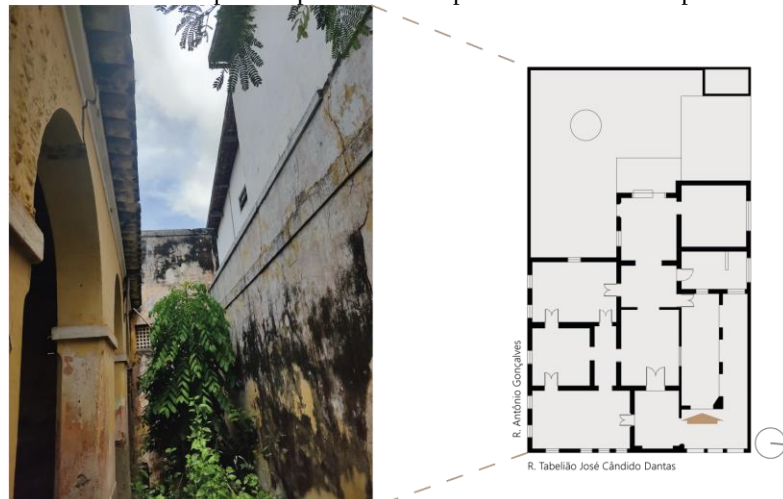
Iniciando o diagnóstico pelo sistema estrutural, constata-se que a edificação é comportada por um sistema autônomo, feita de tijolos de barro cozido (figura 48). Mesmo com vários cômodos em um estado preocupante, a estrutura do corpo principal da edificação, de forma geral, se manteve estável até os dias atuais, mesmo após anos à mercê de intempéries. Apresenta fissuras nas superfícies das paredes, algumas trincas e rachaduras, principalmente nas áreas das esquadrias onde não possuem verga, possivelmente ocasionadas pela sobrecarga da cobertura e infiltração de água, consequentes da falta de manutenção, como pode ser visto nas figuras a seguir.

Figura 48 - Tipologia estrutural do casarão.



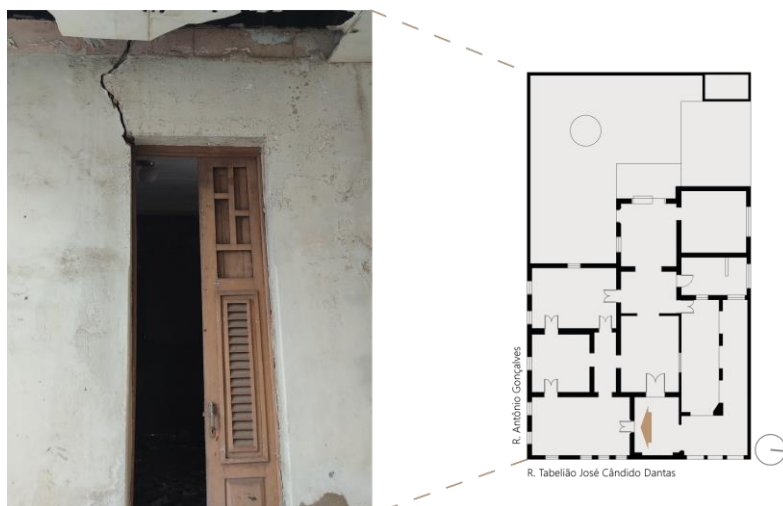
Fonte: Autora (2023)

Figura 49 - Rachadura na parte superior do arco pleno e fissuras na superfície do muro.



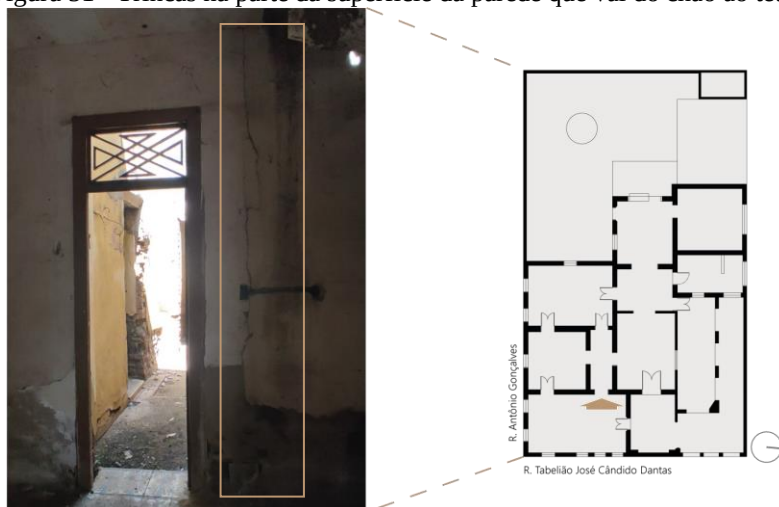
Fonte: Autora (2023).

Figura 50 - Rachadura na parte superior da esquadria, proveniente da falta da verga.



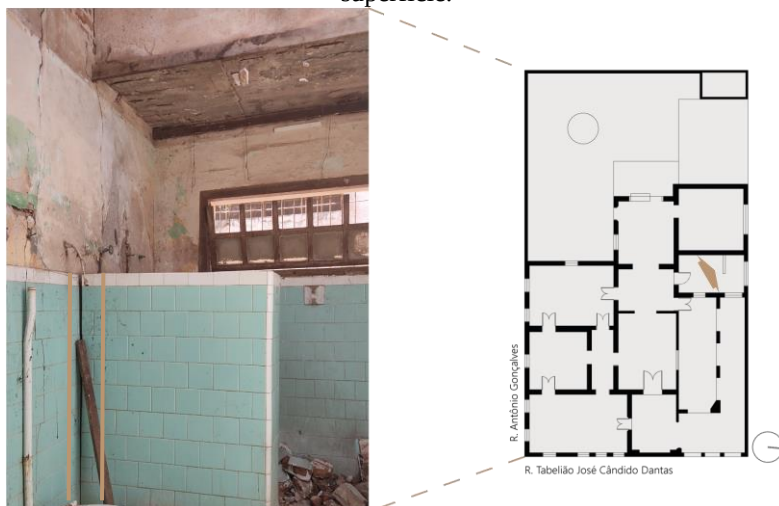
Fonte: Autora (2023).

Figura 51 - Trincas na parte da superfície da parede que vai do chão ao teto.



Fonte: Autora (2023).

Figura 52 - Trincas em toda extensão das paredes e caixa d'água, além do deslocamento da meia parede da superfície.



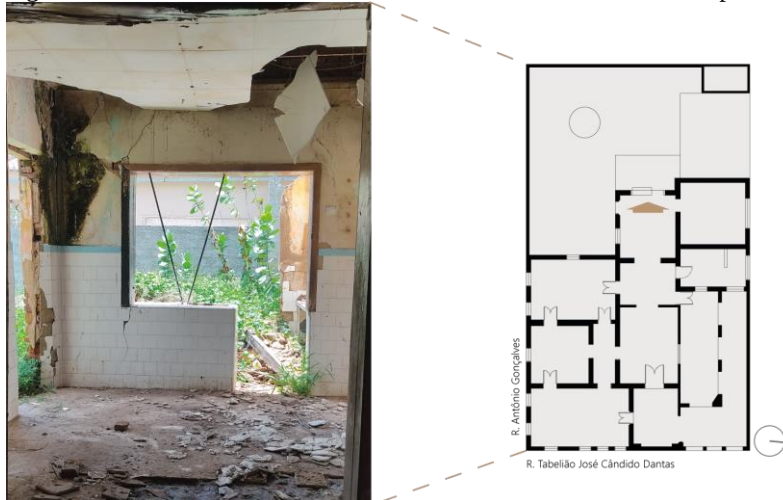
Fonte: Autora (2023).

Figura 53 - Deslocamento da esquadria do plano da alvenaria e fissuras por toda superfície da parede.



Fonte: Autora (2023).

Figura 54 - Trinca no revestimento cerâmico de forma inclinada na parede.



Fonte: Autora (2023).

Para solucionar os problemas apontados acima, primeiramente deve ser realizada a investigação das fissuras, trincas e, principalmente, das rachaduras. Esta investigação deve ser feita por um profissional qualificado da área, que irá certificar a estabilidade do edifício para, então, dá prosseguimento ao tratamento das patologias. Pensando nesta estabilidade e na nova instalação que o bem irá receber, é importante que os espaços que venham a receber um reforço estrutural, seja usado a estrutura metálica, que dentre as suas vantagens, pode-se citar a possibilidade de manter a harmonia do conjunto, por se tratar de um material contemporâneo e a facilidade de montagem e desmontagem, característica importante para a reversibilidade e consequente aceitação de futuras alterações e/ou adaptações dos elementos estruturais.

Em relação à cobertura, ela é dividida em quatro partes, sendo a maior delas com duas águas, tendo a parte do hall descoberta, a área do terraço com uma água e as outras duas frações menores também com duas águas (ver figura 41). Estas duas últimas, apresentam-se quase que totalmente demolida, e o que resta está bem danificado, comprometidos pelas intempéries e possivelmente pelo ataque de cupins, como pode ser visualizado na figura 55.

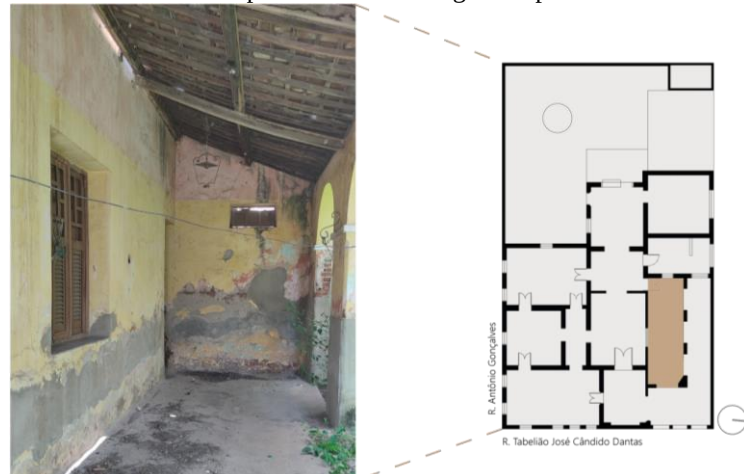
O telhado central da casa, onde a cumeeira se apresenta maior, também está bastante deteriorado, com os elementos de caibros, ripas e terças fragmentados em algumas áreas. Suas telhas, supostamente originais, se encontram sujas e ausentes em muitos locais. Não foi possível, até o momento, examinar de forma mais profunda sobre a dinâmica do sistema de captação e escoamento de águas pluviais ainda existentes. Em relação ao forro, até então são visíveis em algumas áreas, porém, totalmente irreparáveis, tornando-se até perigoso para quem adentra à residência. Abaixo são apresentadas as imagens que mostram sobre o relatado.

Figura 55 - Estado atual da cobertura do casarão.



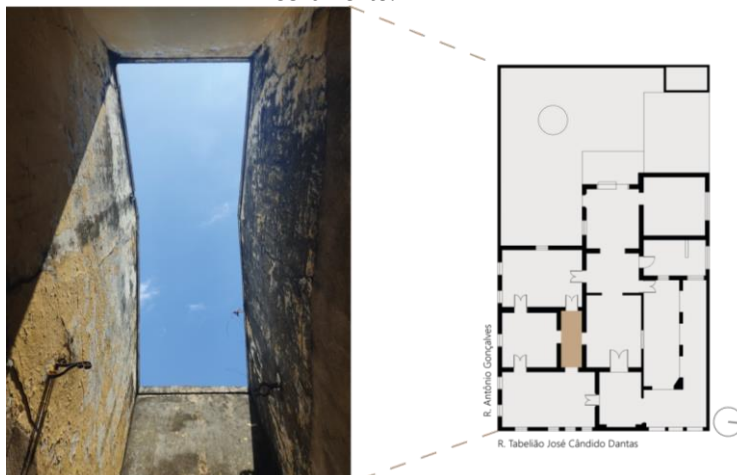
Fonte: Autora (2023).

Figura 56 - Madeiramento da cobertura em processo de flambagem e apodrecimento em algumas áreas.



Fonte: Autora (2023).

Figura 57 - Paredes com a presença de crosta negra e descascamento da pintura devido à abertura zenital sem fechamento.



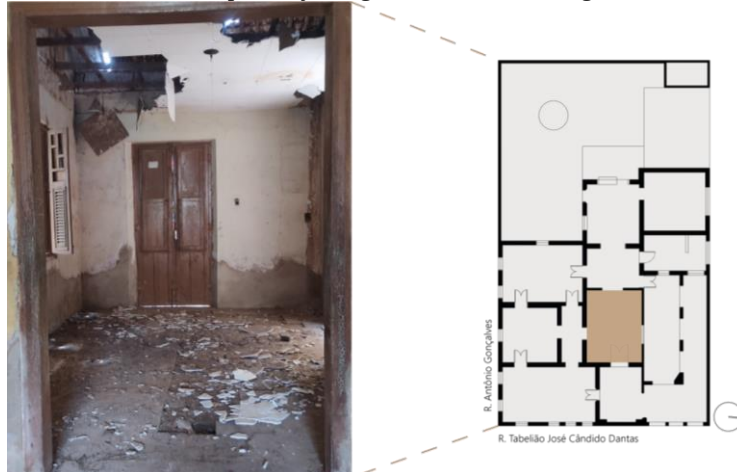
Fonte: Autora (2023).

Figura 58 - Telhado apresentando goteiras, sujeira e com o madeiramento desgastado.



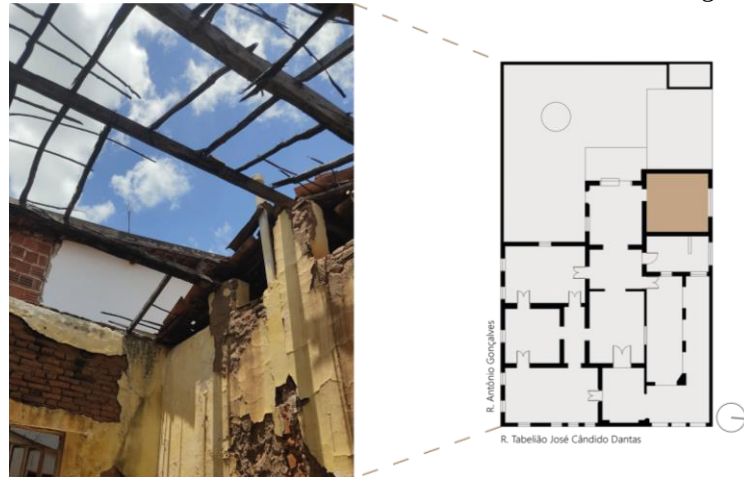
Fonte: Autora (2023).

Figura 59 - Cobertura com a presença de goteiras e o forro de gesso soltando.



Fonte: Autora (2023).

Figura 60 - Cobertura totalmente destruída com o madeiramento bastante desgastado.

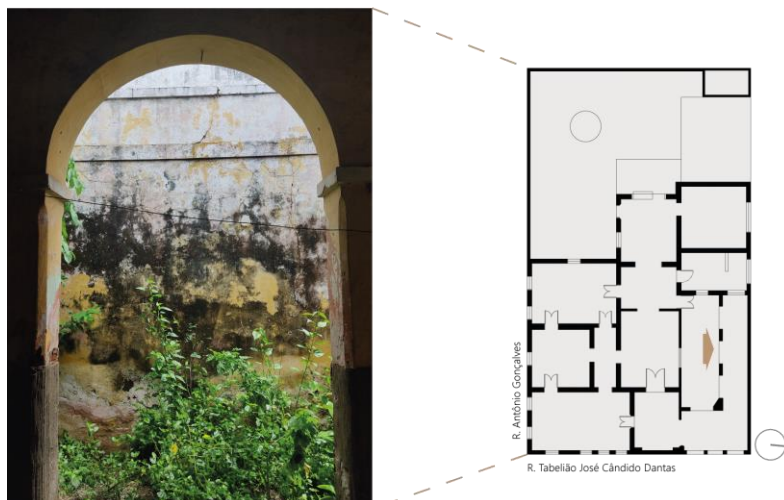


Fonte: Autora (2023).

Para resolução destes problemas é importante fazer uma revisão da estrutura da cobertura, para então, verificar quais as peças que precisam ser substituídas. Conforme a revisão, é necessário que seja realizada a limpeza das telhas, substituindo as peças quebradas por telhas cerâmicas do tipo colonial, mantendo a mesma inclinação, de maneira que se integrem ao conjunto original. Os caibros, ripas e terças com alto grau de deterioração serão removidos e trocados por peças da mesma dimensão. Os elementos íntegros passarão pelo processo de restauro, receberão tratamento contra cupins e serão impermeabilizados com aplicação de um produto específico. Observando o atual estado do forro, será feita total remoção e substituição pelo forro metálico do tipo linear, buscando dinamicidade no momento da manutenção e montagem, além de possuir um ótimo desempenho acústico e higiênico.

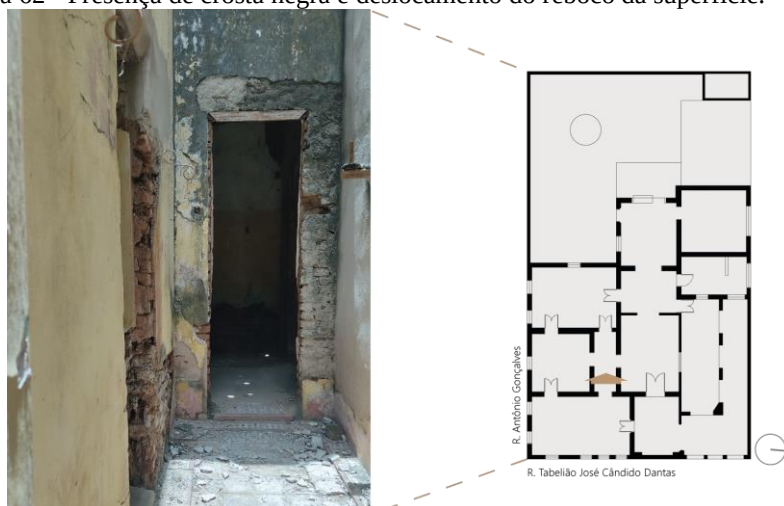
O revestimento das paredes externas e internas, ambas, estão em estado nocivo. Apresentam descascamento de tinta em diversos locais e grandes deslocamentos do reboco em pontos isolados e contínuos, provavelmente decorrente da falta de aderência à superfície e/ou ainda pelo excesso de finos nos agregados e traços pobres em aglomerantes. Com o objetivo de corrigir essa patologia e encobrir essas falhas, foi realizada a inserção de concreto ao longo do tempo, de acordo com o pedido do proprietário da residência. Muitos pontos apresentam intensa sujidade, e revelam também eflorescência, bolor e crosta negra consequente da umidade, como pode ser visualizado logo abaixo.

Figura 61 - Presença de crosta negra, bolor e descascamento da pintura.



Fonte: Autora (2023).

Figura 62 - Presença de crosta negra e deslocamento do reboco da superfície.



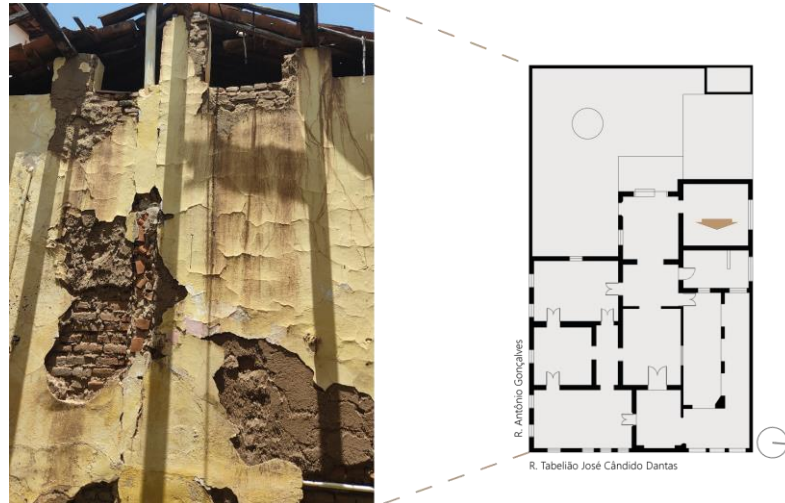
Fonte: Autora (2023).

Figura 63 - Deslocamento do reboco e dos tijolos da superfície e a presença de inserção de argamassa.



Fonte: Autora (2023).

Figura 64 - Soltura do reboco da superfície, presença de fissuras e sujeira na superfície.

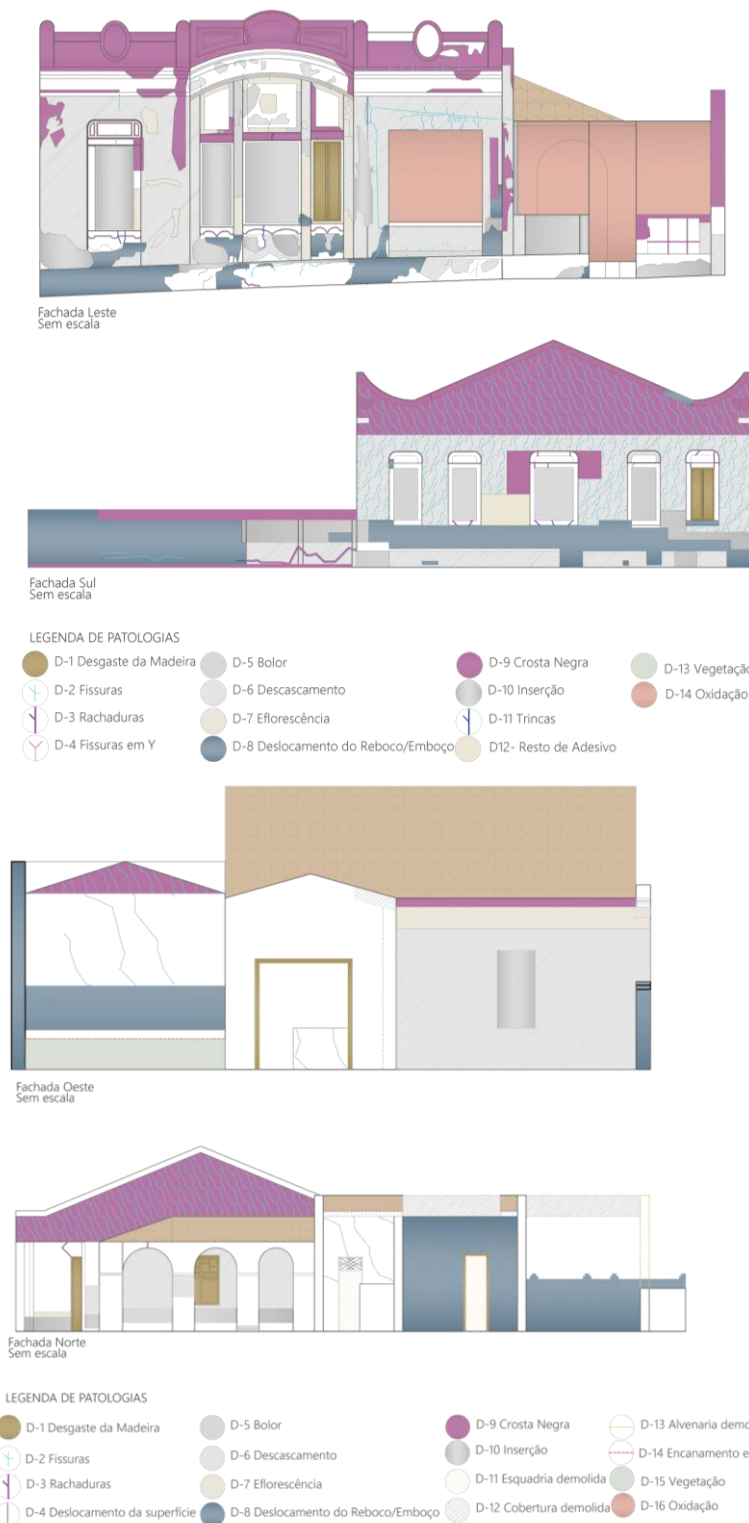


Fonte: Autora (2023).

Para melhor entendimento das causas de degradação do casarão, conforme o exposto acima, foram produzidos os mapas de danos de todas as fachadas (norte, sul, leste e oeste), ao passo que, possa sugerir meios de intervenções para cada dano apresentado. Vale ressaltar, ainda, a sua importância para a realização de um projeto de restauração, Tinoco (2009, p. 03) a define como uma representação gráfico-fotográfica onde são ilustradas e discriminadas, rigorosa e minuciosamente, todas as manifestações de deterioração da edificação, dessa forma, se torna indispensável para que a melhor solução seja proposta para a recuperação do bem.

No caso do casarão, o mapeamento evidencia duas classes de danos: a primeira causadas e intensificadas pelo tempo, uso e ausência de manutenções preventivas e segundo por ações executadas pelo atual proprietário da residência e por terceiros, que consistem, principalmente, no fechamento das esquadrias com alvenaria, inserção de argamassa de forma inadequada com a intenção de “reformular”, além de atividades de vandalismo como, romper esquadrias para invasão e utilizar do plano de alvenaria para expor cartazes publicitários. A seguir pode-se visualizar os danos sofridos pela edificação:

Figura 65 - Mapa de danos da fachada leste, sul, oeste e norte respectivamente.



Fonte: Autora (2023).

Tendo em vista as informações apresentadas, tanto pelas fotografias como no mapa de danos, é notório a quantidade de patologias presentes na edificação de modo geral. Porém, falando agora das patologias presentes nas fachadas, a começar pelas trincas e rachaduras existentes, em que é necessária uma análise mais aprofundada por um profissional da área,

que possa estudar e encaminhar os devidos tratamentos. Com relação às fissuras superficiais desencadeadas pela umidade efetiva, sua reparação pode ser feita com a utilização de um impermeabilizante, aplicação da massa corrida e então, finalizar com a pintura.

Equivalente às patologias de bolor/mofo, eflorescência, crosta negra e o descascamento da pintura, é fundamental que se verifique a origem do problema para então direcionar as correções. Após isso, é inevitável que se faça a limpeza/raspagem da área infectada, que faça também a aplicação do fundo preparador e massa corrida ou acrílica, para posteriormente aplicar a nova pintura. O mesmo pode ser feito para as regiões com resíduos de cola adesivas oriundos dos cartazes publicitários.

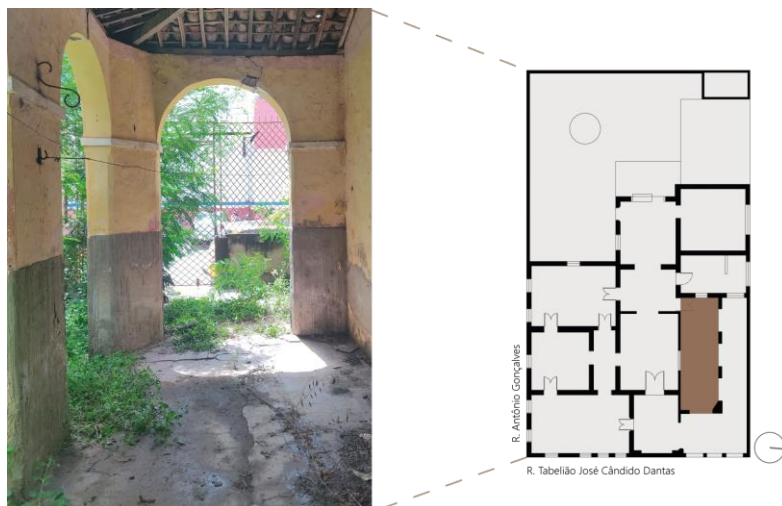
Para as áreas que foram efetuadas inserções de concreto, é necessário que se faça uma investigação para assegurar que os materiais utilizados são compatíveis com os existentes, caso não sejam, é fundamental que sucedam novamente o processo com o material adequado, para então, serem impermeabilizados e receberem a nova pintura. Correspondente as partes de reboco e emboço que se desprenderam, é possível que se faça o mesmo procedimento.

Quanto a reconstituição das perdas ocorridas nas cantarias, serão regeneradas através da aplicação de polímeros com base nas características da superfície existente, tomando cuidado para não a deixar com aparência superficial e limitando-a somente a recomposição das lacunas, sem comprometer a leitura do conjunto. Para se chegar a uma perfeita integração de cores e texturas, as pastas serão escolhidas segundo o material existente na base a ser reconstituída.

Prevendo o novo uso da edificação e conseqüentemente o seu layout para abrigar o novo programa de necessidades, pensou-se na utilização do sistema de *light steel framing*, que consiste em uma estrutura de perfis de aço galvanizado e fechamentos com placas cimentícias para recebimento dos revestimentos. A escolha desse material desencadeou do desejo pela flexibilidade e pensando em futuras modificações, além de possuírem características termoacústicas.

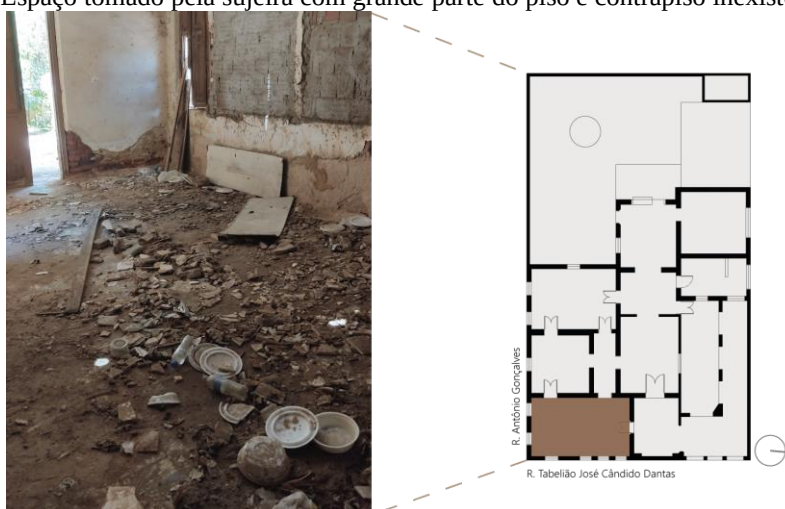
A parte do piso existente é todo original em ladrilho hidráulico (tamanho 20x20 cm), contudo, grandes segmentos se encontram deslocado da superfície, outras peças se mostram danificados ou quebrados, além da enorme sujeira. As causas para esse problema, certamente foi pela utilização de procedimentos, técnicas e produtos não adequados, além da falta de manutenção e limpeza do lugar, como pode ser visto logo abaixo:

Figura 66 - Piso cimentício do terraço.



Fonte: Autora (2023).

Figura 67 - Espaço tomado pela sujeira com grande parte do piso e contrapiso inexistente.



Fonte: Autora (2023).

Figura 68 - Piso deslocado da superfície e encoberto pela sujeira.



Fonte: Autora (2023).

Figura 69 - Peças do piso faltantes e quebradiças com a área inundada pela água da chuva, consequência das condições precárias da cobertura.



Fonte: Autora (2023).

Figura 70 - Cômodo com a inexistência do piso e contrapiso e tomado pela vegetação.



Fonte: Autora (2023).

Levando em consideração o valor estético e de memória para a edificação, é interessante que se investigue a possibilidade de resgatar os pisos com condições de serem recuperados e restaurados. Para os pisos que necessitam ser substituídos, o ideal é utilizar um modelo de alta resistência, sem conter juntas que possam acumular sujeira e bactérias, de fácil manutenção e limpeza. Consoante a NBR 9050/2020, norma que regulamenta a acessibilidade dos espaços, os materiais de revestimento do piso devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado).

Considerando estes fatores, para as áreas internas secas, pensou-se no piso vinílico em formato de manta pela sua flexibilidade, durabilidade, fácil manutenção e limpeza, além de

proporcionar uma sensação de conforto e uma excelente acústica ao absorver os impactos. Para os cômodos internos molhados, foi escolhido o porcelanato acetinado pela sua alta resistência, facilidade de limpeza, baixa porosidade e maior aderência. Tratando dos espaços externos que possuem piso, pensou-se no tipo industrial epóxi. Ele detém alta resistência, versatilidade na aplicação, sem ranhuras, facilitando a higiene e limpeza do local.

No que diz respeito as janelas externas, elas foram vedadas com alvenaria e as que ainda se encontram presente não estão em boas condições, com as partes em madeira desgastadas ou quebradas. Algumas janelas internas, presumivelmente, podem ser recuperadas, outras se encontram nas mesmas condições das externas. As portas, todas em madeira, também apresentam partes desgastadas, algumas estão deslocadas da superfície ou com elementos faltantes, e, assim como as janelas, algumas portas podem ser tratadas e recolocadas. O fechamento de ferro, presente na fachada principal – característica da arquitetura da época –, se encontra bastante oxidado, embora sem risco aparentemente de desabamento.

Figura 71 - Tipologia e estado atual das janelas



Fonte: Autora (2023).

Figura 72 - Tipologia e atual estado das portas



Fonte: Autora (2023).

Como muitas das esquadrias foram removidas, sugere-se a adoção de soluções contemporâneas para que se valorize a distinguibilidade, dessa forma, as fachadas leste e sul, principais do edifício, receberam janelas com molduras e aletas de vidro temperado com as mesmas dimensões das esquadrias pré-existentes. A janela externa da fachada sul, que continua presente e em condições de ser restaurada, será mantida para preservar a memória material desses elementos. As portas que julgarem ser substituídas, serão colocadas em seu lugar, o tipo de giro com bandeira fixa com o material em PVC e aço. As que apresentarem boas condições, receberão manutenção e reparos necessários para voltarem a sua funcionalidade.

Em relação ao Sistema hidráulico da edificação, caracterizado pelos subsistemas de captação, armazenamento e transporte de fluidos, ou seja, água fria, esgoto e águas pluviais, pode-se perceber com base na visita ao local, que estão concentrados nas áreas do antigo depósito, lavanderia e banheiro (ver figura 73). Iniciando pela água fria, acredita-se que a captação era realizada pelo poço artesiano, ainda presente na área externa da casa, mais precisamente, no extremo oeste. Provavelmente, o sistema de esgoto do bem é ligado à rede de captação pública da cidade. E, por fim, o sistema de águas pluviais, que não se tem certeza de como ocorre, mas acredita-se que a água da chuva é encaminhada até as calhas que redireciona para a parte externa da casa mediante uma tubulação.

Figura 73 - Sistema hidráulico atual da edificação.



Fonte: Autora (2023).

Primeiramente, se faz necessário a averiguação da atual situação do poço artesiano por um profissional qualificado, porém, por estar há muitos anos sem a sua funcionalidade e prevendo as condições de higiene essenciais ao novo uso da edificação, propõe-se o tamponamento, sendo a atividade de fechamento de forma segura, com base na legislação estadual, para evitar a contaminação física, química ou biológica da água e do solo. Quanto ao sistema de água fria, pluviais e esgoto, é necessário que se faça toda a remoção e substituição dos elementos preexistentes. Para atender ao plano de necessidades da intervenção, será utilizado de artifícios para assegurar o imóvel de qualquer interferência física, como a passagem da tubulação pelas paredes intermediárias a serem inseridas.

No que se refere ao Sistema elétrico, constatou-se a partir da visita ao local que a casa se encontra sem energia elétrica, com as caixas de passagem e fiações expostas, sem interruptores e tomadas, além disso, os pontos de iluminação ainda presentes, se encontram inutilizados e com possíveis problemas que não foram visíveis ao campo de visão do observador (ver figura 74).

Figura 74 - Sistema elétrico atual da edificação.



Fonte: Autora (2023).

Dessa forma, é interessante que toda a parte elétrica seja examinada por um profissional da área, e que assim todo o sistema passe por manutenção. Em relação aos novos pontos que julgarem necessário serem instalados para atender ao novo uso do bem, serão colocados de forma aparente, com toda a tubulação exposta, assim como as tomadas e interruptores, sem agredir a integridade física e promovendo a reversibilidade do bem.

Como o trabalho está inserido em uma área multidisciplinar, é necessário um maior debate teórico-metodológico para encontrar soluções viáveis. O objetivo do capítulo foi informar o leitor sobre a situação real do bem atual, recuperando informações e métodos que ajudarão na tradução do que já existe, propondo alguns meios que podem ser seguidos para recuperar o imóvel, tendo em vista que a prática do restauro é um método difícil e às vezes enganoso, sendo importante ter esse:

[...] trabalho preliminar de aquisição de dados e informações, de maneira geral: das realizações concretas aos desenvolvimentos conceituais da crítica arquitetônica, da poética contemporânea à teoria do restauro e também à filosofia (por exemplo, sobre os conceitos de memória, esquecimento, história, técnica, modernidade, tradições, etc.)⁷⁰. (Carbonara, 2011, p.35, apud tradução e grifo Fernandes, 2022, p. 90).

Após mapear e analisar tais evidências, é possível estabelecer meios projetuais para a realização da proposta. O estudo de referência do projeto para definição da forma, conceito e outras atribuições do projeto será discutido no capítulo a seguir. Aqui ainda continua pontuado as perguntas: "**Para quem preservar?**" e "**Como preservar?**".

4 DIRETRIZES E O ENSAIO PROJETUAL

Diante da discussão das diversas formas de intervir em bens de valor histórico e cultural e dado o histórico de preservação do Casarão Bernardes, que é um grande exemplar da arquitetura eclética para a cidade, propõem-se atividades de restauro para assegurar sua salvaguarda. As intervenções se apoiarão na teoria contemporânea de restauro denominada Crítico-conservativo e criativa, seguindo os princípios da distinguibilidade, compatibilidade, respeito ao caráter e fisionomia do preexistente, uso, reversibilidade e mínima intervenção. Para isso, será levado em consideração o estudo realizado do lugar, todas as análises de preservação e também a análise formal realizada. As diretrizes estabelecidas são norteadas por cinco ideias chaves: Memória, Simetria, Segurança e Acessibilidade.

Considerando a restauração como meio de promover a reintegração do bem e devolver a sua funcionalidade à comunidade, respeitando seus valores. A ideia de **memória** permite enfatizar a conceito de preservação, e para que isso não se perca no bem, a solução é manter a volumetria original estável, ou seja, o corpo principal da edificação, a implantação, a sua materialidade, o ritmo das fachadas com seus elementos e características, devolvendo as partes que se perderam ao longo do tempo, distinguindo-se, todavia, dos componentes originais e respeitando todas as partes do edifício, assim como recomenda a Carta de Veneza (1964), não sendo realizadas modificações que a descaracterizem (ver figuras 75 e 76).

Arelado a concepção de memória, tem-se a **simetria**. Com base na análise formal realizada, percebeu-se que a fachada principal (leste) apresenta uma leve quebra em sua simetria com relação à ausência de esquadria em um dos lados (ver figura 37). Dessa forma, fez-se a substituição da abertura existente com fechamentos vazados por uma esquadria de mesma dimensão da existente com a inserção do mesmo ornamento presente na janela do lado esquerdo²⁰, prezando pela distinguibilidade das características dos materiais existentes nos ornamentos originais.

Outra parcela presente na fachada que quebra essa simetria, é referente as duas meias paredes com a existência do gradil em ferro (ver figura 37). Levando em consideração que partes dessas alvenarias já se encontram bem descaracterizadas decorrente a inserção de outros materiais da contemporaneidade, a ideia foi removê-las e inserir elementos que melhor componham com o corpo principal da fachada, limitando o acesso, porém mantendo a ideia

²⁰ Prezou-se por manter a mesma forma ornamental pelo atributo estético da edificação, chegando à conclusão, após alguns estudos, de que a melhor composição da fachada se deu pela presença do mesmo ornamento, porém com a retirada de alguns elementos, reiterando a distinguibilidade.

de transparência preexistente, sem apagar a história da arquitetura eclética, que tem como uma das características o recuo lateral e a utilização do fechamento estruturando a fachada. Dessa forma, tem-se a inserção de três painéis vazados com materiais da atualidade, sem agredir a integridade física do bem (ver figura 76).

Figura 75 - Estudo das proposições de intervenção na fachada leste (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

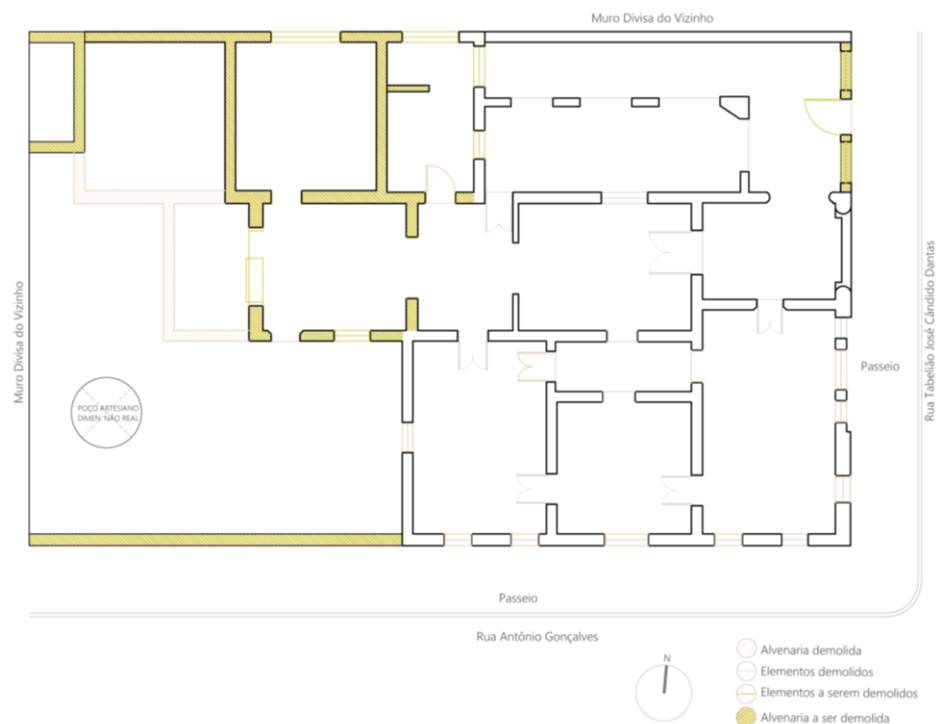
Figura 76 - Estudo das proposições de intervenção na fachada sul (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

Com relação à **proteção**, pode-se ter como base o que foi examinado sobre as patologias presentes na edificação, principalmente no que se refere às áreas demolidas e com indícios de desmoronamento. Pensando nisso, e considerando que o juízo de valor dessa área se encontra comprometido, como mencionando anteriormente, fez-se a remoção desses planos de alvenarias (ver figura 77) que agridem a proteção do bem e dos usuários, proporcionando, então, maiores soluções a fim de atender ao novo plano de necessidades do edifício. Pensando no princípio de compatibilidade e reversibilidade, os elementos retirados foram substituídos por materiais que permitem modificações ou adaptações futuras, além de terem condições físicas e químicas que se adéquam ao preexistente.

Figura 77 - Planta baixa esquemática mostrando as alvenarias que sofrerão modificações.



Fonte: Autora (2023).

Como o novo uso está associado ao meio comercial, é fundamental conceber o acesso à edificação universal para todas as pessoas, considerando, então, a **acessibilidade** como um ponto bastante importante, uma vez que, o imóvel não garante as exigências da NBR 9050. Desse modo, pensando em garantir a locomoção de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida na maioria dos espaços com autonomia, pensou-se na criação de dois acessos, considerando que é uma edificação de esquina. Como já foi mencionado, o imóvel está a 36 cm (trinta e seis centímetros) do passeio, sendo necessário cortar o aterro da área externa no extremo oeste para tornar o nível dessa área compatível com o nível do passeio

(ver figura 76). A partir disso, torna-se possível a implantação da rampa acessível, garantindo o acesso principal pela fachada sul, e tornando a fachada leste, como acesso secundário, limitado pelos painéis de fechamento.

4.1 ESTUDOS DE REFERÊNCIAS

Tendo esse trabalho pautado em dois assuntos específicos – o de uso e o de restauro –, cuja exigência é manifestar o próprio bem assim como o seu entorno, integrado à nova funcionalidade e dialogando com a antiga e nova matéria. Pensando nisso, as referências escolhidas harmonizam com os critérios estabelecidos pela corrente crítico-conservativa e criativa, e também em referências relacionadas ao novo uso.

Dentre os projetos escolhidos tem-se: o Casarão da Inovação Cassina (antigo hotel Cassina) em Manaus, Amazônia, Brasil; o Museu de História da Cidade (Antiga Casa de Câmara e Cadeia) em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; a clínica HS em Campinas, São Paulo, Brasil. Os critérios de intervenção mínima, materialidade, reversibilidade, distinção, compatibilidade, atualidade, conservação integrada, respeito a todas as fases de construção, respeito ao caráter e aparência do preexistente e uso foram os determinantes para a seleção dessas referências. A apresentação dos projetos será em formato de memorial descritivo, abordando os principais tópicos sobre a implantação, análise histórica e as especificações básicas dos materiais, deixando esclarecido também, os pontos de maior relevância utilizados no projeto de intervenção e restauro.

4.1.1 Casarão da Inovação Cassina

- Ficha Técnica

Endereço: R. Bernardo Ramos, R. Gov. Vitória - Centro

Local: Manaus/AM, Brasil

Ano do Projeto: 2020

Área: 1586m²

Autor: Arquiteto Laurent Troost

- Implantação

O Casarão da Inovação Cassina, como também é conhecido atualmente, está localizado em um lote de esquina, nas ruas Bernardo Ramos e Gov. Vitória dentro do Centro

Histórico do município de Manaus-AM, com sua fachada principal voltada para a praça D. Pedro II e tem visão para outros prédios de grande valor histórico como o Museu da cidade (figura 78).

Figura 78 - Implantação do Casarão da Inovação Cassina



Legenda:

- 1- Casarão Cassina
- 2- Praça D. Pedro II
- 3- Museu da Cidade

Fonte: Laurent Troost, reprodução Archdaily (2022) adaptado pela autora (2023)²¹.

- Análise Histórica

O Hotel Cassina foi um dos principais hotéis de Manaus, construído no fim do século XIX e início do século XX, entre os anos de 1886 a 1899. A edificação faz parte do estilo eclético, comportava dois andares em tijolo e pedra e funcionou por 30 anos como Hotel Cassina e posteriormente, por mais 30 anos como Cabaré Chinelo quando então, entrou em processo de degradação por 60 anos (ver figura 79).

Figura 79 - Antigo Hotel Cassina



Fonte: Site Portal Amazônia (2022), [Reprodução Facebook]14.

²¹ Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958210/casarao-da-inovacao-cassina-laurent-troost-architectures> Acesso em: Junho de 2023.

A beleza da imperfeição da ruína suscitou interesse, questionamentos sobre o passado e a ação do tempo e do homem na cidade. Suas potencialidades poéticas e plásticas foram exploradas por inúmeros artistas e arquitetos como, Piranesi, Gordon Matta-Clark, Robert Smithson, Lúcio Costa (Museu das Missões), Paulo Mendes da Rocha (Pinacoteca de São Paulo e Capela Brennand) e Ernani Freire (Parque das Ruínas).

- O Projeto

O bem representa em Manaus a última fachada em argamassa pigmentada em pó de pedra jacaré. Para preservar isso, foi realizado um trabalho minucioso de restauração das fachadas (limpeza, estabilização, consolidação, proteção e etc) sem a recomposição de elementos faltantes, para assim evidenciar as marcas da passagem do tempo.

Figura 80 - Casarão da Inovação Cassina antes do projeto de restauro, Manaus AM Brasil, 2020.



Fonte: Laurent Troost reprodução site Vitruvius (2021)15.

Figura 81 - Casarão da Inovação Cassina depois do projeto de restauro, Manaus AM Brasil, 2020.



Fonte: Joana França reprodução site Vitruvius (2021)15.

De acordo com a equipe do projeto, o Casarão da Inovação Cassina abriga espaços para fomentar o coworking e o encontro de fazedores da economia digital, como: espaços multifuncionais, salões, salas de reuniões, laboratórios, salas de formação e um restaurante no último piso com vistas privilegiadas sobre o centro da cidade.

O Casarão da inovação recebeu um espaço de contemplação e de circulação na área de transição entre a praça de tipo “jardim romântico” e a intervenção contemporânea com a utilização de uma vegetação exuberante e tropical, criando uma espécie de microclima e o sentimento de estar em meio a “floresta amazônica”. Este espaço de acesso, é composto por vidros que possibilita a transparência e reflexões, mesclando a História da ruína do Cassina com o Futuro do Casarão da Inovação numa espacialidade associada à tecnologia, virtualidade, contemporaneidade e inovação.

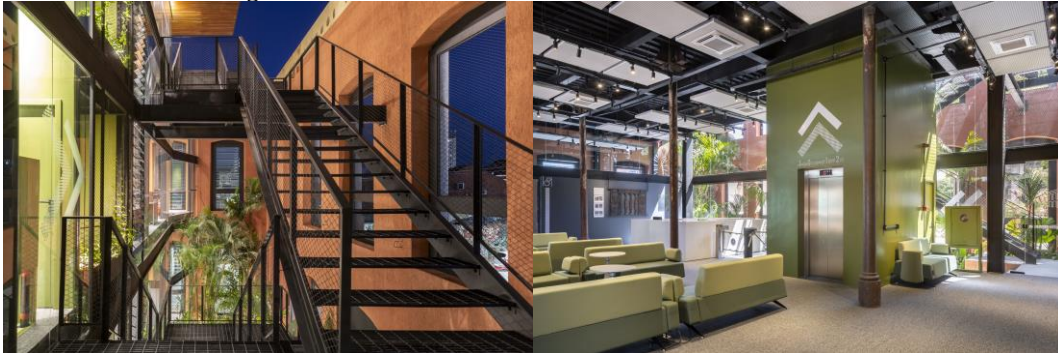
Em relação à sustentabilidade, além da ventilação cruzada em todos os ambientes, devido a diminuição da largura do edifício, foi realizado também um vazio ventilado entre a laje de cobertura e o forro e ainda, beirais extensos que possibilitam ambientes termicamente confortáveis. Na fachada leste que recebe o sol nascente, foram colocadas aletas de vidro temperado na parte externa para criar uma pele dupla ventilada que mantém o calor fora do edifício.

- Especificações Básicas de Materiais

Sistema Estrutural: O edifício preexistente com sua estrutura de concreto foi utilizado como exoesqueleto, onde foi inserida uma estrutura metálica central e independente para

suspender os pavimentos superiores. Segundo o autor da obra, foi construída uma torre quadrada com quatro novas colunas e vigas perimetrais, as quais permitiram ancorar as fachadas existentes.

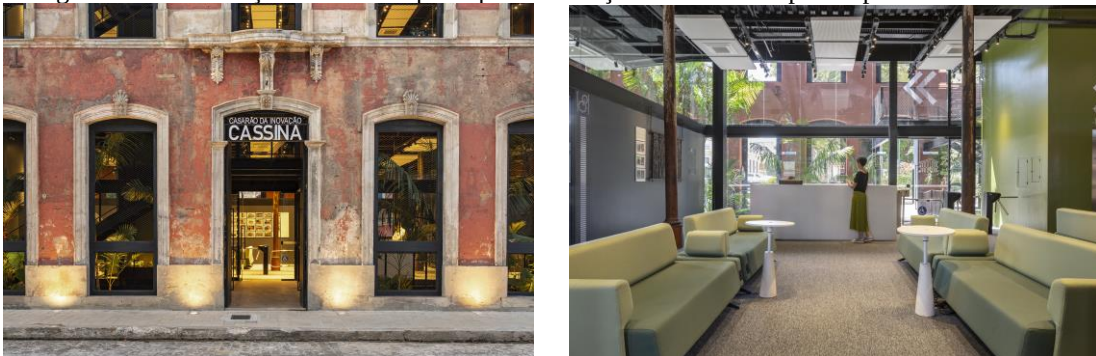
Figura 82 - Sistema construtivo com elementos metálicos.



Fonte: Laurent Troost, reprodução Archdaily (2022)21.

Paredes: considerando as fachadas do Cassina, sendo as últimas com argamassa pigmentada com pó de arenito vermelho, foram limpas com grande cuidado para preservar os elementos originais. Para separar os ambientes, foram inseridas divisórias com fechamento superior em vidro, permitindo a entrada de iluminação natural entre os ambientes.

Figura 83 - Preservação da fachada principal e utilização de divisórias para separar os ambientes.



Fonte: Laurent Troost, reprodução Archdaily (2022)21.

Esquadrias: a fachada leste, atingida pelo sol nascente, recebeu molduras contemporâneas com aletas de vidro temperado para criar uma fachada ventilada de dupla face, mantendo o calor do lado de fora.

Figura 84 - Janelas contemporâneas na fachada e utilização de fechamentos de vidro.



Fonte: Laurent Troost, reprodução Archdaily (2022)21.

4.1.2 Museu de História da Cidade

- Ficha Técnica

Tipo de projeto: Restauro e Renovação

Endereço: Praça XV de Novembro, nº 214 – Centro

Local: Florianópolis, SC

Ano do Projeto: 2021

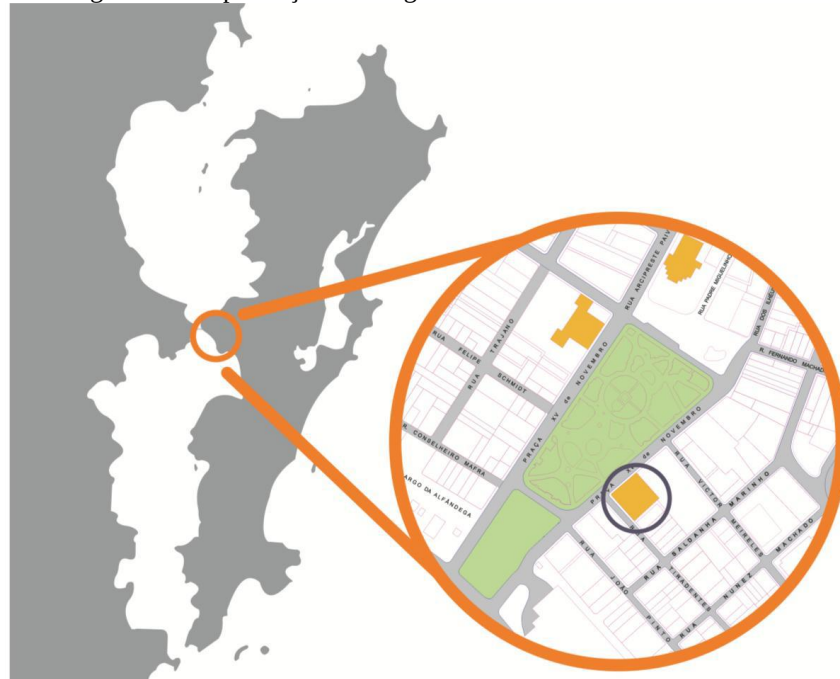
Área construída: 865,90 m²

Autor: Arquiteta e Urbanista Suzane Albers Araújo

- Implantação

O atual Museu de História da cidade, que já abrigou a antiga Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Florianópolis, está localizada entre as ruas da Praça XV de Novembro e R. Tiradentes, sua fachada principal está voltada para esta primeira, com vista para a Catedral Metropolitana de Florianópolis e para o Museu Histórico de Santa Catarina, como mostra a figura a seguir.

Figura 85 - Implantação da antiga Casa de Câmara e Cadeia.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC (2015)²².

- Análise Histórica

²²Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_06_2015_14.04.06.878ac4c5491b70c408313a54545b5f41.pdf Acesso em: Junho de 2023.

O imóvel foi construído entres os anos de 1771 e 1780, dando lugar a Casa de Câmara e Cadeia, que no Brasil eram edifícios que serviam para sediar órgão da administração pública. “[...] a Casa era um sobrado com características da arquitetura colonial luso-brasileira, projetado pelo Sargento-Mor Thomaz Francisco da Costa” (SESC - Serviço Social do Comércio, 2023).

No início do século XX, depois de inúmeras intervenções, a edificação passou a apresentar estilo eclético e teve a cadeia removida. Até o ano de 2005, ela foi ocupada pela Câmara Municipal e entre os anos de 2014 e 2018, a Casa passou por um processo de restauração para acolher o Museu de Florianópolis, o seu uso atual.

Figura 86 - A Casa de Câmara e Cadeia em suas diversas alterações ao longo dos anos



Séc. XVIII



Início do Séc XX



Séc. XX



Final do Séc. XX e início do Séc. XXI

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC (2015)22.

- O Projeto

Segundo informações concedidas pelo órgão responsável pelo projeto, o objetivo foi manter e restaurar o monumento na sua forma atual no estilo eclético, sem recompor alguns

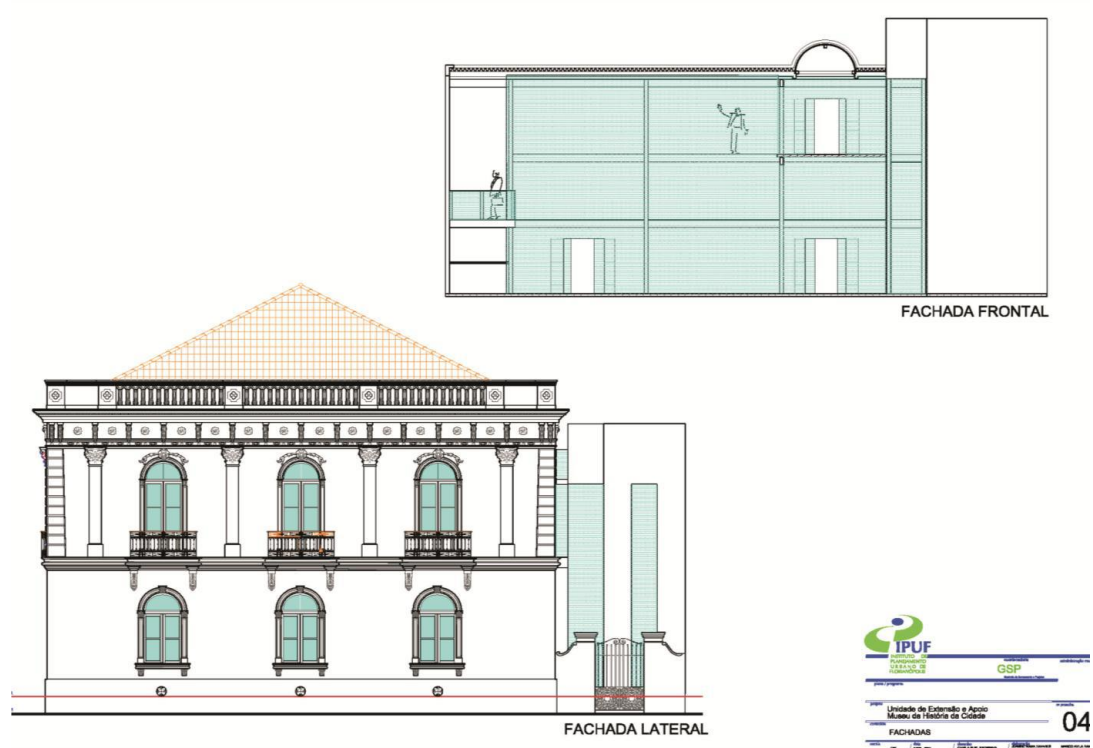
elementos originais do estilo. Além disso, foram preservados os vestígios arqueológicos do século XVIII, redescobertos pelas prospecções realizadas atualmente.

O projeto de restauração envolveu a cobertura, os revestimentos das paredes internas e externas, ornamentos, esquadrias, forros e pisos. Foram inseridas novas instalações hidráulicas e elétricas, elementos de acessibilidade. Foi construído um anexo de apoio a edificação, possuindo um elevador.

De forma paralela a obra de restauro, aconteceu as pesquisas arqueológicas onde foram encontradas, pinturas decorativas, embasamentos de alvenarias de construções antigas, duas bocas de canhões, além de outros objetos considerados importantes.

Em relação ao anexo de apoio, ele possui dois andares e uma área total de 196,50m², localizado aos fundos da edificação. Nele estão dispostos os serviços administrativos e técnicos, uma cafeteria e o elevador que foi instalado entre o anexo e a edificação.

Figura 87 - Unidade de extensão e apoio do Museu.

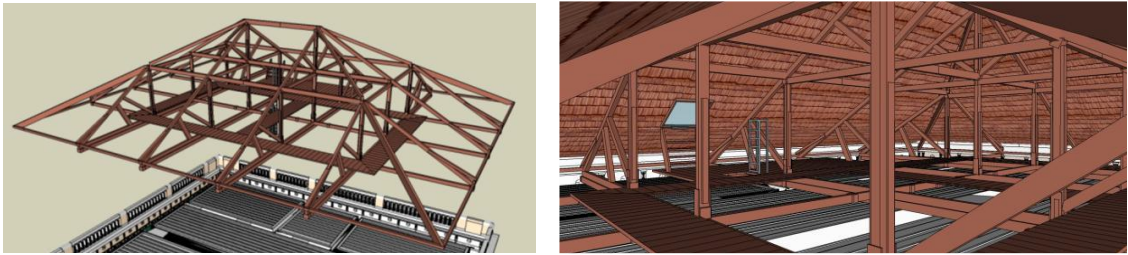


Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC (2015)22.

- Especificações básicas dos materiais

Cobertura: teve todo o madeiramento restaurado, com aproveitamento de peças originais e substituição das que estavam deterioradas. Além disso, teve a instalação de uma passarela técnica de inspeção para manutenção e alguns forros precisaram ser substituídos e outros foram restaurados.

Figura 88 - Proposta de restauro para a cobertura.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC (2015)²².

Fachadas: a alvenaria e os ornamentos passaram pelo tratamento de fissuras, pela recuperação do reboco e de outras partes, limpeza, remoções e inserções de elementos que foram considerados importantes. Foram confeccionados moldes de silicone com os ornamentos resguardados, para que todas as fachadas pudessem ser recuperadas.

Figura 89 - Fachada restaurada do atual Museu da Cidade de Florianópolis.



Fonte: Museu Sesc, s.d.; Créditos Vanessa Soares²³.

Piso: algumas áreas do assoalho puderam ser restauradas, mas outros foram introduzidos. Além disso, foi inserido piso de vidro temperado para evidenciar a antiga pavimentação e plataformas elevatórias junto ao piso de circulação, além de rampas e elevador externo para garantir a acessibilidade.

Figura 90 - Restauro das circulações com a proposta de plataformas elevatórias.

²³ Disponível em: <https://www.sesc-sc.com.br/museudeflorianopolis/sobre/a-casa-de-camara-e-cadeia> Acesso em: Junho de 2023.



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC (2015)22.



Fonte: Revista Área, 2018; Créditos divulgação Concrejato²⁴.

4.1.3 Clínica HS

- Ficha Técnica

Tipo de projeto: Arquitetônico

Endereço: Av. Andrade Neves, 295 - Jardim Chapadão

Local: Campinas - SP

Ano do Projeto: 2019

Área: 100 m²

Autor: Escritório Steck Arquitetura

- Desafios e a Proposta de projeto

O maior desafio encontrado entre os profissionais foi adequar o extenso programa de necessidades de uma clínica médica em um espaço muito reduzido, criando uma atmosfera mais acolhedora e confortável para os usuários, com uma boa estética, acessibilidade e tranquilidade. A ideia foi aproximar a natureza por meio dos materiais, sons e luminosidade utilizando os conceitos da arquitetura biofílica, tendo em vista a necessidade que todos os seres vivos têm em se conectar de alguma forma com elementos que evoquem a natureza.

- Conforto Termoacústico

Com o intuito de garantir o conforto termoacústico entre os ambientes com o meio externo, viabilizando a proteção térmica, insolação e absorção, foram utilizados painéis revestidos com lâmina de madeira natural na parede e em alguns forros, sistema adequado de ar condicionado, pisos vinílicos, sistemas de construção a seco como o drywall para alguns forros e paredes com recheio interno de lã de rocha.

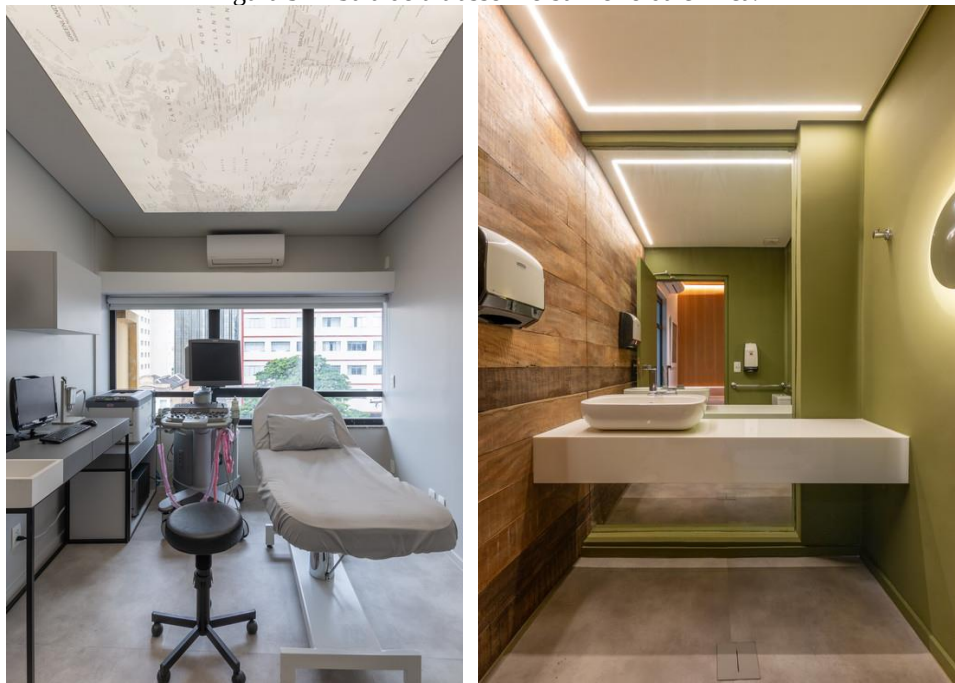
Figura 91 - Consultório e Sala de Espera dando ênfase para os materiais da parede e do teto.

²⁴ Disponível em: <https://revistaarea.com.br/restaurado-casarao-historico-de-florianopolis-vai-abrigar-o-museu-da-cidade/#> Acesso em: Junho de 2023.



Fonte: Steck Arquitetura, 2019²⁵.

Figura 92 - Sala de ultrassom e banheiro da clínica.



Fonte: Steck Arquitetura, 2019²⁵.

- Design, Materiais e Elementos

Ao escolher os materiais os profissionais tiveram o cuidado de incorporar características e elementos naturais que promovessem relaxamento e diferentes sensações ao

²⁵ Disponível em: <https://steckarquitetura.com/clinica-or-hs> Acesso em Junho de 2023.

se conectar com a natureza, como o uso da madeira, luz natural, água, plantas, a paleta de cores suaves, tecidos práticos e de fácil limpeza, trazendo serenidade e leveza.

Os mobiliários projetados chamam bastante atenção em relação ao cuidado com a ergonomia e conforto. Foi criado um sistema de assentos e encostos que se movem de acordo com a necessidade de cada paciente. O jardim inserido na sala de espera juntamente com os sons calmantes da água do aquário, o café, a leitura e a música formam o conjunto perfeito quando se refere ao acolhimento e conexão com a natureza. Nota-se o cuidado em criar espaços equilibrados, possíveis, flexíveis, saudáveis e confortáveis.

Assim sendo, ao analisar as referências projetuais apresentadas, é possível compreender como projetos com características semelhantes ao produto final deste trabalho podem influenciar as decisões projetuais. A seguir será descrito os agenciamentos propostos para a edificação a nível de estudo preliminar.

4.2 INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO

Com base em todas as análises descritas em relação à edificação, como também as diretrizes de restauro apontadas e os estudos de referências alicerçados na postura crítico-conservativa e criativa visando recuperar a edificação, propõe-se um novo programa de uso para o Casarão Bernardes, garantindo sua continuidade física às gerações futuras, possibilitando a permanência do bem e a construção de novos significados e valores. A intervenção se apoiará nos princípios do respeito ao caráter e fisionomia do preexistente, reversibilidade e distinguibilidade.

Por se tratar de um edifício privado, foi necessário ter conhecimento, por meio de uma entrevista com o atual proprietário, sobre quais as perspectivas de futuro que o próprio presumia para a edificação. Sem muitos detalhes, e apesar de ter adquirido o casarão desde o início do século atual, como mencionado anteriormente, o proprietário esclareceu seu desejo de transformá-lo em uma Clínica Médica, caracterizada pelo Ministério da Saúde, como uma unidade de saúde para prestação de atendimento ambulatorial em várias especialidades, podendo ou não incluir as especialidades básicas, o Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT e o Pronto atendimento 24 horas (BRASIL, 2006).

Considerando este trabalho, de caráter propositivo de projeto, que deve contemplar as atividades reais no campo da arquitetura e do urbanismo, o desejo do proprietário de atribuir o uso de uma clínica médica ao edifício, foi o que motivou a proposta de intervenção. Além disso, atentando para a sua localização, no centro urbano, região mais movimentada da

cidade, onde estão concentradas as principais atividades de comércio e serviços (ver mapa 2 de uso do solo), como também, as principais edificações, que, assim como o próprio bem, deram início à povoação. É perceptível que esta edificação tem um grande potencial para a dinâmica urbana do entorno, proporcionando novos fluxos através do uso proposto.

Primeiramente, para se alcançar o objetivo da construção da clínica médica, de forma que esta contribua para a valorização do bem, entende-se fundamental para a manutenção adequada de qualquer patrimônio histórico, o estabelecimento de usos compatíveis com suas características físicas e materiais. A partir desta premissa, o programa de necessidades a ser apresentado, abrange espaços de atendimentos para especialidades médicas básicas, – excluindo a clínica cirúrgica, – e outras especialidades não médicas. Neste caso ainda, não será atribuído os serviços de SADT e o Pronto atendimento 24 horas.

O programa de necessidades foi dividido em quatro grupos, bom base no Regulamento da Anvisa – RDC n.º 50, de 21 de fevereiro de 2002. O primeiro deles consiste no atendimento ao público formado pelos consultórios para assistência aos pacientes de forma programada e continuada; o segundo compõe os ambientes de suporte direto a assistência à saúde em funções de apoio (contato indireto); o terceiro abarca os ambientes para atendimento ao estabelecimento em funções de suporte operacional; e por último, a área de apoio ao estabelecimento em funções administrativas. Estas informações podem ser melhor visualizadas na imagem abaixo:

Figura 93 - Programa de necessidades



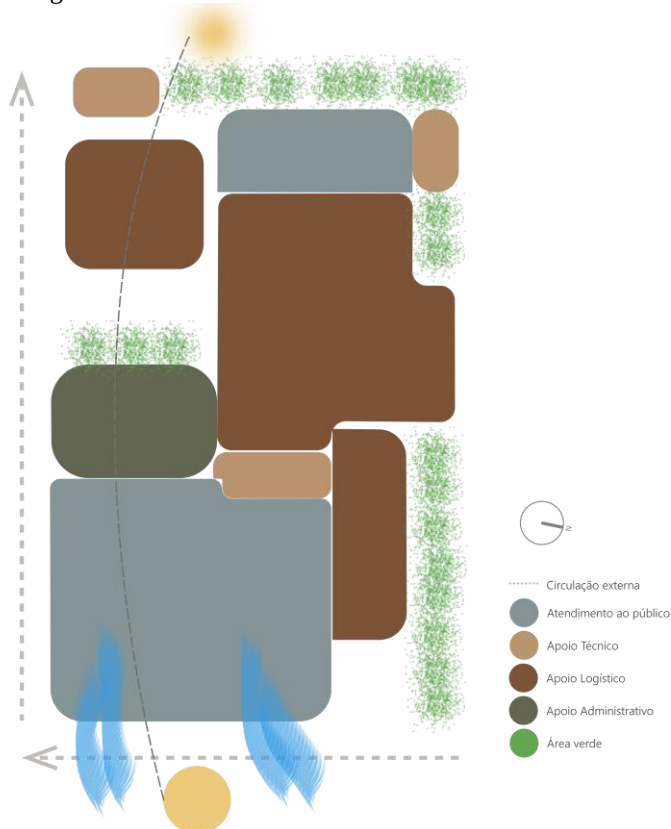
Fonte: Autora (2023).

Constata-se que o programa inclui ambientes de suporte básico para a população, sem comprometer a integridade física da edificação e compatível com a área oferecida. Diante disso, foi desenvolvido o zoneamento dos compartimentos a partir da definição do programa

de necessidades para a criação do projeto de intervenção. Na figura 94, pode ser observado a direção dos ventos, com sua maior precipitação na direção leste e nordeste, segundo os dados bioclimáticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET (2016), e ainda, o nascente e o poente.

A concepção inicial de setorização para este projeto, foi a interligação dos ambientes de apoio logístico com o ingresso principal da edificação, que se dá por meio fachada sul, onde foi inserida a rampa de acessibilidade, conforme as recomendações da NBR 9050, uma vez que, o antigo acesso principal (leste), foi interrompido para circulação. Diante disso, a área de apoio logístico ficou inserida de forma central, integrada com os consultórios das duas extremidades e os demais ambientes.

Figura 94 - Zoneamento da Clínica Médica



Fonte: Autora (2023).

O apoio administrativo ficou entreposto pelos consultórios e pelo apoio logístico, facilitando a comunicação e controle desses ambientes. Em relação aos consultórios, eles foram setorizados no extremo leste do terreno (corpo principal da edificação), e no extremo oeste, se interligando com os outros compartimentos. Para o apoio técnico, se teve duas lógicas: servir de apoio para todos os espaços da edificação e fazer ligação direta com a área externa.

Uma das principais características deste projeto foi a inclusão de vegetação em todos os ambientes da clínica, criando microclimas que auxiliam na manutenção da vida e no conforto térmico nas estações mais críticas do ano. Além de possibilitar passagens “vivas” para os usuários ao transitar entre as alas, conectando-os diretamente com a natureza.

4.2.1 Conceito e Partido

O bem de valor histórico e cultural deve ser a intenção principal da intervenção, de forma que a intervenção seja apenas seu canal de comunicação. Assim, dado que a nova arquitetura não deve silenciar o preexistente, o partido conceitual se apoia em uma ideia de harmonia por meio da biofilia. O termo biofilia tem sua origem das palavras gregas *Bio*, que significa vida, e *Philia*, que significa amor, traduzida como “amor às coisas vivas”. Conforme Kellert e Calabrese (2015, p. 6), a inclusão da natureza e dos elementos que a remetem na construção do espaço, tem o intuito de promover uma atmosfera mais acolhedora e confortável, considerando que os ambientes se tornam mais saudáveis e com maiores níveis de bem-estar.

Para que o conceito de biofilia se materialize em concordância com a postura adotada no projeto de intervenção, foram utilizados elementos de conexão indireta com a natureza, como a aplicação da madeira em diversas áreas, geometrias retilíneas e levemente orgânicas em alguns pontos, com padrões que se repetem de forma organizada hierarquicamente, conversando de maneira harmoniosa com o corpo principal da edificação. Além, da utilização de vegetação em áreas específicas, permitindo o contato direto dos pacientes e funcionários com a natureza e trazendo maior vivacidade para o projeto. Ademais, foram trabalhados lugares de fácil mobilidade e orientação, a fim de propiciar segurança ao usuário, lugares de transição e refúgio, com o intuito de promover experiências que fazem referências as características do mundo natural, que causam comodidade a todos que usufruírem dos espaços.

4.2.2 O interior da Clínica Médica

Partindo da edificação principal, o objetivo foi aproveitar os espaços e a estrutura existente, assim como a posição das esquadrias, para estabelecer o layout. Outro ponto levado em consideração, foi o princípio de mínima intervenção e reversibilidade, dessa forma, para

mobilidade reduzida, seguindo os regulamentos da NBR 9050; a copa, destinada a realizar o serviço de refeições leves para os pacientes e funcionários; e o depósito de material de limpeza, com acesso por meio do jardim de inverno e ligação direta com a área externa, possibilitando a realização da retirada de resíduos de lixo, sem passar pela recepção. Os consultórios dispostos nessa zona, possuem suas aberturas diretas para a recepção, e assim como os outros, área molhada de apoio.

Reiterando sobre a recepção e ainda, a sala de espera interna e externa, a ideia central transformar estes espaços confortáveis e acolhedores para os pacientes, através da escolha de materiais incorporados no conceito de biofilia, a fim de promover uma verdadeira experiência de conexão com a natureza e relaxamento. Para isso, a utilização da vegetação se faz presente tanto no plano horizontal como no vertical, a inserção de painéis revestidos de madeira, diferentes texturas nas paredes, o uso de uma paleta de cores tranquila, o piso vinílico, o toque suave dos tecidos usados nos mobiliários, tudo isso, foi inserido com o propósito de promover leveza e serenidade a esses ambientes (ver figuras 96 e 97). Este mesmo princípio descrito, foi incorporado para os demais espaços da clínica, como pode ser visualizado na figura 98, onde mostra um dos consultórios.

Figura 96 - Vista da estrada da recepção (imagem fotorrealista).



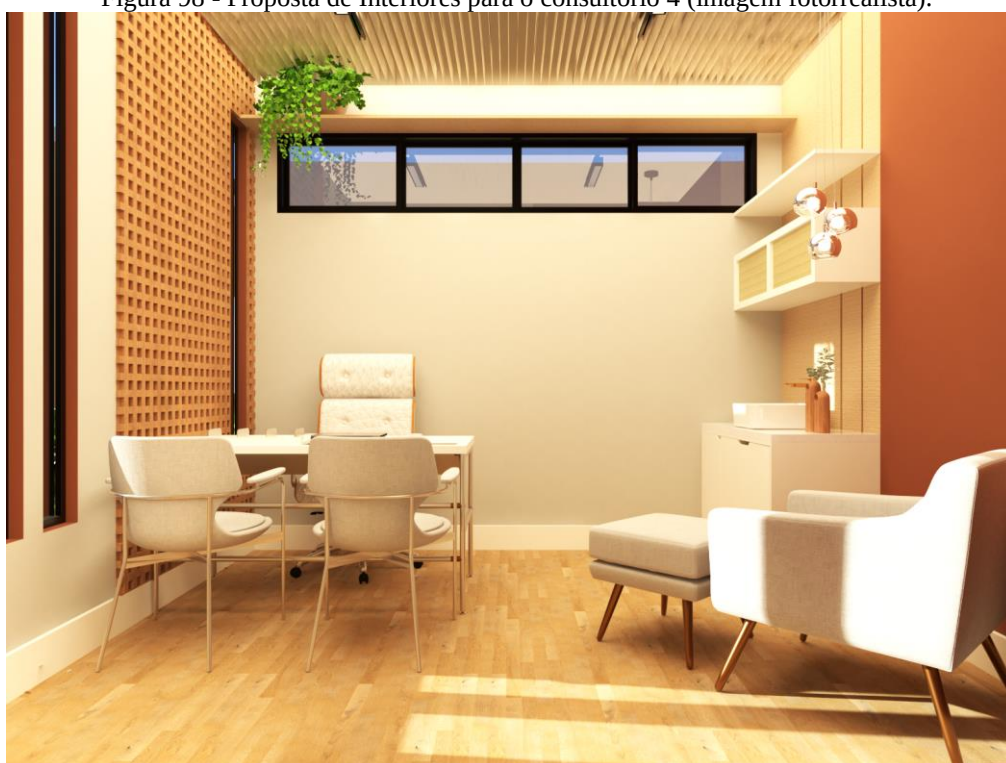
Fonte: Autora (2023).

Figura 97 - Recepção com sala de espera interna (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

Figura 98 - Proposta de Interiores para o consultório 4 (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

Ademais, tentou-se criar espaços equilibrados, flexíveis, saudáveis, confortáveis, que tranquilizam, acolhem, tocam e envolvem desde os clientes, até os funcionários ou qualquer pessoa que adentre a clínica.

4.2.3 Composição das principais fachadas

Como dito anteriormente, umas das ideias norteadoras do projeto foi preservar a memória da edificação, dessa forma, foram estabelecidas diretrizes de restauro para recuperação das superfícies de fachadas do bem. A partir disso, as fachadas da nova arquitetura, tem a intenção de criar um conjunto de volumes e texturas que se relacione com o patrimônio histórico, a partir da utilização de materiais que remetem a arquitetura biofílica.

Iniciando pela fachada leste, rememorando o que foi dito no primeiro tópico deste capítulo, a nova arquitetura é formada por um conjunto de painéis com o intuito de delimitar os espaços sem fechar completamente o vão, dialogando com a edificação preservada, utilizando de materiais como a madeira recortada e o vidro, promovendo a fluidez entre a área interna e externa; o metal, que serve de estrutura para estes painéis, e ainda, como uma espécie de marquise fechando o vão na parte superior, seguindo o mesmo alinhamento da platibanda da edificação, ver figura abaixo:

Figura 99 - Fachada leste da clínica (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

A fachada sul foi reformulada com os novos planos de vedação para abrigar a clínica médica, prezando por uma volumetria simplista, recuada 5.96m do lote, abrindo espaço para inserção da rampa de acessibilidade e formando um jogo de volumes com a edificação principal. As esquadrias formadas de metal e vidro foram colocadas de forma ritmada, com o intuito de seguir a mesma ideia de simetria adotada no bem. A presença da madeira arrematando a cobertura, a pedra fechando a parte inferior da edificação, a utilização das cores neutras somadas com o tom terroso do imóvel, valorizam o conceito de biofilia, deixando o conjunto harmonioso, como mostra a figura abaixo:

Figura 100 - Fachada sul da clínica (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

Figura 101 - Ampliação fachada sul da clínica (imagem fotorrealista).



Fonte: Autora (2023).

Nesta fachada também foi trabalhada a área para acrescentar a identidade visual da clínica juntamente com as informações sobre as especialidades médicas. Desse modo, foi posicionado um painel horizontal de uma ponta a outra da edificação, e ainda, um totem digital na extremidade esquerda, para que as pessoas possam visualizar os serviços oferecidos no empreendimento, como visto na figura 101. Em todas as fachadas foi trabalhado o paisagismo, com a inserção de plantas nativas, a fim de criar microclimas espalhados por toda a edificação. As demais fachadas, nortes e oeste (internas), também seguiram estes mesmos princípios discutidos acima.

4.2.4 Cobertura

No capítulo três deste trabalho estão descritos os serviços de restauro referente a cobertura do corpo principal da edificação preservada, que consiste na averiguação, aproveitamento e substituição dos elementos que considerarem necessários, mantendo a tipologia do telhado de duas e três águas, com telhas do tipo canal e inclinação de 30%. Além disso, foi utilizado o telhado de policarbonato com inclinação de 5% para a cobertura do hall, como mostra a figura abaixo:

Figura 102 - Planta de locação e cobertura da clínica.

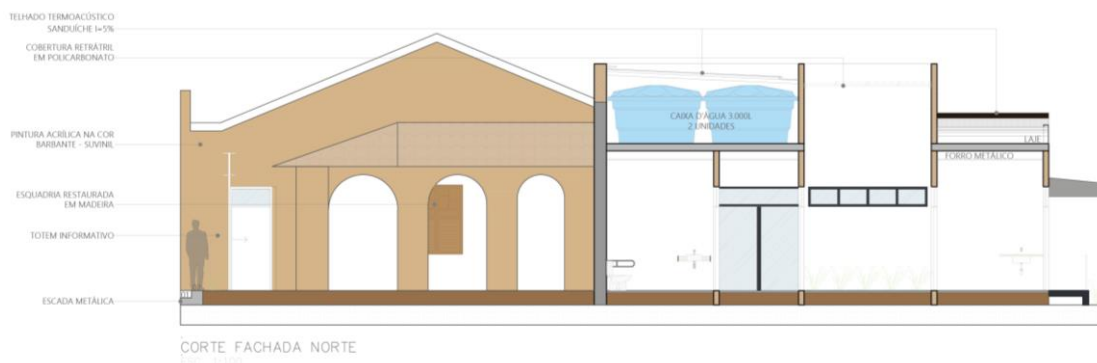


Fonte: Autora (2023).

Em relação ao novo conjunto arquitetônico, a cobertura foi dividida em quatro tipos: telhado tipo “borboleta” de duas águas com a calha central, telhado com uma água e o telhado em policarbonato retrátil, como pode ser visto na figura 102. Este primeiro, e o segundo foram utilizadas telhas termoacústicas sanduíche, possibilitando uma baixa inclinação de 10% e 5%, respectivamente, garantindo um conforto térmico e acústico. O sistema estrutural destas coberturas é formado por elementos metálicos galvanizados, por serem leves e resistentes, estruturalmente e a parasitas.

Abaixo do telhado, pensou-se na utilização da laje de *light steel framing* autoportante (ver figura 103), assim como nas paredes de vedação, tendo como principais critérios, a possibilidade de futuras modificações, por se tratar de um sistema feito por módulos e de estrutura leve, além de possuir características termoacústicas.

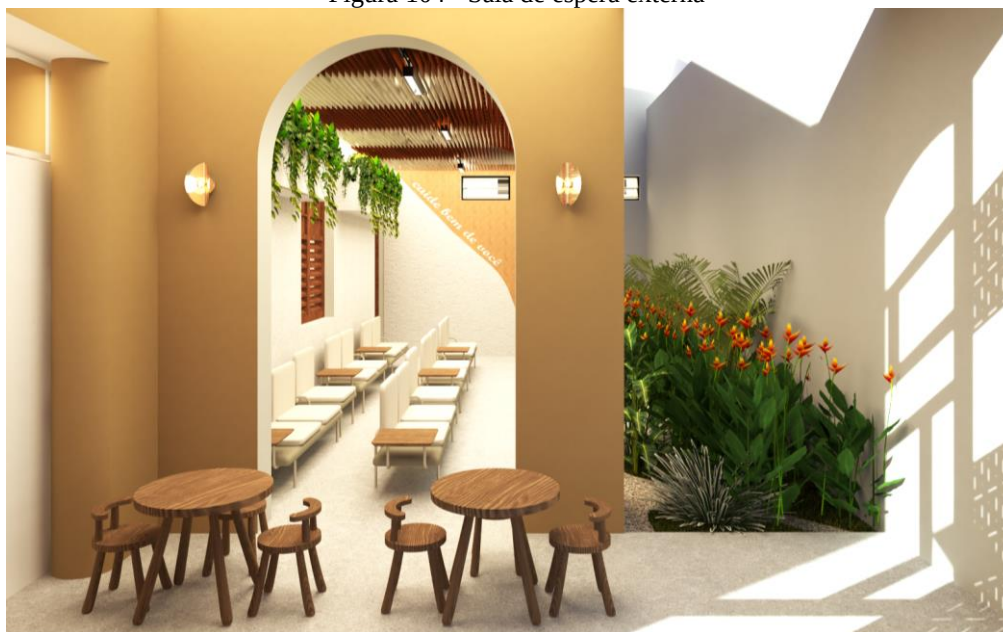
Figura 103 - Corte fachada norte



Fonte: Autora (2023).

A cobertura retrátil em policarbonato foi pensada para permitir a flexibilidade de manuseio, podendo ser aberta, admitindo a entrada de ventilação natural, ou fechada, protegendo das intempéries (ver figura 103). Sendo ainda, um material transparente, que garante a entrada de luz natural. A inserção do beiral no telhado da sala de espera externa, teve o objetivo de promover sombreamento a esta porção, assim como evitar futuros problemas patológicos (ver figuras 102, 103 e 104).

Figura 104 - Sala de espera externa



Fonte: Autora (2023).

No que se refere ao forro, foi utilizado o tipo metálico linear em todos os ambientes da clínica, pensando na manutenção e higiene, além de ser um material resistente, flexível, contemporâneo e sofisticado. Por ser uma estrutura modular, podem ser facilmente usados

para abrigar as instalações elétricas e hidráulicas, proporcionando um acabamento excelente (ver figura 100).

4.2.5 Soluções técnicas

Como já mencionado, o *Light Steel Framing* é um sistema construtivo de concepção racional, por ser uma estrutura construída em módulos, isso permite maior flexibilidade na construção. Além das diversas características já citadas, outra bastante importante para este projeto, é empregar todas as instalações hidráulicas, sanitárias e o sistema elétrico através desses planos.

Portanto, neste projeto, toda a tubulação de água fria e esgoto será realizada por meio do light steel framing, assim como as instalações elétricas, onde irão passar os quadros de distribuição, mangueiras condutoras, caixas de passagem e cabos condutores. O principal intuito de adotar esse sistema construtivo foi pela facilidade na construção, com a vantagem de possuir otimização na manutenção e grande reversibilidade.

Dessa forma, o próximo capítulo se concentra na análise dessas estratégias adotadas, fundamentada na ponderação da pergunta "Estou preservando?"

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervir num bem de valor histórico e cultural, considerado um documento histórico, e que possui papel memorial, é um ato de extrema responsabilidade, pois se trata de um documento singular e não reproduzível. Este recurso, que é apontado como um dos meios para preservar o patrimônio histórico, deve informar o material preexistente de maneira clara, sem prejudicar seu valor como documento ou suprimir seus valores pertinentes, a fim de evitar que se transforme em um mero coadjuvante da nova arquitetura. Importante mencionar, que mesmo a intervenção sendo uma forma de conter o material degenerado, ela não é suficiente para salvaguardar o bem, se mostrando um processo ainda mais complexo.

Após a revisão da literatura, fica evidente que a discussão do restauro, desde as primeiras formulações até as da atualidade, tanto no nível nacional quanto internacional, permanece variável e sem consenso entre os teóricos. A base teórica no cenário italiano se apresenta como a mais promissora devido à influência no meio acadêmico e às várias colaborações que surgiram nesse âmbito. As posturas contemporâneas de restauro tem sido as mais empregadas nos projetos, devido a sua aplicabilidade ampla, sendo possível a sobreposição de mais de um princípio em uma mesma intervenção. Sendo para a autora, a postura crítico-conservativa e criativa a mais adequada, por admitir um juízo crítico fruto de uma sensibilidade histórico-estética, onde cada caso é avaliado de forma singular.

É fundamental que a intervenção seja baseada no respeito pela história do bem, como também em seus valores, padrões e materialidade, considerando que esta é uma ação transformadora, e que também pode causar alterações no contexto do bem. Utilizando esses princípios como guia para uma proposta projetual, pode-se ter uma noção clara das necessidades e problemas que podem resultar em um diagnóstico possível de ser resolvido. É a partir disso que o trabalho se debruça, em revelar a necessidade de preservação, de restauro e de reuso do Casarão Bernardes, por meio de um debate crucial para reconhecimento das formas de intervir diante de uma problemática tangível e improrrogável.

Por meio da relação teórico-metodológica em uma prática crítico-conservativa e criativa, que está alicerçada a proposição do estudo preliminar do restauro do Casarão Bernardes, aliado ao novo uso para a edificação, neste caso, de uma clínica médica. Fortalecendo a preservação do seu papel social e seu significado afetivo, cultural e prático. Espera-se, ainda, que essa intervenção contribua para a potencialização da área em que a edificação está inserida, reafirmando sua significância para a comunidade sanjoanense.

Dessarte, como um dos pontos mais importante do estudo e aplicabilidade da matriz de conhecimentos, é a discussão da pergunta **“Estou preservando?”**, que, se avaliada unicamente do ponto de vista da autora, concluiríamos que o procedimento de preservação foi iniciado, uma vez que o trabalho aqui realizado se refere, principalmente, ao restauro, que apesar de limitado, é uma ação que precisa ser continuada pelas próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 9050: 2020**. Brasil: Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf
- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **São João na colônia e no império: fazenda, povoado e vila (1961 – 1889)**. Teresina – PI: Gráfica e Editora Halley S.A., 2015.
- ALMEIDA, Frederico. **Manual de Conservação de Cantarias**. 2ª ed. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2000.
- ALMEIDA, Isabelle; QUEIROZ, Karina; VASCONCELOS, Gérsica. **Uma análise do Restauro à luz das Teorias Contemporâneas: a conversão de edifício da antiga alfândega em caixa cultural Fortaleza**. Revista Projetar, [s. l.], 2018.
- BOITO, C. **Os restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial: 2002.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. **Constituição (1934)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.
- BRASIL. Lei Federal nº 378 de 1937. **Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. RDC n.º 50, de 21 de Fevereiro de 2002.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. Gabinete do Ministro. Portaria SAS/Nº 717, de 28 de Setembro de 2006. Brasília, 2006.
- BUCHEBUAN, Terezinha. **Os velhos casarões de Antônio Prado: processos culturais, patrimônio e conflito**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, [S. l.], 2010.
- CABRAL, Ana. **Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, e IPHAEP e o Turismo Cultural**. 3º Congresso Virtual de Turismo Cultural, [s. l.], 2015.
- Carta de Atenas de 1931**. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- Carta de Veneza de 1964**. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- Carta do Restauro de 1972**. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das boiadas – Roteiro para São João do Rio do Peixe**. João Pessoa: Nopigral, 1975.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Ed. Estação Liberdade/UNESP, 2006.

Conferência de Nara de 1994. In: Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FERNANDES, Ramon. **MANIFESTO FACE A INÉRCIA: Restauro Alusivo das Ruínas da antiga Igreja de São Miguel Arcanjo e convento Jesuíta na Cidade de Extremoz/RN**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Pau dos Ferros-RN, 2022

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1997.

GALVÃO, Rogério. **São João do Rio do Peixe: Datas e Notas**. [S. l.: s. n.], 2011.

GONÇALVES, Cristiane. Restauração, conceito e prática: Luis Saia e o exemplo da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia (1958-1961). **Patrimônio e Memória**, [s. l.], 2019.

ICOMOS. **Linhas de orientação sobre a educação e a formação em conservação de monumentos, conjuntos e sítios**. p. 1-5, 1993.

IPHAN. **Portaria no 420, de 22 de dezembro de 2010**. [S.l: s.n.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf , 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC** v. 0, n. 1, p. 18, 2006

LAWSON, Bryan. **Como Arquitetos e Designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. [S. l.]: Editora da Unicamp, 1990.

LEMOES, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. [S. l.: s. n.], 1981.

LUCCAS, Luís. Intervenções no Patrimônio: Sobre o falso storico, princípio da diferenciação como panaceia e os efeitos colaterais. **Oculum Ensaio Revista de Arquitetura e Urbanismo**, [S. l.], p. 1-20, 30 abr. 2021.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo; ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Engenharia Civil UM**, [s. l.], p. 31-44, 2004.

KELLERT, Stephen; CALABRESE, Elizabeth. *The Practice of Biophilic Design*. Nova Iorque: 2015. 25 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321959928_The_Practice_of_Biophilic_Design. Acesso em: 18 set. 2023.

MENDES, Crysna. **Patrimônio Cultural como lugar na vida cotidiana: Os Mercados de Quixeramobim**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

NAHAS, Patrícia. Antigo e Novo nas intervenções de caráter monumental. **Revista CPC**, [S. l.], p. 78-111, 9 abr. 2021.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 1 maio. 2023.

OLIMPIO, M. L. V. **O registro de Procedimentos Metodológicos para Projetos de Intervenção Arquitetônica no Patrimônio Edificado: o caso de Natal/RN**. 2015. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

OLIMPIO, Monique. **Formação do Arquiteto e Urbanista para a Preservação de Áreas e Edifícios de Valor Patrimonial: Diálogos entre a Teoria e o Exercício Projetual**. 2020. Tese (Pós-Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [S. l.], 2020.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Recife: UFPE, 2002 (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Ana Rosa de. **A Reforma do Reichstag: Transparência e acessibilidade pública em um edifício energeticamente eficiente**. In: VITRUVIUS. 012.06, ano 06, Agosto, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/06.012/1661>>.

OLIVEIRA, Elayne. **Casa da Cultura Parque Porangaba: Memória, patrimônio e cidadania**. [S. l.: s. n.], 2022.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PARAÍBA (ESTADO). **Decreto nº 22.917, de 3 de abril de 2002**. Declaratória de Delimitação do Centro Histórico da cidade de São João do Rio do Peixe. João Pessoa, 2002.

PORTAL STECK ARQUITETURA E URBANISMO. **Clínica HS. Projetos**, São Paul, 2019. Disponível em: < <https://steckarquitetura.com/clinica-or-hs> > Acesso em: jun. 2023.

PORTAL VITRUVIUS. **Casarão da Inovação Cassina. Projetos**, São Paulo, ano 21, n. 250.01, Vitruvius, out. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/21.248/8471>>.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1a edição ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88 p. .978-85-273-1005-5.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial: 2008.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Nasce a Academia Sphan**. In: Cidadania. Curadoria Antonio Augusto Arantes, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24. 1996, p. 77-95.

SILVA, Anna. **Centro Histórico de São João do Rio do Peixe**: documentando edificações emblemáticas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, [S. l.], 2019.

SILVA, João Bosco da. Informação [Entrevista cedida a] Milena Dutra. Informação verbal informal. **Entrevista concedida para pesquisa sobre o contexto histórico do Casarão Bernardes**. São João do Rio do Peixe, 2023.

TINOCO, Jorge. **Mapa de Danos - Recomendações Básicas**. Olinda: [s. n.], 2009. v. 43.

TOMAZ, Paulo. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. Fênix: **Revista de História e Estudos Culturais**, [s. l.], 2010.

VIEIRA, Natália Miranda. Autenticidade X Exploração Imagética Do Patrimônio Cultural. **Ilha Revista de Antropologia** p. 275–294, 2007.

VIEIRA, Natália Miranda; NASCIMENTO, José Clewton. A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação? **Anais do II ENANPARQ - Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas**. Natal: Editora da UFRN. p. 1–21, 2012.

VIEIRA, Natália; NASCIMENTO, José; DANTAS, Petterson. O papel da criatividade no projeto de Restauro do antigo Grupo Escolar Augusto Severo: reflexões teórico-metodológicas e resultados projetuais. **Revista Projetar**, [s. l.], 2015.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada. **III ENANPARQ** v. 2014, n. 1, p. 1–20, 2014.

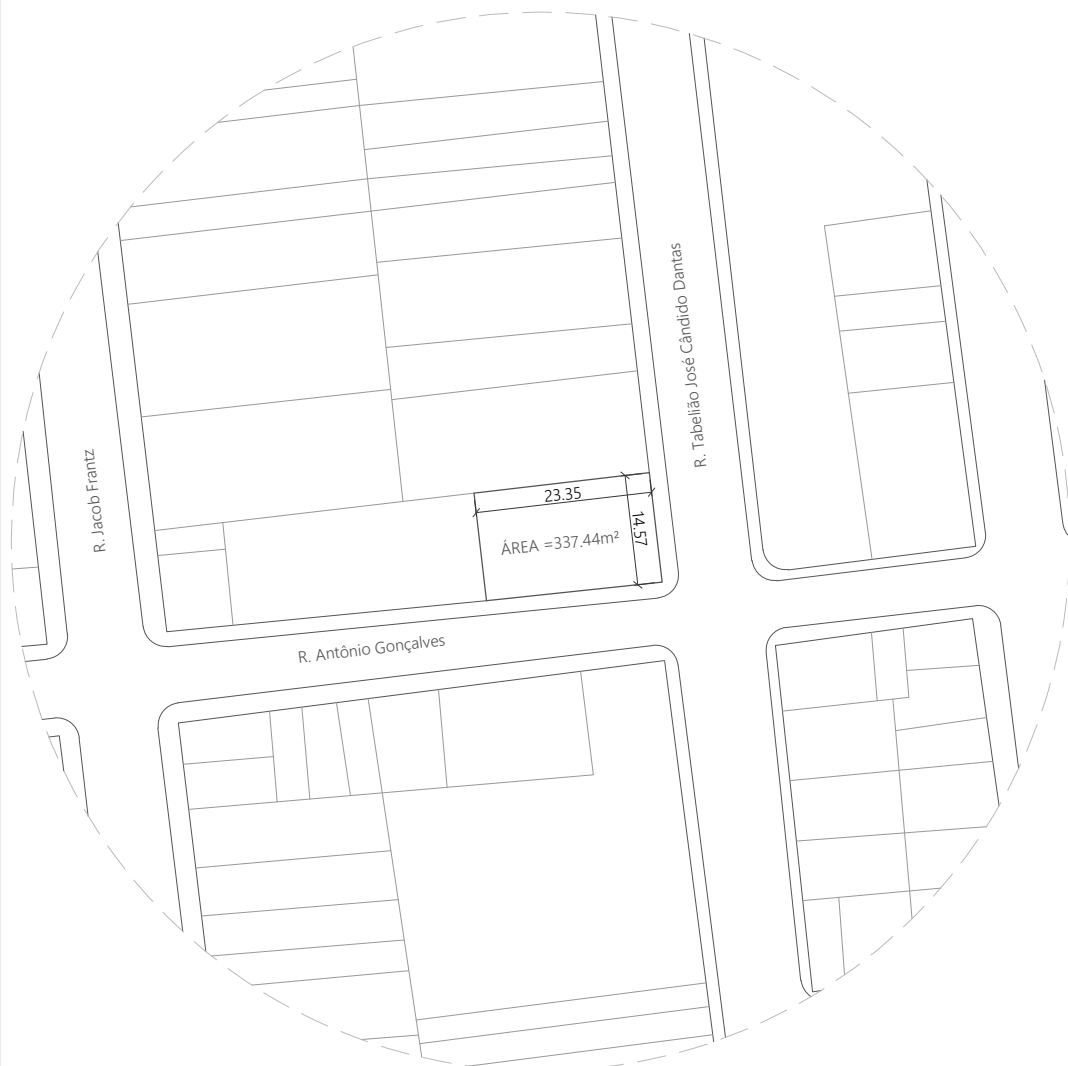
VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.

WILSON, Letícia. **Restaurado, casarão histórico de Florianópolis vai abrigar o Museu da Cidade**. [S. l.], 14 set. 2018. Disponível em: <https://revistaarea.com.br/restaurado-casarao-historico-de-florianopolis-vai-abrigar-o-museu-da-cidade/>. Acesso em: jun. 2023.

APÊNDICE B – Pranchas Técnicas do Estudo Preliminar

A seguir serão listadas as pranchas técnicas referentes ao estudo preliminar, em folha A3 e A2, conforme a sequência:

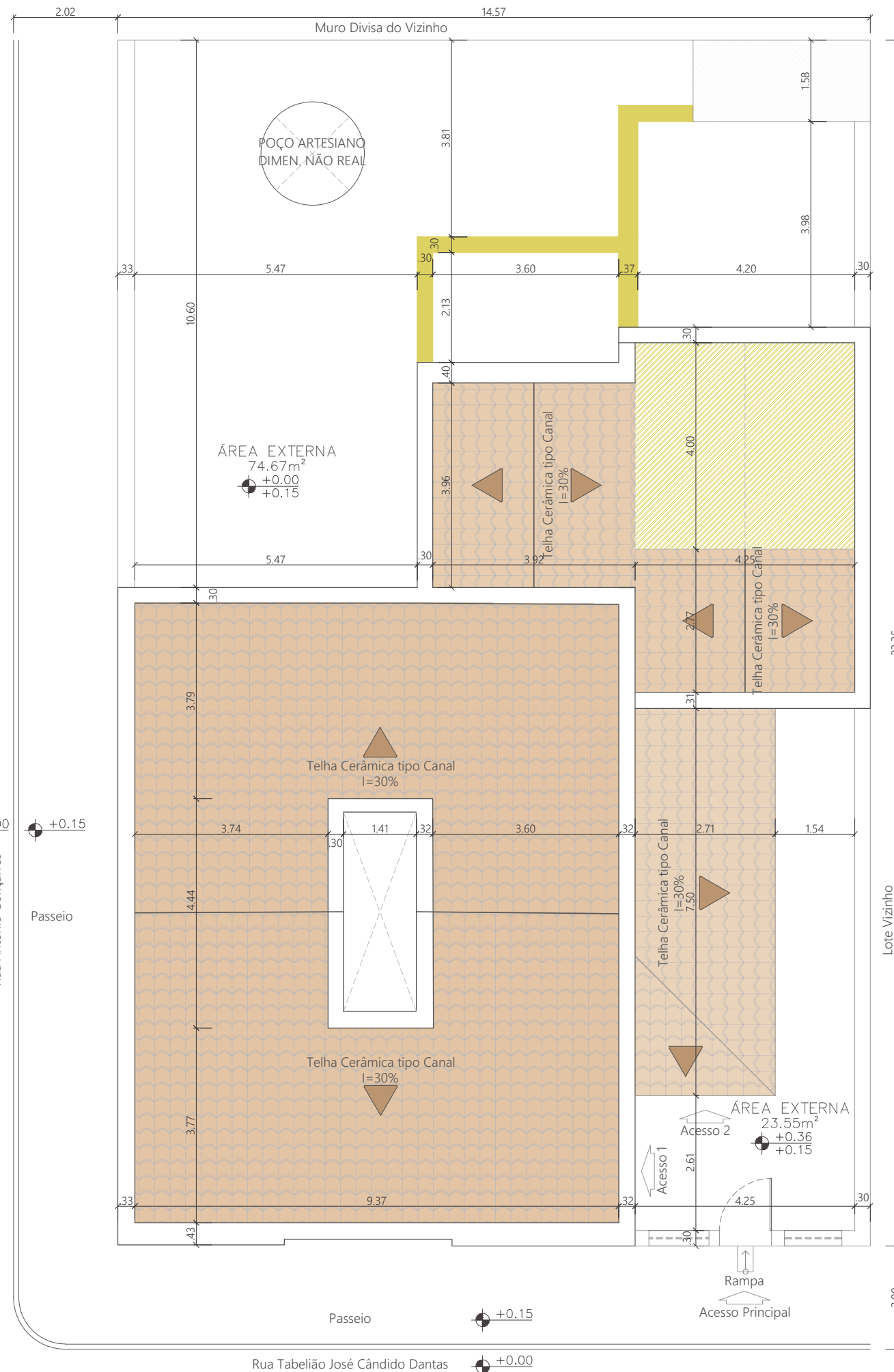
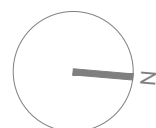
1. Planta de Situação, Localização e Cobertura existente
2. Planta baixa – Levantamento
3. Planta falada – Mapa de Danos
4. Mapa de Danos
5. Planta Demolir/Construir
6. Planta de Localização e Coberta
7. Planta Baixa Técnica
8. Planta de Layout
9. Cortes
10. Fachadas
11. Planta de Paisagismo



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESC. 1:1000



- ALVENARIA DEMOLIDA
- COBERTURA DEMOLIDA
- NÃO IDENTIFICADO



PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA – ESQUEMÁTICA EXISTENTE
ESC. 1:100



Universidade Federal Rural do Semi-árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO
PLANTA DE SITUAÇÃO/COBERTA

DISCIPLINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

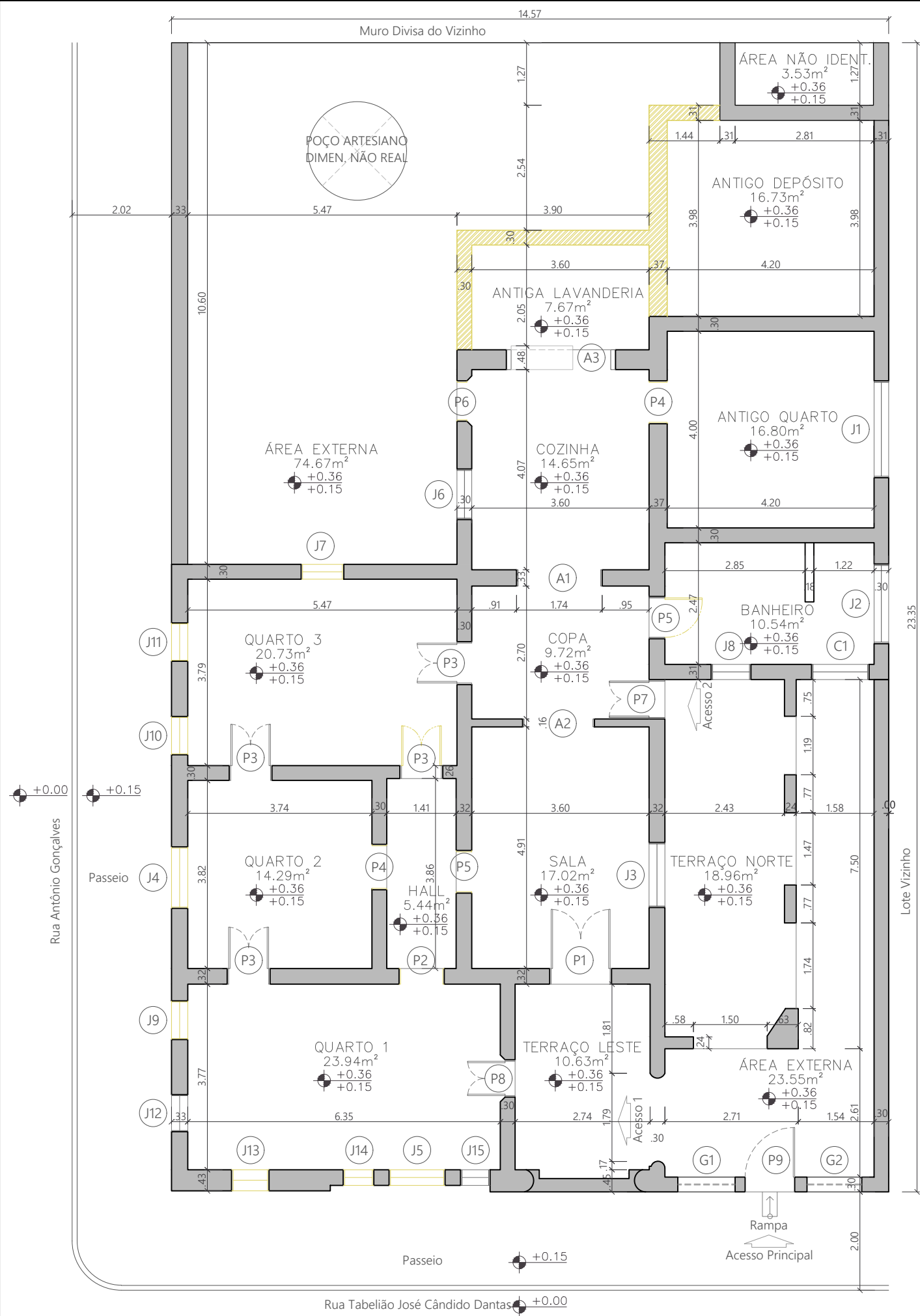
DISCENTE
MILENA DUTRA DANTAS MARTINS

ORIENTADORA
MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO

FOLHA
01 / 13

DATA
SET/2023

ESCALA
INDICADA

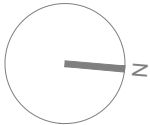


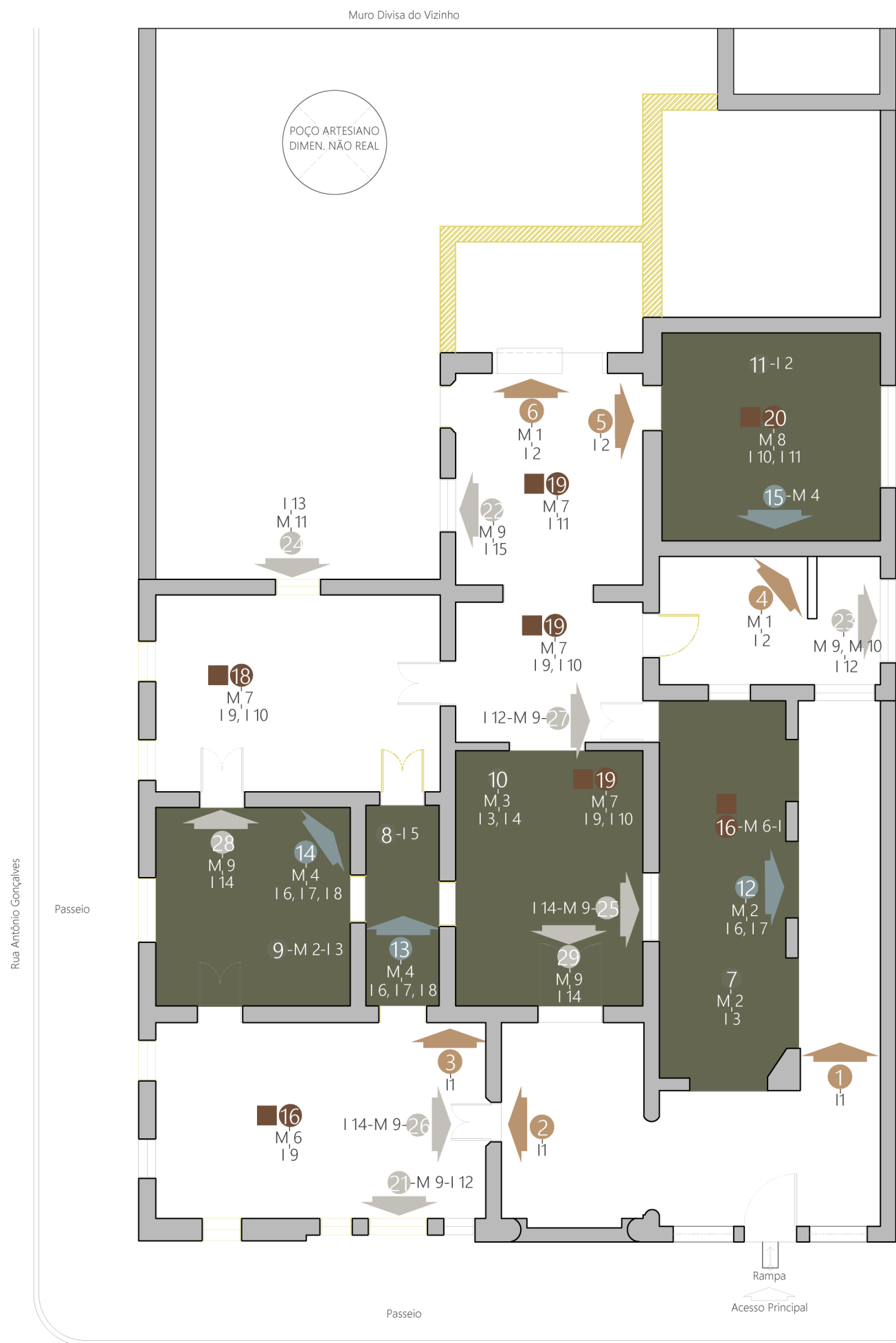
QUADRO DE ESQUADRIAS

PORTAS				
SÍMB.	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO (L X H / PEIT)	QUANT.	LOCAL
P1	Porta duas folhas de giro em madeira	1.26m x 2.64m / 0.00	1	SALA
P2	Porta Demolida - caxilho com bandeira em madeira	0.92m x 2.76m / 0.00	2	HALL/QUARTO 1
P3	Porta duas folhas de giro em madeira	0.87m x 2.70m / 0.00	4	SALA/QUARTO 1/HALL QUARTO 2
P4	Porta Demolida - caxilho com bandeira em madeira	0.92m x 2.70m / 0.00	1	ANTIGO QUARTO
P5	Porta Demolida - caxilho com bandeira em madeira	0.87m x 2.60m / 0.00	1	BANHEIRO
P6	Porta Demolida	0.82m x 2.60m / 0.00	1	COZINHA
P7	Porta duas folhas de giro em madeira	0.80m x 2.60m / 0.00	1	COPA
P8	Porta duas folhas de giro em madeira	0.76m x 2.60m / 0.00	1	QUARTO 1
P9	Portão de giro em ferro	1.00m x 2.00m / 0.65	1	ENTRADA
A1	Ab. c/ caxilho em madeira	1.74m x 2.60m / 0.00	1	COPA/COZINHA
A2	Ab. c/ caxilho em madeira	1.46m x 2.60m / 0.00	1	SALA/COPA
A3	Ab. c/ caxilho em madeira	0.77m x 2.42m / 0.00	1	COZINHA/LAVANDERIA
JANELAS				
J1	Janela basculante horiz. em ferro	1.97m x 1.15m / 1.60	1	ANTIGO QUARTO
J2	Janela basculante em madeira e vidro	1.62m x 0.79m / 1.79	1	BANHEIRO
J3	Janela duas folhas giro veneziana em madeira	1.32m x 1.74m / 0.91	1	SALA
J4	Janela duas folhas giro em madeira	1.25m x 1.70m / 1.05	1	QUARTO 2
J5	Janela duas folhas giro em madeira	1.14m x 1.72m / 0.86	1	QUARTO 1
J6	Janela duas folhas giro veneziana em madeira	1.03m x 1.53m / 1.01	1	COZINHA
J7	Janela vedada com alvenaria de tijolo	0.87m x 1.77m / 0.94	1	QUARTO 3
J8	Janela basculante veneziana em madeira	0.81m x 0.40m / 2.53	1	BANHEIRO
J9	Janela vedada com alvenaria de tijolo	0.79m x 1.70m / 1.00	1	QUARTO 1
J10	Janela vedada com alvenaria de tijolo	0.78m x 1.70m / 1.00	1	QUARTO 3
J11	Janela vedada com alvenaria de tijolo	0.78m x 1.66m / 1.00	1	QUARTO 3
J12	Janela dua folhas em madeira	0.76m x 1.70m / 1.00	1	QUARTO 1
J13	Janela vedada com alvenaria de tijolo	0.76m x 1.75m / 0.87	1	QUARTO 1
J14	Janela vedada com alvenaria de tijolo	0.62m x 1.72m / 0.86	1	QUARTO 1
J15	Janela duas folhas giro em madeira	0.60m x 1.72m / 0.85	1	QUARTO 1
C1	Cobogó em alvenaria	1.17m x 0.49m / 2.42	1	BANHEIRO
G1	Gradil em ferro	1.17m x 2.00m / 1.38	1	FACHADA LESTE
G2	Gradil em ferro	1.11m x 2.00m / 1.30	1	FACHADA LESTE

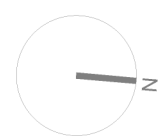
LEGENDA

- ALVENARIA DEMOLIDA
- ESQUADRIA DEMOLIDA



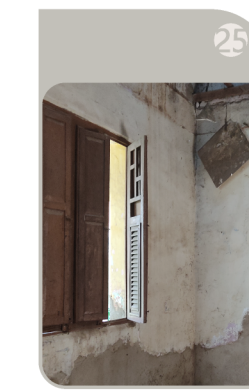
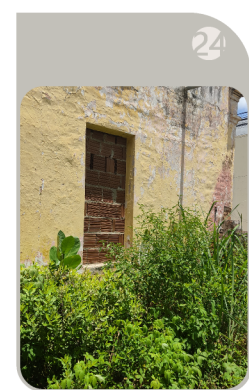
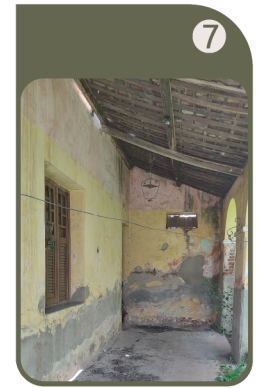


PLANTA BAIXA FALADA
esc - 1/100



LEGENDA

- Estrutura
- Cobertura
- Paredes
- Piso
- Esquadrias
- Parede Demolido
- Elemento Demolido



COBERTURA: Madeiramento flambado, ausência de cobertura ocasionando patologias nas paredes. Desplacamento e desabamento do forro. Fragmentação total do telhado, com madeiramento exposto.

PAREDES: Proliferação de patologias como, descascamento da pintura, crosta negra, bolor, fissuras, deslocamento do emboço, reboco e tijolos.

PISO: Peças faltantes que bradas e desprendidas da superfície. Sobreposição desordenada com a presença de vegetação.

ESQUADRIAS: Madeira fragmentada e desgastadas. Partes em vidro quebradiças e em ferro oxidado. Muitas aberturas vedadas com a utilização de alvenaria (tijolo cerâmico em bloco e argamassa de cimento)

ESTRUTURA: Problemas de trincas, rachaduras e fissuras devido a infiltração de água. Deslocamento de paredes e esquadrias da superfície. Desabamento de alguns cômodos.

LEGENDA DE MATERIAIS

SIMB.	TIPO
M-1	Revestimento cerâmico
M-2	Telha cerâmica
M-3	Forro de gesso
M-4	Argamassas de cal e areia, com possíveis adições minerais e orgânicas
M-5	Pintura possivelmente a base de PVA ou cal
M-6	Piso cimentício
M-7	Piso de Ladrilho hidráulico
M-8	Vegetação
M-9	Madeira
M-10	Vidro e Ferro
M-11	Alvenaria de bloco
Técnica Construtiva: tijolo maciço de barro	

LISTA DE INTERVENÇÕES

SIMB.	TIPO
I - 1	Análise adequada
I - 2	Reestruturação da área
I - 3	Reconstituir telhado
I - 4	Novo forro
I - 5	Inserir cobertura
I - 6	Tratamento
I - 7	Nova Pintura
I - 8	Novo Reboco
I - 9	Substituir piso
I - 10	Limpeza
I - 11	Reestruturar piso
I - 12	Substituir esquadria
I - 13	Fazer abertura
I - 14	Restaurar esquadria
I - 15	Retirar esquadria

CBASARÃO
ERNARDES

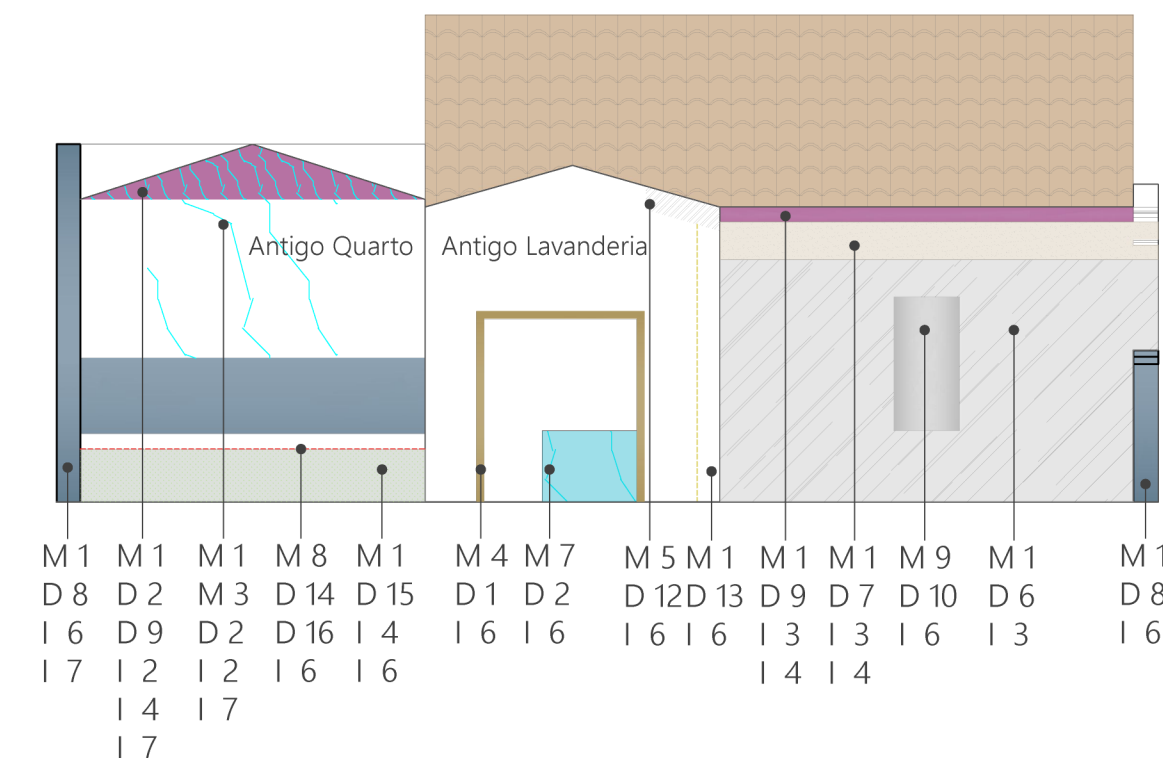
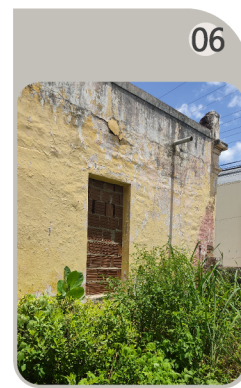
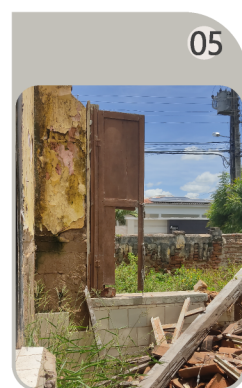
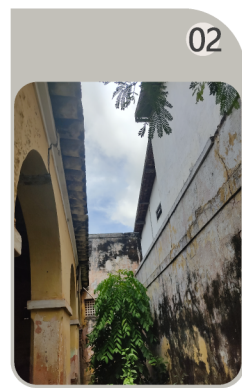
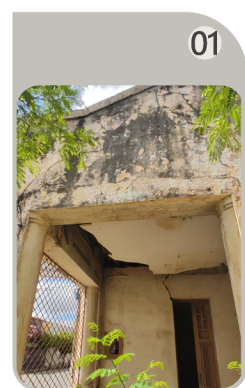
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO
PLANTA FALADA - MAPA DE DANOS
DISCIPLINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DISCENTE
MILENA DUTRA DANTAS MARTINS
ORIENTADORA
MONIQUE LESSA VIEIRA OLIMPIO

FOLHA
03/13

DATA
SET/2023
ESCALA
INDICADA



FACHADA OESTE
esc - 1/100

 D-1 Desgaste da Madeira	 D-9 Crosta Negra
 D-2 Fissuras	 D-10 Inserção
 D-3 Rachaduras	 D-11 Esquadria demolida
 D-4 Deslocamento da superfície	 D-12 Cobertura demolida
 D-5 Bolor	 D-13 Alvenaria demolida
 D-6 Descascamento	 D-14 Encanamento exposto
 D-7 Eflorescência	 D-15 Vegetação
 D-8 Deslocamento do Reboco/Emboço	 D-16 Oxidação

SIMB.	TIPO
M-1	Alvenaria tijolo maciço
M-2	Ornamento em argamassa
M-3	Pintura a base de água
M-4	Madeira
M-5	Telhado de telha cerâmica
M-6	Reboco de cimento
M-7	Revestimento cerâmico
M-8	Ferro
M-9	Alvenaria tijolo cerâmico

SIMB.	TIPO
I - 1	Tratamento e imperme.
I - 2	Tratamento e proteção
I - 3	Tratamento e refazer
I - 4	Limpeza
I - 5	Substituir
I - 6	Remover
I - 7	Refazer
I - 8	Restaurar

- 01- Acesso da fachada norte
- 02- Vista para o terraço e o muro
- 03- Deslocamento do revestimento antigo depósito
- 04- Parede antigo quarto demolido
- 05- Antiga lavanderia demolida
- 06- Fachada oeste do quarto 3

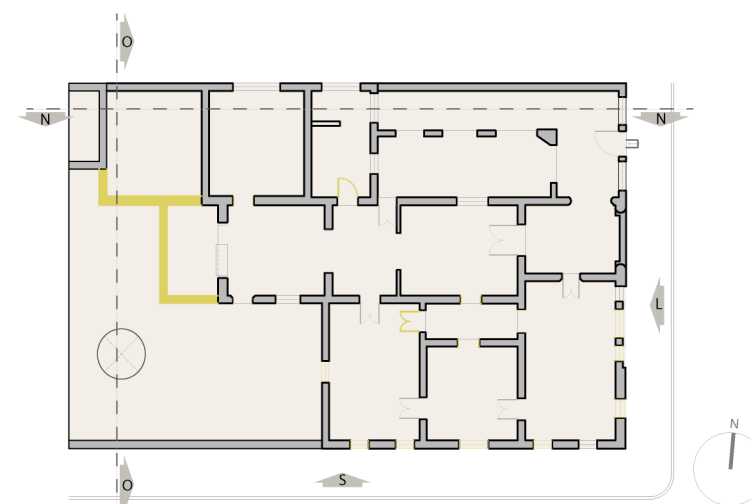
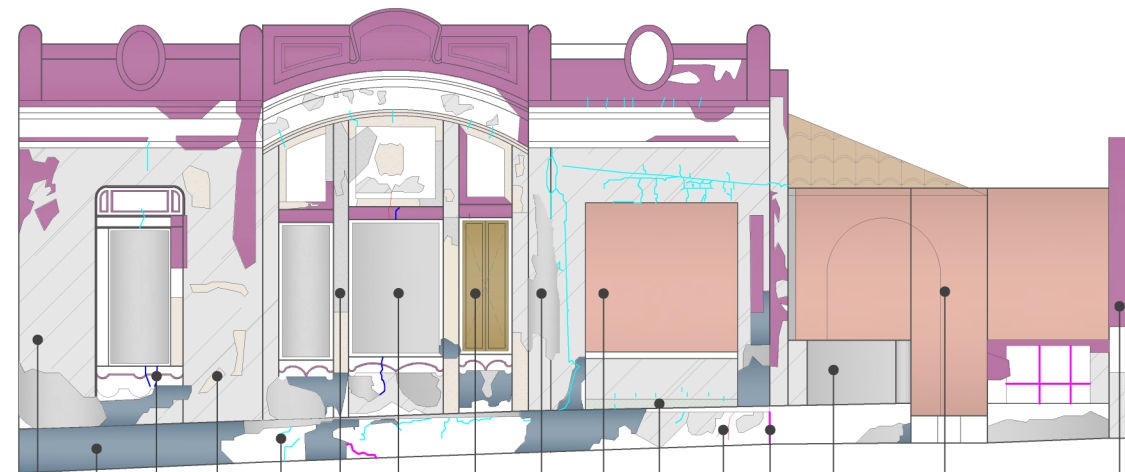


DIAGRAMA PLANTA BAIXA
Sem esc.



FACHADA LESTE
esc - 1/100

M1 M1 M2 M1 M1 M2 M7 M4 M5 M6 D13 M1 M1 M7 M6 M1
M3 D8 D11 M3 D2 D5 D10 D1 D10 D14 I4 D4 D3 D10 D14 D9
D6 I7 I2 D7 I2 I2 I6 I5 I6 I5 I2 I2 I6 I5 I4
D9 I7 I3 I7 I7 I7 I6 I7 I7 I7 I6 I7
I3
I4

LEGENDA DE PATOLOGIAS

- D-1 Desgaste da Madeira
- D-2 Fissuras
- D-3 Rachaduras
- D-4 Fissuras em Y
- D-5 Bolor
- D-6 Descascamento
- D-7 Eflorescência
- D-8 Deslocamento do Reboco/Emboço
- D-9 Crosta Negra
- D-10 Inserção
- D-11 Trincas
- D-12 Resto de Adesivo
- D-13 Vegetação
- D-14 Oxidação

LEGENDA DE MATERIAIS

SIMB.	TIPO
M-1	Alvenaria tijolo maciço
M-2	Ornamento em argamassa
M-3	Pintura a base de água
M-4	Madeira
M-5	Reboco de cimento
M-6	Ferro
M-7	Alvenaria tijolo cerâmico

LISTA DE INTERVENÇÕES

SIMB.	TIPO
I-1	Tratamento e imperme.
I-2	Tratamento e proteção
I-3	Tratamento e refazer
I-4	Limpeza
I-5	Substituir
I-6	Remover
I-7	Refazer
I-8	Restaurar



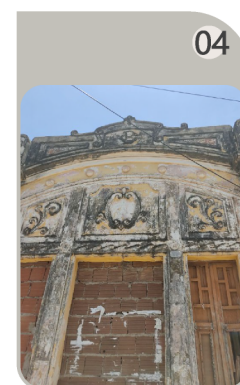
01



02



03



04



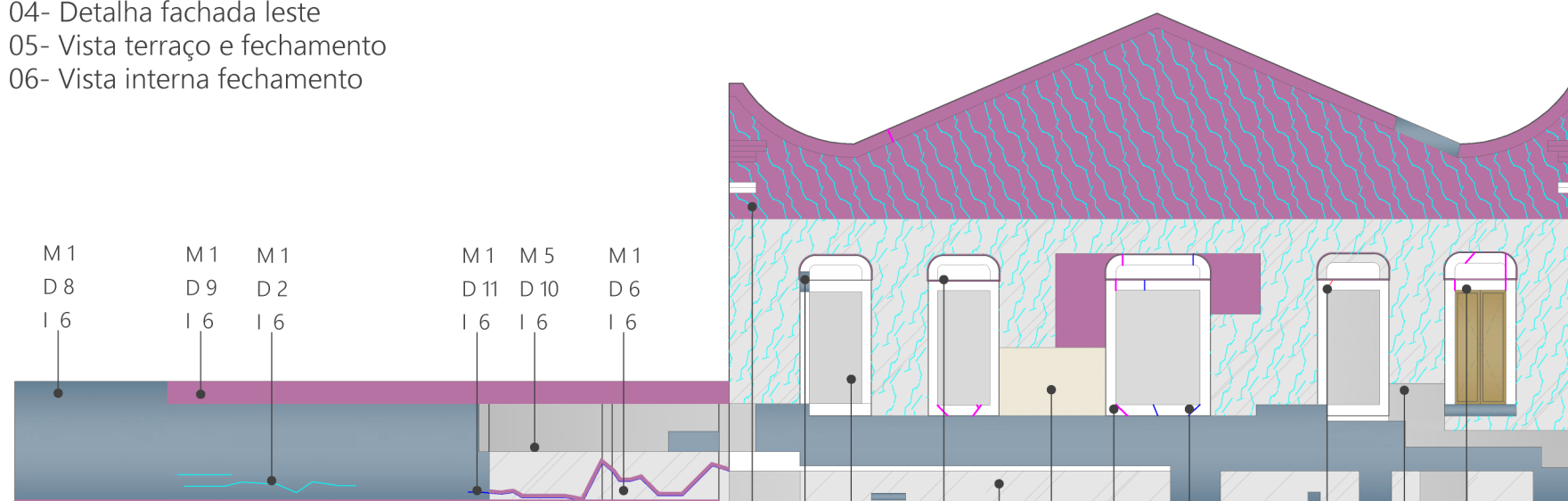
05



06

LEGENDA DE IMAGENS

- 01- Fachada leste
- 02- Fachada sul
- 03- Muro fachada sul
- 04- Detalha fachada leste
- 05- Vista terraço e fechamento
- 06- Vista interna fechamento



FACHADA SUL
esc - 1/100

M1 M2 M7 M2 M1 M1 M2 M2 M2 M5 M4
D9 D8 D10 D9 M3 M3 D3 D11 D4 D10 D1
D2 I7 I6 I2 D6 D12 I2 I2 I2 I6 I8
I2 I4 I3 I4 I7 I7 I7 I7
I4
I7

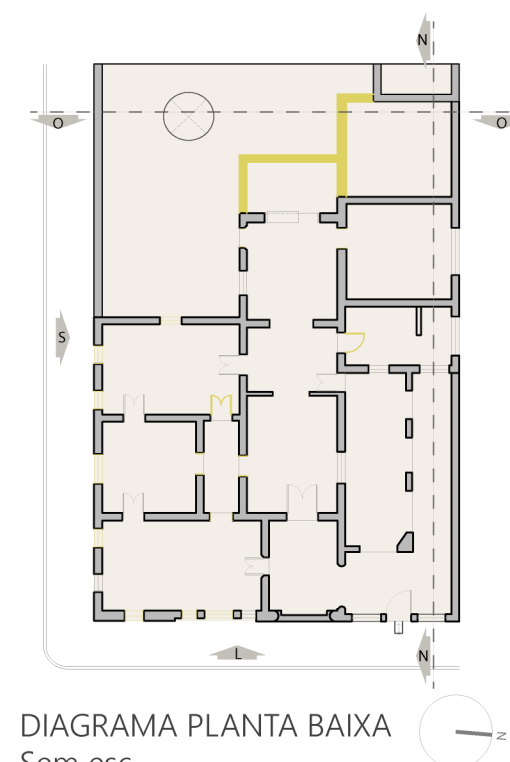


DIAGRAMA PLANTA BAIXA
Sem esc.

CB ASARÃO
BERNARDES

Universidade Federal Rural do Semi-árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO

MAPA DE DANOS

DISCIPLINA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DISCENTE

MILENA DUTRA DANTAS MARTINS

ORIENTADORA

MONIQUE LESSA VIEIRA OLIMPIO

FOLHA

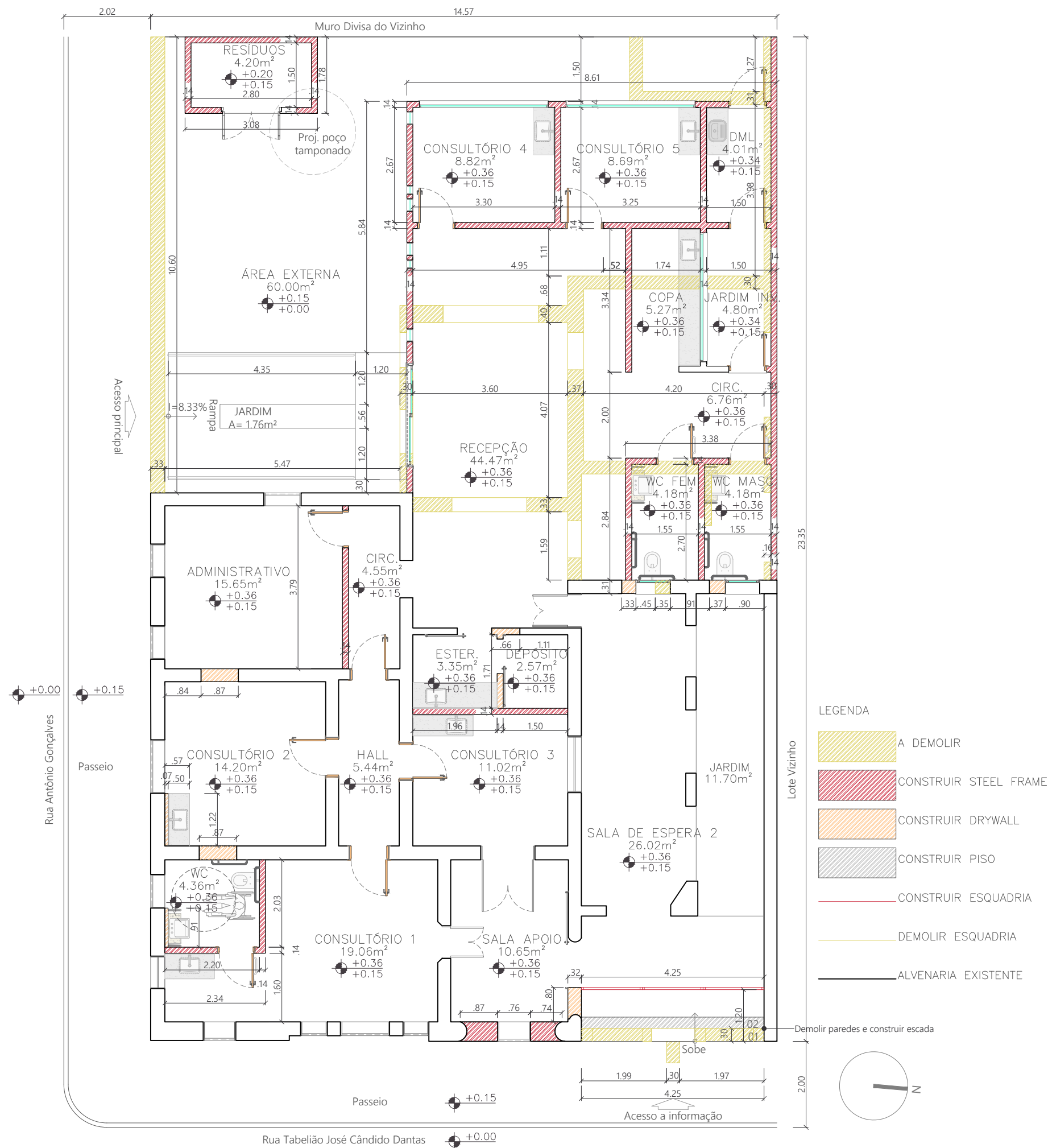
05 / 13

DATA

SET/2023

ESCALA

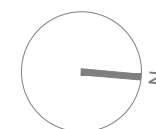
INDICADA



PLANTA DEMOLIR/CONSTRUIR
ESC. 1:100

LEGENDA

- A DEMOLIR
- CONSTRUIR STEEL FRAME
- CONSTRUIR DRYWALL
- CONSTRUIR PISO
- CONSTRUIR ESQUADRIA
- DEMOLIR ESQUADRIA
- ALVENARIA EXISTENTE



Universidade Federal Rural do Semi-árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO
PLANTA DEMOLIR/CONSTRUIR

DISCIPLINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

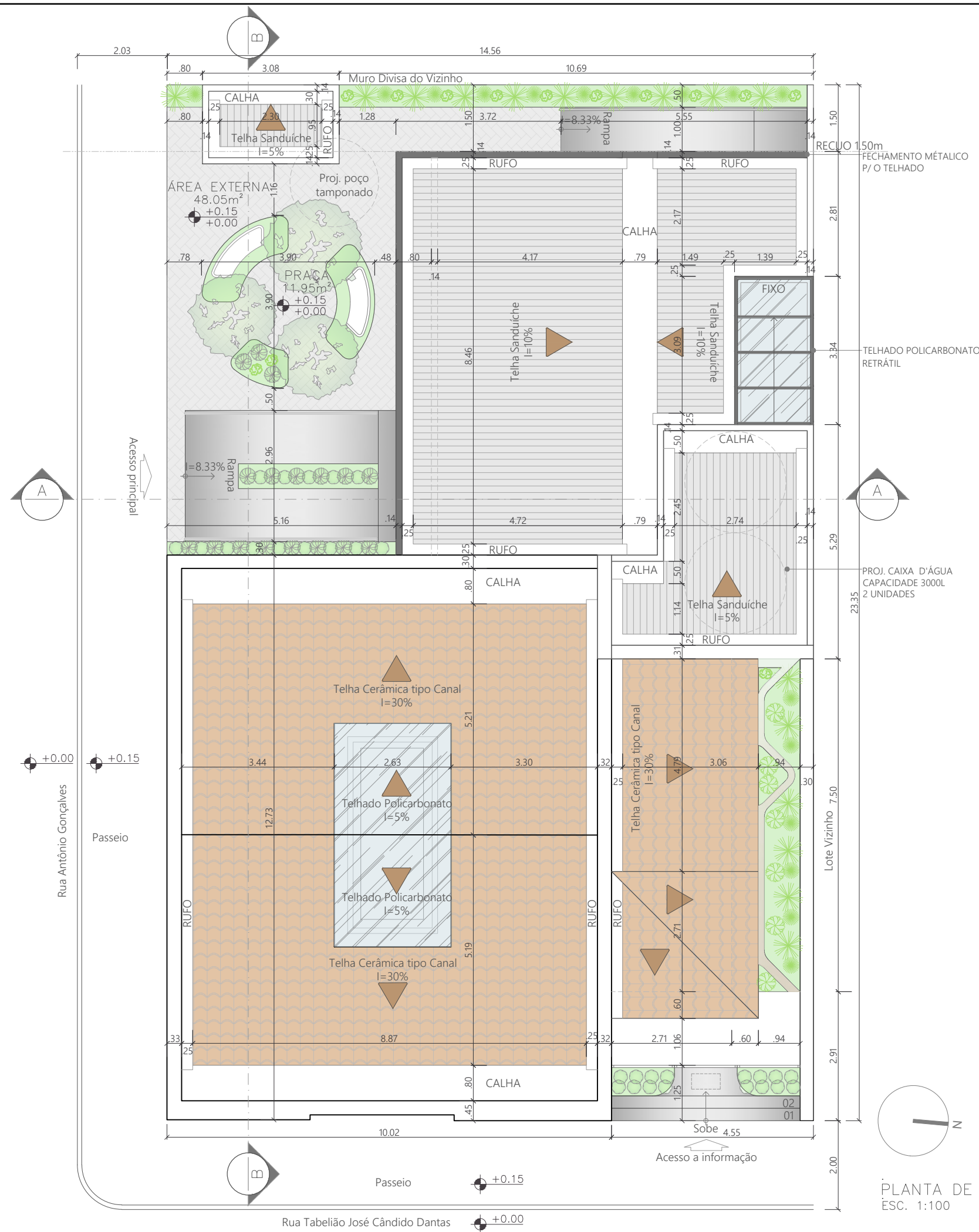
DISCENTE
MILENA DUTRA DANTAS MARTINS

ORIENTADORA
MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO

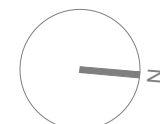
FOLHA
06 / 13

DATA
SET/2023

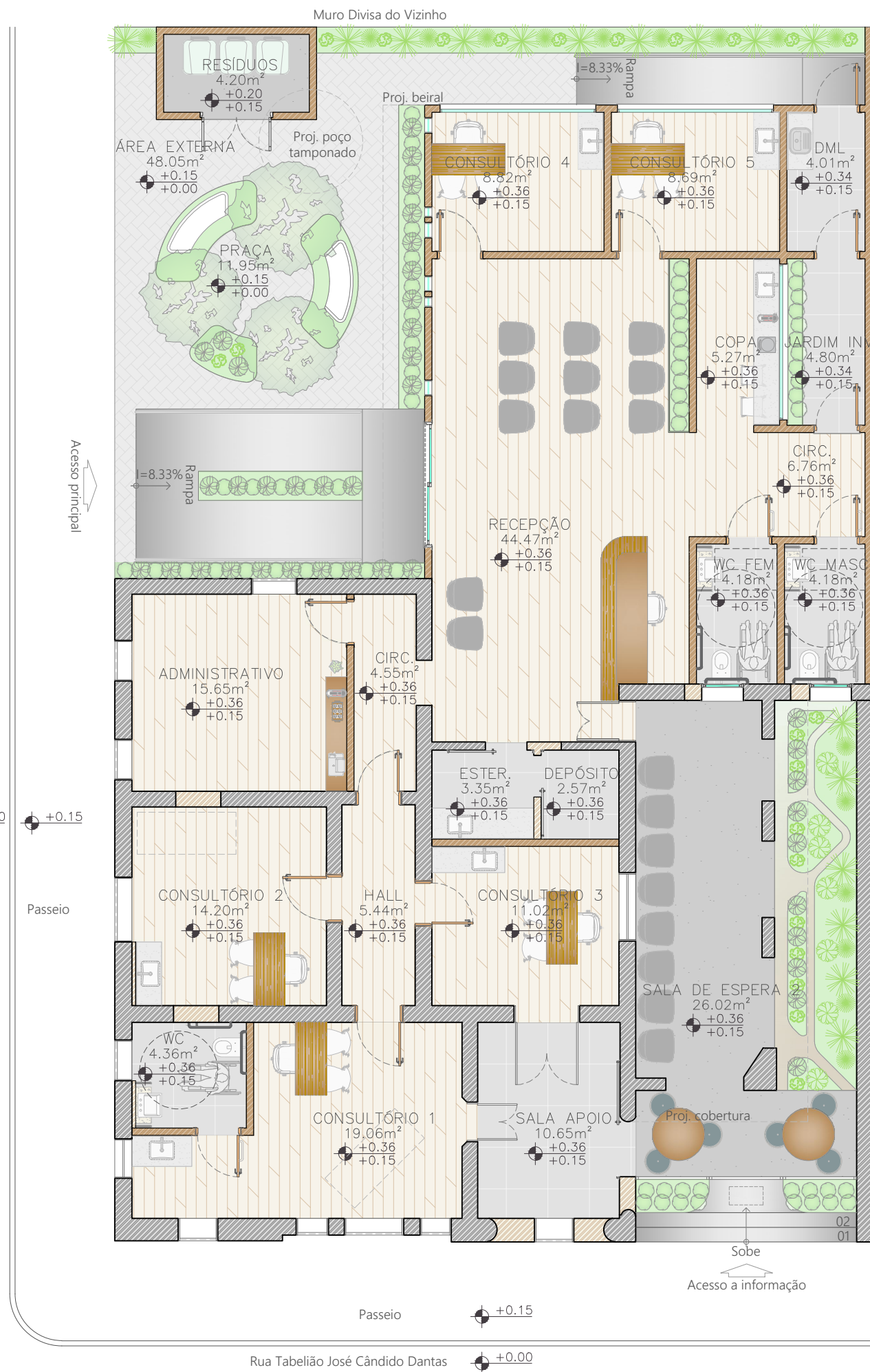
ESCALA
INDICADA



QUADRO DE ÁREAS	
DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)
Área do Terreno	340,21m²
Área Construída	231,04m²
Área Verde	38,17m²
Taxa de Ocupação	70%
Área Permeável	106,19m² - 30%



PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA
ESC. 1:100

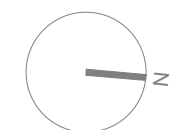


LEGENDA - PISO

- PISO VINÍLICO EM MANTA
A=136m²
- PORCELANATO ACETINADO
A=35m²
- PISO INDUSTRIAL EPÓXI
A=30m²
- PISO INTERTRAVADO
A=60m²

LEGENDA - PAREDES

- ALVENARIA EXISTENTE
- PAREDE STEEL FRAME
- ENCHIMENTO DRYWALL



PLANTA DE LAYOUT
ESC. 1:100



Universidade Federal Rural do Semi-árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO
PLANTA BAIXA - LAYOUT

DISCIPLINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

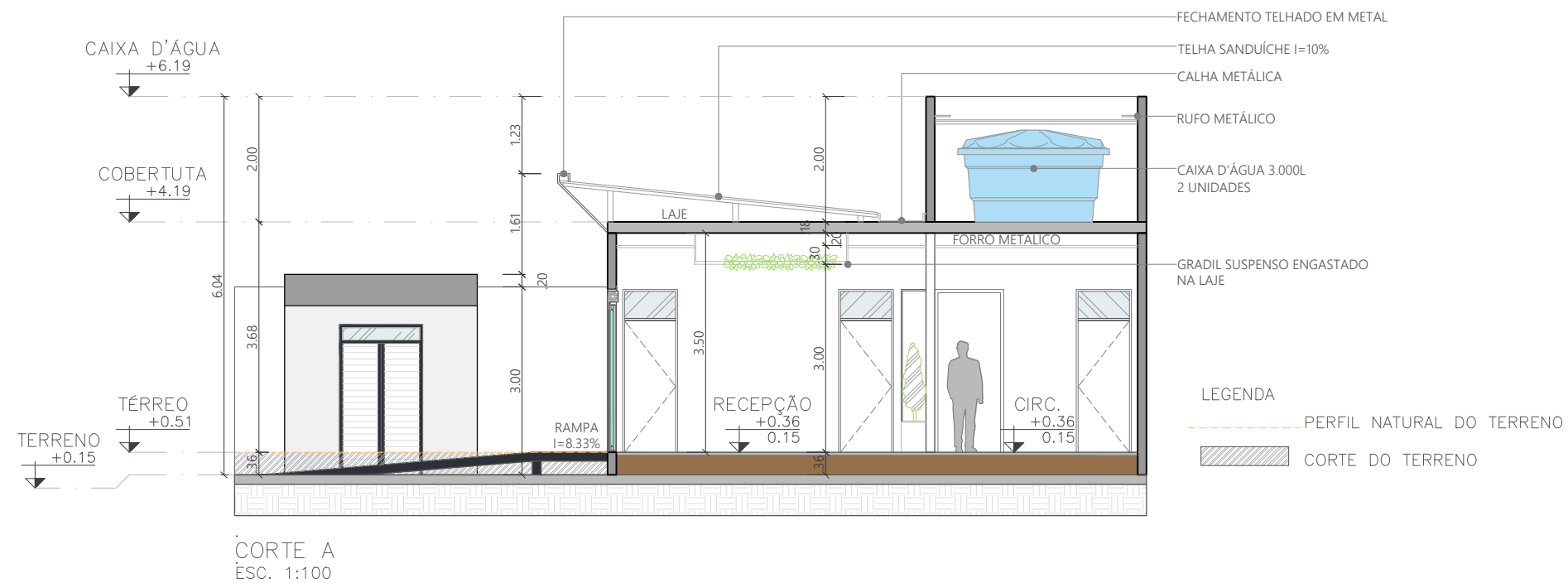
DISCENTE
MILENA DUTRA DANTAS MARTINS

ORIENTADORA
MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO

FOLHA
09 / 13

DATA
SET/2023

ESCALA
INDICADA





- VIGA METÁLICA COM PINTURA NA COR PRETO
- PAINEL VAZADO COM ESTRUTURA METÁLICA, MADEIRA E VIDRO
- TELHA CANAL I=30%
- COBERTURA EM POLICARBONATO I=5%
- CANTARIAS RECONSTITUÍDAS COM POLÍMEROS
- PINTURA ACRÍLICA NA COR BARBANTE - SUVINIL
- ESQUADRIA COM MOLDURA EM METAL E ALETAS DE VIDRO TEMPERADO
- ORNAMENTO EM PEDRA FLEX - MODELO TRAVERTINO
- ESCADA METÁLICA

FACHADA LESTE
ESC. 1:100



- ESQUADRIA RESTAURADA EM MADEIRA
- ESQUADRIA COM MOLDURA EM METAL E ALETAS DE VIDRO TEMPERADO
- PINTURA ACRÍLICA NA COR BARBANTE - SUVINIL
- FECHAMENTO TELHADO EM METAL
- TETO VINÍLICO EXTERNO
- PAINEL EM PVC EXPANDIDO - CINZA MÉDIO
- PINTURA ACRÍLICA NA COR BRANCO
- ESQUADRIAS EM METAL E VIDRO
- ORNAMENTOS RECONSTITUÍDOS COM POLÍMEROS
- RAMPA METÁLICA I=8.33%
- REVESTIMENTO EM PEDRA NATURAL - BRANCO POLAR

FACHADA SUL
ESC. 1:100



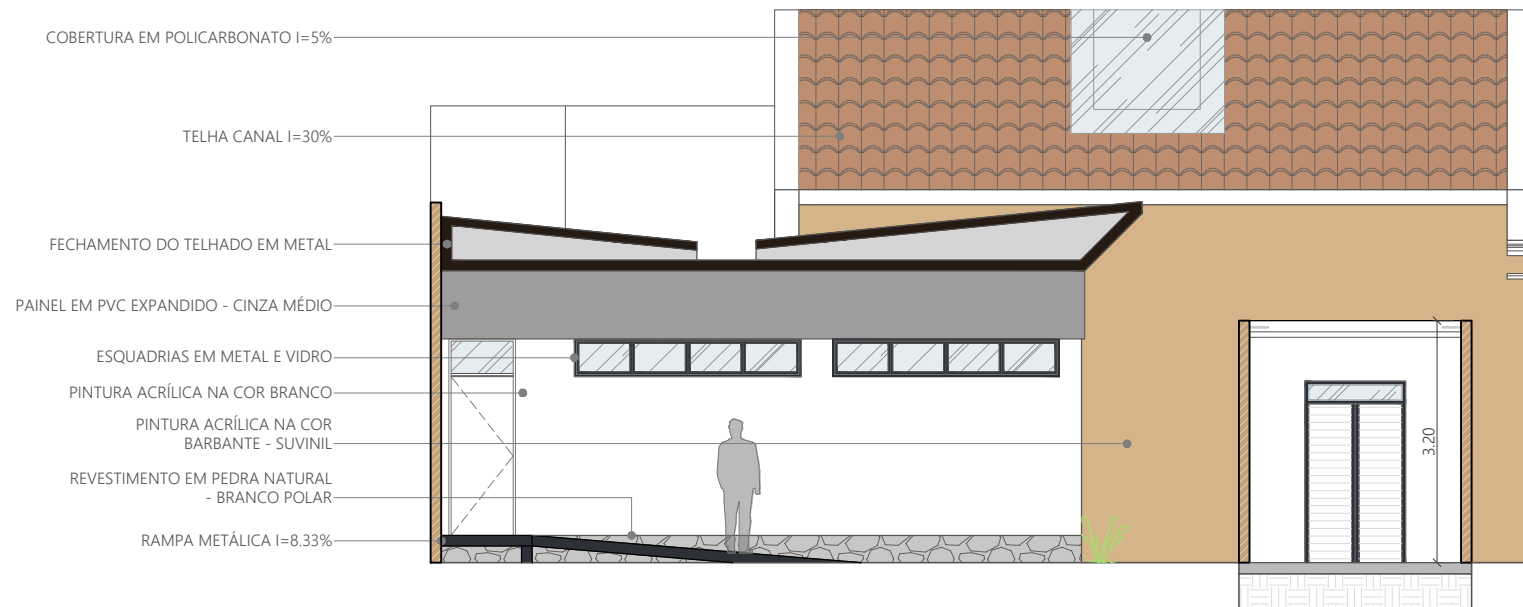
Universidade Federal Rural do Semi-árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO
FACHADAS LESTE E SUL
DISCIPLINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

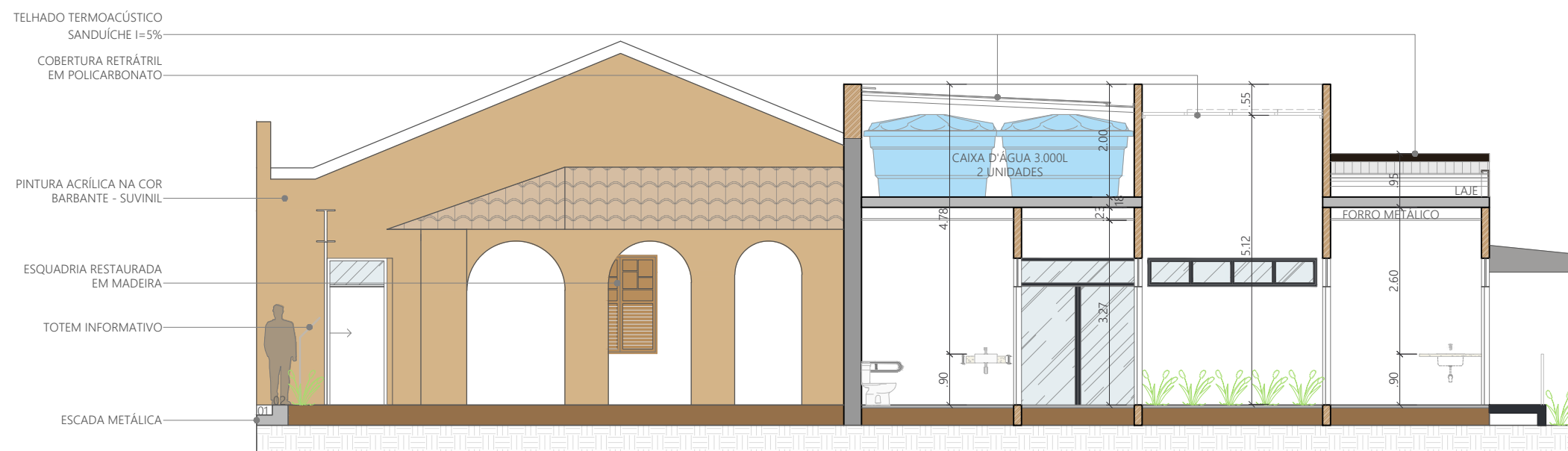
DISCENTE
MILENA DUTRA DANTAS MARTINS
ORIENTADORA
MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO

FOLHA
11 / 13

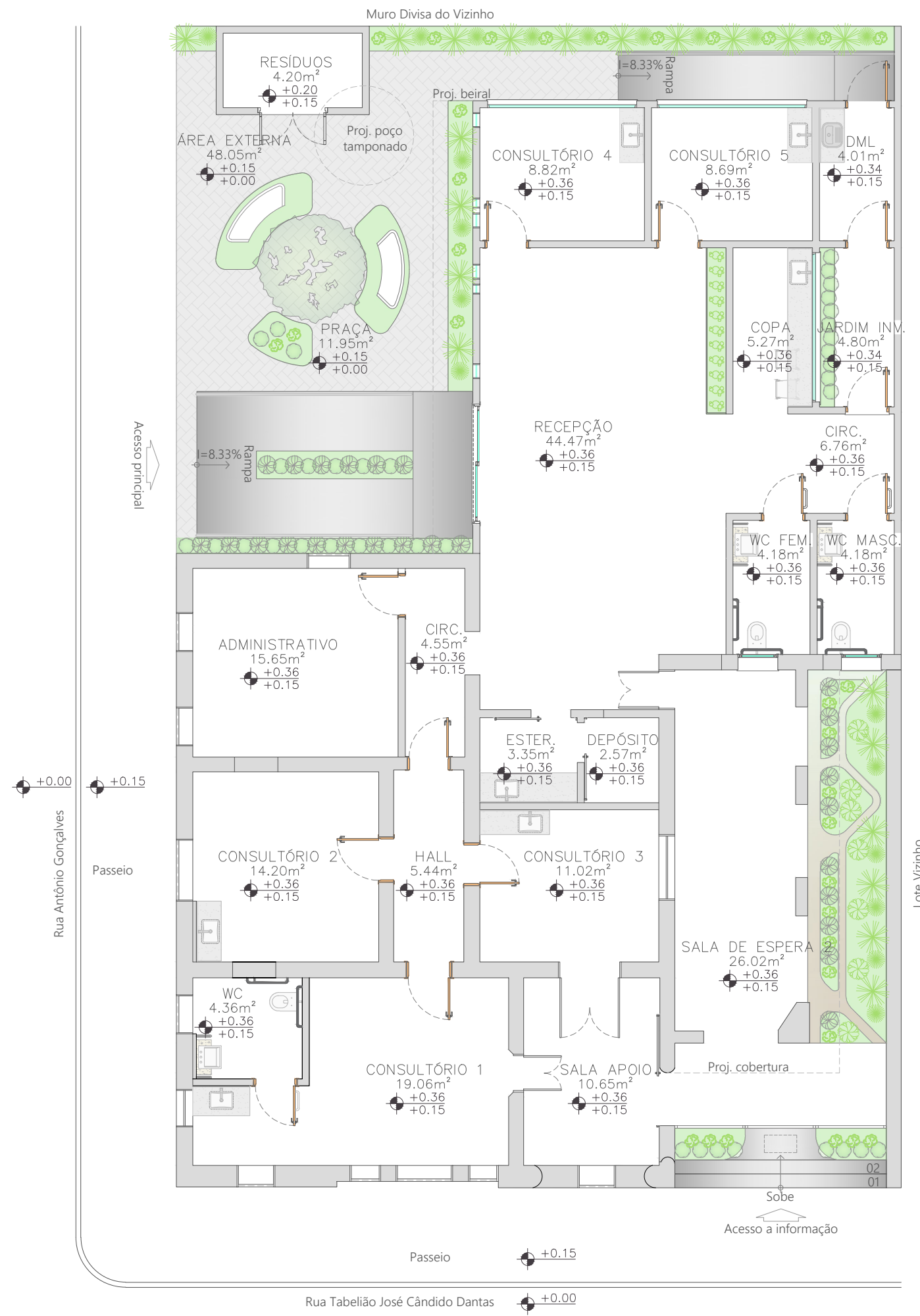
DATA
SET/2023
ESCALA
INDICADA



CORTE FACHADA OESTE
ESC. 1:100

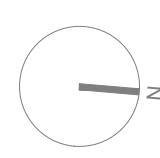


CORTE FACHADA NORTE
ESC. 1:100



PLANTA DE PAISAGISMO
ESC. 1:100

- LEGENDA
- NOME POPULAR: Flamboyant Mirim
NOME CIENTÍFICO: *Caesalpinia pulcherrima*
TIPOLOGIA: Árvore arbustiva
PORTE: H=3a4m D=2m
 - NOME POPULAR: Cacto azul
NOME CIENTÍFICO: *Pilosocereus pachycladus*
TIPOLOGIA: Suculentas cactacea
 - NOME POPULAR: Costela de adão
NOME CIENTÍFICO: *Monstera deliciosa*
TIPOLOGIA: Trepadeiras
PORTE: H=6m
 - NOME POPULAR: Orquídea Olhos de Boneca
NOME CIENTÍFICO: *Dendrobium nobile*
TIPOLOGIA: Orquídeas
PORTE: H=0.60m
Dracena Malaia
 - NOME POPULAR: Dracena Malaia
NOME CIENTÍFICO: *Caesalpinia pulcherrima*
TIPOLOGIA: Arbusto
PORTE: H=1m
Capim-limão
 - NOME POPULAR: Capim-limão
NOME CIENTÍFICO: *Cymbopogon citratus*
TIPOLOGIA: Hortícola
PORTE: H=0.60m
 - NOME POPULAR: Estrelízia
NOME CIENTÍFICO: *Strelitzia reginae*
TIPOLOGIA: Flores perenes
PORTE: H=1.20m
 - NOME POPULAR: Grama esmeralda
NOME CIENTÍFICO: *Zoysia japonica*
TIPOLOGIA: Gramínia
PORTE: H=0.15m
 - NOME: Seixos Rolados
ÁREA: 3.92m²



Universidade Federal Rural do Semi-árido
Campus Pau dos Ferros
BR-226, s/n, Pau dos Ferros
Rio Grande do Norte, 59900-000

ASSUNTO
PLANTA DE PAISAGISMO
DISCIPLINA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DISCENTE
MILENA DUTRA DANTAS MARTINS
ORIENTADORA
MONIQUE LESSA VIEIRA OLÍMPIO

FOLHA
13 / 13

DATA
SET/2023
ESCALA
INDICADA

APÊNDICE C – Imagens Fotorrealistas do projeto

A seguir serão listadas as imagens fotorrealistas referentes ao projeto, seguindo a sequência:

1. Fachadas principais
2. Sala de espera externa
3. Interno da Recepção e Sala de espera
4. Interno do Consultório

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO:
Proposta de Restauro e Reuso para o

ASARÃO ERNARDES

